



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**“SOMOS TODOS ÁFRICA”: VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS DA LEI 10.639/03
NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO DISTRITO DE CUNCAS - BARRO – CEARÁ**

FRANCISCO DIOGO DA SILVA

CAJAZEIRAS – PB

2020

FRANCISCO DIOGO DA SILVA

**“SOMOS TODOS ÁFRICA”: VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS DA LEI
10.639/03 NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO DISTRITO DE CUNCAS –
BARRO – CEARÁ**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção de nota.

Orientador: Prof. Dr. Israel Soares de Sousa

CAJAZEIRAS - PB

2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras – Paraíba

S586s Silva, Francisco Diogo da.
“Somos todos África”: vivências pedagógicas da lei 10.639/03 na
educação básica do Distrito de Cuncas – Barro - Ceará / Francisco Diogo
da Silva. - Cajazeiras, 2020.
156f.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Israel Soares de Sousa.
Monografia (Licenciatura Plena em História) UFCG/CFP, 2020.

1. Lei 10.639/03. 2. Identidade. 3. História africana. 4. Cultura
africana. 5. Currículo escolar. 6. Preconceito racial.. I. Sousa,
Israel Soares de. II. Universidade Federal de Campina Grande. III.
Centro de Formação de Professores. IV. Título.

**“SOMOS TODOS ÁFRICA”: VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS DA LEI
10.639/03 NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO DISTRITO DE CUNCAS –
BARRO – CEARÁ**

APROVADO EM: ____/____/

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Israel Soares de Sousa
(Orientador – UFCG/CFP)

Prof. Ms. Isamarc Gonçalves Lôbo
(Titular – UFCG/CFP)

Prof^ª. Dr^ª. Viviane Gomes de Ceballos
(Titular – UFCG/CFP)

Prof^ª. Dr^ª. Rosemere Olímpio de Santana
(Suplente – UFCG/CFP)

CAJAZEIRAS - PB

2020

Dedico esta monografia a minha eterna vovó Joaquina Idalina dos Santos (Baiana), pelo exemplo de vida e mulher batalhadora, que com muito carinho me ensinou o caminho da justiça, do amor e da persistência. Dedico também a minha mãe Maria Aparecida da Silva, afilhados (as) e ao pequeno e único sobrinho Christian Levy. A todos os meus inesquecíveis professores da Educação Básica e amigos que, de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para o meu crescimento e aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer ao meu Deus, que me deu forças durante toda a caminhada até chegar este dia que não foi nada fácil. Agradecer pelas maravilhas que Ele tem me proporcionado durante estes quatro anos, ao lado de pessoas maravilhosas que entraram em minha vida, as quais, jamais serão esquecidas. A todos vocês que, de alguma forma contribuíram de forma significativa para que hoje eu consiga escrever emocionado estes agradecimentos pela concretização de um sonho.

Agradeço a minha mãe, Maria Aparecida da Silva e a madrinha Josefa Elionita Almeida Sá que durante minha trajetória acadêmica fizeram o possível e o impossível para jamais desistir de meus sonhos e me incentivaram a lutar sempre em busca do sucesso. Agradeço também a minha família, irmãos(ãs), primos(as), tios(as) pela força e por estarem sempre ao meu lado.

Agradeço aos meus amados e inesquecíveis amigos (as), Lillian de Lima Beserra, Samira Tavares e Anderson Gonzaga, Francisco Joalisom e Vinicius; que a UFCG me proporcionou ampliar os laços de amizade e que espero levar até o fim dos tempos. Vocês tornaram a caminhada muito mais leve, sentirei saudades das nossas conversas, brigas, saideiras e eventos. Das comilanças e escapadinhas de certas aulas para comer e beber.

Agradeço a todos os meus afilhados (as), que sempre estão ao meu lado me fazendo rir e divertir com suas piadas e travessuras, sem contar pelo carinho e amor que sentem pela minha pessoa.

Agradeço às gestões das escolas: EEFM Deputado Antônio Leite, nas pessoas do diretor Francisco Sanderley Justino Coêlho e o coordenador José Cavalcante Ferreira; EEFI Professora Catarina Tavares, nas pessoas da diretora, Nalba Oliveira e a coordenadora Arclene Sobral e a EEF Expedito Álvaro Feitosa, na representação de Maria Eliana dos Santos Figueredo e Francisca Edjanúbia dos Santos; que sempre me acolheram bem durante a realização dos estágios supervisionados, dos projetos desenvolvidos colocados sob a minha responsabilidade e confiança e por tudo mais de que necessitei nesses espaços escolares.

Agradeço as minhas eternas mães, as professoras de história Izabel Fernandes e Adriana; por, juntas comigo, terem acolhido o desenvolvimento e realização do Projeto Eu, tu & nós: somos todos África, que se tornou uma experiência marcante para a comunidade escolar e por tudo que fizeram para que saísse da melhor forma possível. Foram dias e noites de lutas, sem descanso, ensaios e estresse para tudo ter chegado onde chegou: o sucesso do projeto e a conquista de ter colocado um dia no calendário escolar barrense voltado para a exposição da cultura afro – brasileira. À essas pessoas, meu muito obrigado.

Agradeço aos meus professores da Educação Básica, em particular, aos historiadores, à grande professora Maria Erlyne de Figueiredo, que desenvolveu em mim, o amor pela história e pela docência. Aos mestres e doutores da graduação com quem convivi durante este percurso e que acrescentaram conhecimento a minha vida. E para aqueles que vieram só cumprir horário e nos deixar desmotivados para a docência, um aprendizado tirei: que jamais serei um professor igual a vocês.

Agradeço de todo coração ao meu professor e orientador, Dr. Israel Soares de Sousa, por ter aceitado me orientar; mesmo sem antes termos nenhum contato em alguma disciplina. Sempre acreditei que Deus sabe realmente o que faz em nossas vidas, colocando em nosso caminho pessoas maravilhosas; e, o senhor ter entrado em minha vida não foi nada por acaso. Muito obrigado pela paciência, por me ouvir nos dias de angústia, por me animar, por confiar e acreditar em mim. Por todas as conversas, dicas e conselhos que foram imprescindíveis para a construção desta monografia.

Agradeço também aos membros da banca examinadora, por terem aceitado o convite de participar na defesa desta monografia. A vocês, que durante minha formação acadêmica foram inspirações de grandes docentes e que fazem sempre com carinho e amor o ofício do historiador. Sou grato em poder dividir com cada um de vocês, a concretização deste sonho. A vocês professores, muito obrigado.

Agradeço também e não poderia deixar de agradecer jamais, aqueles que não acreditavam que um dia um negro, pobre e de família humilde chegaria ao topo da vitória. Aos que torceram contra, meu muito obrigado, vocês foram inspirações pra sempre seguir em frente. A vocês, dedico meu sucesso.

Os meus agradecimentos são muitos, se eu esquecer alguém, perdoem-me. Mas, não posso deixar de agradecer aos meus anjos da guarda, isto é, meus amigos. Que me dão inspiração, sustentação, coragem e perseverança sempre para poder escrever esta monografia. A vocês, dedico a minha vitória, pois no início da longa caminhada estavam comigo.

O meu muito obrigado a todos vocês e que seguimos sempre adiante em busca de novas vitórias e de sucesso.

Enquanto o negro brasileiro não tiver acesso ao conhecimento da história de si próprio, a escravidão cultural se manterá no País.

(João José Reis)

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar as limitações, possibilidades e ganhos do estudo da história e cultura africanas e afro-brasileira na escola municipal EEIEF Professora Catarina Tavares, no Distrito de Cuncas – Barro – Ceará. Nosso ponto de partida se deu a partir das inquietações acerca da (não) aplicação da Lei Federal nº 10.639/03¹. Tivemos como principal fonte de dados o desenvolvimento e vivência de um projeto pedagógico posto em prática no ambiente escolar com os estudantes do Ensino Fundamental II da referida escola. Para além da análise teórica, reforçamos o conhecimento, bem como a valorização da cultura e identidade negra no cotidiano escolar. Nossos objetivos específicos buscaram contextualizar a trajetória de lutas e resistências do povo negro na sociedade brasileira; desde as senzalas ao direito de acesso à educação; discutir construção da identidade negra brasileira e suas diversas concepções no contexto histórico e social. Nossa pesquisa teve caráter participante, por ser realizada envolvendo os sujeitos no próprio movimento de produção das fontes, o que foi feito pela aplicação e análise de um Projeto Pedagógico, intitulado “Eu, tu & nós: somos todos África”; depois, analisamos as falas dos alunos sobre suas experiências no referido Projeto. No nosso caso específico, a partir da pesquisa desenvolvida, constatou-se que a Lei 10.639/03 não tinha sido implantada efetivamente no currículo escolar, antes do desenvolvimento e da culminância da realização do Projeto. Para respaldar teoricamente o trabalho, dialogamos com o Munanga (1994), Gomes (2003), Mattos (2004), Hall (2006) e Serva (2012), entre outros que contribuíram teoricamente para nosso trabalho. Concluimos que, depois da vivência que a escola presenciou com o projeto, professores e gestão escolar perceberam a necessidade e relevância da lei para a construção do conhecimento sobre a África com os estudantes, dando-lhe maior atenção aos conteúdos sobre a temática, para que assim, ultrapasse as paredes da escola, levando o conhecimento a comunidade escolar e à sociedade em geral, como também, ajudar no combate ao preconceito racial.

PALAVRAS-CHAVE: Lei 10.639/03. Cultura Afro-Brasileira. Identidade Negra. Currículo. Preconceito Racial.

¹ Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino Público e Privado a obrigatoriedade do estudo da “História e Cultura Africana e Afro-Brasileira”.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the limitations, possibilities and gains of the study of African and Afro-Brazilian history and culture at the municipal school EEIEF Professor Catarina Tavares, in the District of Cuncas - Barro - Ceará. Our starting point was based on concerns about the (non) application of Federal Law No. 10,639 / 03. We had as the main source of data the development and experience of a pedagogical project put into practice in the school environment with the students of Elementary School II of that school. In addition to the theoretical analysis, we reinforce knowledge, as well as the appreciation of black culture and identity in school daily life. Our specific objectives sought to contextualize the trajectory of struggles and resistance of the black people in Brazilian society; from slave quarters to the right of access to education; discuss the construction of Brazilian black identity and its diverse conceptions in the historical and social context. Our research had a participatory character, as it was carried out involving the subjects in the movement of production of the sources, which was done through the application and analysis of a Pedagogical Project, entitled "Me, you & us: all of them Africa"; then, we analyze the students' statements about their experiences in the referred Project. In our specific case, from the developed research, it was found that Law 10.639 / 03 had not been effectively implemented in the school curriculum, before the development and culmination of the Project. To theoretically support the work, we spoke with Munanga (1994), Gomes (2003), Mattos (2004), Hall (2006) and Serva (2012), among others who contributed theoretically to our work. We conclude that, after the experience that the school witnessed with the project, teachers and school management realized the need and relevance of the law for the construction of knowledge about Africa with students, giving it more attention to the contents on the subject, so that thus, go beyond the walls of the school, bringing knowledge to the school community and society in general, as well as helping to combat racial prejudice.

KEYWORDS: Law 10.639 / 03, Afro-Brazilian culture, Black Identity, Curriculum, Racial Prejudice.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| CAPÍTULO I | 13 |
| DAS SENZALAS AO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO: LUTAS E REIVINDICAÇÕES DO NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA | 13 |
| 1.1 A Situação Do Negro Na Sociedade Brasileira Na Pós-Abolição | 13 |
| 1.2 A Formação De Quilombos No Brasil | 19 |
| 1.3 Racismo, Branqueamento E Democracia Racial No Brasil | 24 |
| 1.4 A Luta Da População Negra Brasileira No Âmbito Educacional | 30 |
| 1.5 O Movimento Negro Unificado Brasileiro | 34 |
| CAPÍTULO II | 39 |
| A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL | 39 |
| 2.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/1996 | 42 |
| 2.2 A construção da Identidade Negra Brasileira | 48 |
| CAPÍTULO III | 57 |
| “SOMOS TODOS ÁFRICA”: A ESCOLA E A VIVÊNCIA PEDAGÓGICA DA APLICAÇÃO DA LEI 10.639 | 57 |
| 3.1 A instituição e o contexto | 57 |
| 3.2 O Projeto Pedagógico e a Lei 10.639/03 | 60 |
| 3.3 Planejamento das atividades pedagógicas desenvolvidas na escola para a implantação da Lei 10.639 | 61 |
| 3.4 O protagonismo estudantil durante o projeto e a aula de campo | 63 |
| 3.5 A aula de campo em Porteiras/CE | 68 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 96 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 99 |
| APÊNDICE - SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS | 103 |
| ANEXOS | 146 |

INTRODUÇÃO

Buscamos, através da construção desta monografia, refletir sobre a Lei Federal nº 10.639/2003, que dispõe acerca da obrigatoriedade do estudo da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar nos estabelecimentos de ensino brasileiro; especificamente, na Escola da Rede Municipal Professora Catarina Tavares, localizada no distrito de Cuncas, pertencente à cidade de Barro, no Ceará.

A temática foi por mim escolhida, pois durante toda a minha jornada educacional na Educação Básica, houve total ausência de discussões e estudos durante as aulas sobre o tema. As diversas visões sobre a importância do negro para a formação da sociedade brasileira, assim como, da cultura africana e afro-brasileira existente em nosso meio eram completamente ignoradas. De modo geral, quando abordados pelos professores, a história do negro no Brasil resumia-se em estudar a escravidão, a travessia nos navios negreiros e os quilombos, deixando de lado a herança cultural que este povo nos deixou como contribuição na música, culinária, religião, danças, folclore, na arte e nas lutas e movimentos sociais negros desenvolvidos.

Sempre me questioneei sobre isso, pois acreditava que a história das populações negras ia mais além da questão escravista e, esta, ainda é uma lacuna nas aulas de história. Da mesma maneira, também não sabia o porquê de os professores apresentarem apenas conteúdos voltados para outras culturas, principalmente, a do homem branco europeu. Questionava-me: onde foram parar os negros africanos logo após a abolição da escravidão no Brasil? O que faziam e como viviam? Será que mesmo após a abolição eles seriam aceitos, reconhecidos e teriam seus direitos garantidos? Será que esta população negra não tem nada a contribuir de importante para todos nós? Será que os educadores preferem estudar outras culturas e esquecer as nossas raízes negras? Será que os professores e gestores escolares estão conectados sobre a existência de ações públicas como a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar de todo o território nacional? Por que a efetivação da lei é uma problemática?

Resolvi pesquisar sobre a importância do estudo da história e cultura africana e afro-brasileira no cotidiano escolar, pois tenho muito orgulho de ser quem sou: um sujeito de identidade negra, que não nega suas raízes e também como ressaltado, anteriormente, porque não ter vivenciado algo relevante sobre o negro e a cultura afro-brasileira na Educação Básica. Desta forma, considereirei como problemática o porquê da existência da obrigatoriedade da Lei

10.639/03 não ser implementada no currículo escolar, mais especificamente não ser abordada durante as aulas nas escolas da rede municipal de Barro, em particular, no Distrito de Cuncas.

Sendo assim, buscamos realizar essa discussão acreditando que as instituições de ensino caracterizam-se como um espaço de suma importância para o desenvolvimento da cidadania e da igualdade entre os indivíduos, na perspectiva de uma escola cidadã e educativa como parte da sociedade, que tem como objetivo promover a construção do desenvolvimento dos sujeitos de forma igualitária, sem diferenças de cor, religião, entre outros. Caminhávamos, no decorrer das últimas décadas, um diálogo a respeito da importância da diversidade cultural e da valorização da cultura da identidade negra no Brasil, realidade que se encontra ameaçada pela onda fascista que se amplia a cada dia no Brasil, dentro e fora das instituições estatais.

Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo, investigar a aplicação da Lei 10.639/2003 na escola da rede municipal de Ensino Fundamental Professora Catarina Tavares, localizada no Distrito de Cuncas-Barro-Ceará e suas mediações para o contexto educacional. Discutiremos ainda o ensino da temática no cotidiano escolar, conhecendo as diversas visões que os docentes, em particular, os professores de História possuem no que se refere ao estudo das relações étnico-raciais no âmbito escolar. Também analisar a relação do desenvolvimento da temática no processo ensino-aprendizagem dos sujeitos envolvidos, a partir da aplicação de um projeto pedagógico intitulado: “Eu, tu & nós: somos todos África”: Experiência pedagógica sobre o estudo da Lei 10.639 numa escola da rede municipal de ensino no Distrito de Cuncas-Barro- Ceará. Buscamos para a pesquisa subsídios teóricos de suma importância para o reconhecimento e a valorização da identidade negra brasileira.

Assim sendo, senti a necessidade de aprofundar o estudo e realizar uma reflexão através de autores que trabalham com a temática referente às Relações Étnico-Raciais, Identidade, Identidade Negra, Cultura Afro-Brasileira, Ensino de história, racismo e escravidão, dentre eles destacamos: Nilma Lino Gomes (2000), Stuart Hall (2006), Kabengele Munanga (1994), Antônio de Paiva Moura (1997), Matheus Serva Pereira (2012), entre outros, que serão citados no decorrer da pesquisa, além de enriquecemos o diálogo com os documentos de nível nacional como a própria Lei 10.639/03, a LDB, a Constituição Federal de 1988 e os PCN’S.

Este trabalho de conclusão de curso está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo empreendemos um panorama histórico sobre a trajetória de grupos negros no Brasil, desde as senzalas aos movimentos sociais negros, que surgiram como meios estratégicos de lutas para conquistarem seus direitos, pleiteando ainda, algumas considerações sobre as formações quilombolas no país. O segundo capítulo aborda as conquistas obtidas pelo Movimento Negro Unificado no âmbito educacional e a formação da construção da identidade negra brasileira,

relacionando-a com o amparo da importância do estudo da diversidade cultural no cotidiano escolar e a valorização da cultura africana a partir da Lei 10.639/03 Já no terceiro capítulo apresentamos o desenvolvimento do projeto pedagógico Eu, tu & nós: somos todos África, como uma estratégia para que a comunidade escolar conheça a história do negro no Brasil e suas heranças deixadas para a formação desta sociedade. Contém também os procedimentos utilizados para a realização deste projeto e a análise sobre o resultado obtidos.

Para a construção da monografia, optei por desenvolver uma pesquisa de caráter qualitativo mediante o estudo de caso realizado na EEIEF Professora Catarina Tavares em Cuncas (CE). Adotei como metodologia para a pesquisa o método da pesquisa-ação. Mediante o uso da pesquisa-ação foi desenvolvido juntamente com as professoras de história Adriana Alves e Izabel Fernandes o projeto pedagógico intitulado: “Eu, tu & nós: somos todos África” com os estudantes do Ensino Fundamental II que podem ser analisados nas sequências didáticas elaboradas e nas fotografias de todo o processo do projeto.

Sabemos que, através do conhecimento referente ao estudo da história e culturas africanas e afro-brasileira no cotidiano escolar, podemos desenvolver um diálogo equilibrado e igualitário, mantendo o respeito às diversas culturas. Portanto, explorar e apropriar-se dos conhecimentos que buscam a nossa afirmação étnica e nossas origens, torna-se importante e essencial, para que assim, consigamos nos conhecer, reconhecer e valorizarmos como sujeitos históricos e formadores da história nacional, fortalecendo assim, a nossa identidade e os aspectos culturais da cultura afro-brasileira.

A população brasileira em sua maioria é composta por sujeitos negros(as) e afrodescendente, entretanto, a representatividade do povo brasileiro muitas das vezes é caracterizada por fenótipos que enaltecem o homem branco, a religião cristã e a heterossexualidade. Por outro lado, a cultura afro-brasileira e seus indivíduos são invisibilizados, negativados, excluídos e sofrendo com a discriminação, o preconceito e o racismo em todos os locais de sociabilidades.

Considerando-se que o conhecimento e valorização da cultura africana e afro-brasileira, assim como, a construção da identidade negra são elementos que pertencem a um determinado grupo social, cultural e histórico e que os estudantes da Educação Básica, em particular, o Ensino Fundamental II em Cuncas (CE) contribuirá para o processo de formação cidadã dos sujeitos participativos, tal que a temática abordada pela pesquisa não poderia deixar de ser problematizada no espaço escolar local. Sendo assim, esta vivência na escola ainda contribuirá para articulações que visem buscar estudantes negros(as) o seu empoderamento enquanto atores sociais históricos e políticos da vida social brasileira.

CAPÍTULO I

DAS SENZALAS AO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO: LUTAS E REIVINDICAÇÕES DO NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

“Todos os homens e mulheres tem um futuro, mas poucos tem um destino”

Provérbio Africano

Antes de adentrar nas lutas e reivindicações da população negra no Brasil, buscou-se, através deste capítulo, traçar um breve panorama histórico da trajetória do negro na sociedade brasileira, destacando, especialmente, sua caminhada de lutas por direitos e melhores condições culturais, sociais, econômicas e educacionais. Esta perspectiva abordada e analisada por intelectuais negros(as) do Brasil se faz relevante por romper com uma tradição branca de abolição, como se os direitos conquistados por meio de muita luta tivessem sido presentes de grupos abolicionistas não negros.

A sociedade brasileira, no geral, conhece pouco sobre a história dos negros ou apenas a história da escravidão que os livros didáticos apresentam, muitas vezes, de forma estereotipada. Na maioria, o que se apresenta são os navios negreiros, as senzalas e o período da escravidão até a abolição. Após tais períodos, são omitidos fatos importantes sobre o cotidiano do negro na pós-abolição e sobre a população afro-brasileira nos materiais didáticos. Esta omissão apresenta um conjunto de problemas que se perpetua na sociedade brasileira. Neste sentido, é possível afirmar que, por muito tempo, a história apresentada a partir de muitos livros didáticos elaborados e adotados nas escolas tenham reforçado as diversas visões sugestivas de que logo após a abolição, acabou a importância do negro e sua cultura para a historiografia e identidade brasileira.

1.1 A situação do negro na sociedade brasileira na pós-abolição

Não podemos construir uma análise sobre a situação da população negra sem antes contextualizarmos, de forma breve, algumas situações problemáticas ocasionadas pelo processo da escravidão e suas consequências para a sociedade brasileira. Inicialmente, cabe ressaltar que, durante um longo período, a população negra que morava em seu continente africano sofreu com diversas invasões de outros grupos étnicos mais fortes e poderosos, que se deslocavam de várias regiões, em particular, da Europa, a procura de riquezas naturais ou materiais, como também, buscando mão de obra barata.

De acordo com o Instituto GELEDÉS² (2012, p.1), “o escravo tornou-se a mão de obra fundamental nas plantações de cana de açúcar, de tabaco e de algodão, nos engenhos, e mais tarde, nas vilas e cidades, nas minas e nas fazendas de gado”. Sendo assim, os diversos acordos comerciais realizados para a compra de escravos, sistema ao qual caracterizou o país durante o período colonial, fez com que aumentasse o número de escravos. Conforme GELEDÉS (2012),

Além de mão de obra, o escravo representava riqueza: era uma mercadoria, que, em caso de necessidade, podia ser vendida, alugada, doada e leiloada. O escravo era visto na sociedade colonial também como símbolo o poder e do prestígio dos senhores, cuja importância social era avaliada pelo número de escravos que possuíam. (GELEDÉS, 2012, p.1)

Depois da concretização das vendas dos escravos aos grandes senhores de fazendas, os escravizados eram utilizados em vários tipos de trabalhos exaustivos, e em seguida, designados para as senzalas onde seria sua nova moradia. Arrancados e separados do continente mãe e de seus familiares, eram todos separados nas senzalas para evitarem futuras fugas. Os escravizados tiveram que passar por um processo de mudança em seus costumes e hábitos e praticavam sua cultura sempre às escondidas para não sofrerem castigos. Sendo assim, segundo Albuquerque (2006, p.41), “os escravizados violentamente separados de suas famílias e comunidades, eles foram obrigados a se ajustar a novos senhores e a exigências de trabalho que desconheciam em suas regiões de origem.”

Eram organizadas companhias de comércio vindas da Europa que se deslocavam ao continente africano em embarcações construídas e preparadas para o tráfico humano. Tais expedições tinham como objetivo transportar grande número de escravizados africanos para o chamado Novo Mundo, que, ao chegarem, seria utilizado para exercerem diversas atividades domésticas, trabalhos braçais e até mesmo satisfazerem os desejos sexuais do homem branco. Na maioria das vezes, os negros eram retirados a força de sua família e levados para as Américas. Para o europeu, que chegava às terras africanas, não importava para eles se o negro era um rei, um príncipe ou um líder de alguma comunidade, seria capturado e tornado escravo. Ao analisar o impacto da escravidão e do sistema escravista no Brasil durante o período colonial, Bóris Fausto (1996), enfatiza que:

A escravidão foi uma instituição nacional. Penetrou toda a sociedade, condicionando seu modo de agir e de pensar. O desejo de ser dono de escravos, o esforço por obtê-los ia da classe dominante ao modesto artesão branco das cidades. Houve senhores de engenho e proprietários de minas com centenas de escravos, pequenos lavradores com dois ou três, lares domésticos, nas

² GELEDÉS é o Instituto da Mulher Negra, que luta contra o preconceito, a discriminação racial existente na sociedade, fundada em 1988.

idades, com apenas um escravo. O preconceito contra o negro ultrapassou o fim da escravidão e chegou modificado há nossos dias. (FAUSTO, 1996, p. 41).

A partir do pensamento de Fausto, na sociedade brasileira naquele período, podemos perceber que o desejo em possuir e, conseqüentemente, exercer o poder por ser um dono de escravos transformou mesmo o simples comerciante ou lavrador em proprietário de escravizado, o que nos faz pensar sobre a quantidade de negros escravizados existentes no país durante o período colonial, já que a escravidão era uma instituição legal e, conseqüentemente, banalizada na sociedade.

Após aproximados trezentos anos de escravidão, nos quais os negros africanos vinham sofrendo no Brasil, depois de diversas tentativas de busca da liberdade, o sonho de se tornar liberto e sem sofrer maus tratos foi oficializado no dia 13 de maio de 1888, ao menos “juridicamente”, a escravidão no Brasil chegou ao fim, pela Lei Áurea, sancionada pela Princesa Isabel. No entanto, a libertação da escravatura não pode ser entendida a partir da Lei Áurea em si, mas dos processos que o antecedem e retiram da Princesa Isabel o protagonismo do ato, pois o documento é o resultado de pressões externas e, principalmente, das lutas internas promovidas pelos próprios movimentos e lutas dos negros no Brasil.

Em diversas cidades do país, multidões de negros escravizados aguardavam reunidos em ruas e praças o decreto. Os olhares das comunidades escravizadas centravam-se em direção à cidade do Rio de Janeiro, capital do país durante o período, para juntos, ouvirem o decreto da princesa Isabel. Mediante pressões de potências europeias para que o Brasil colocasse um ponto final na escravidão dos negros africanos. Tal acontecimento gerou entusiasmo e alegria e foi comemorado por todas as comunidades de escravizados no país. Logo após o decreto, o povo negro africano comemorava e festejava todos os dias o abolicionismo.

A liberdade foi “concedida” a todos os africanos que ao Brasil chegaram e à população de raízes africanas nascidas em terras brasileiras, que hoje são denominados de afro-brasileiros ou afrodescendentes. Contudo, o que atualmente se instituiu oficialmente como o dia da liberdade para os negros antes escravizados, na verdade, foi o ponto inicial de um período para novos sofrimentos, pois logo após da Lei Áurea, começaram a surgir problemas relacionados a falta de trabalho e a marginalização das comunidades negras no Brasil. Mas afinal, o que representou de fato o decreto da Lei Áurea para a população negra do período?

Se por um lado, os negros deixavam de ser “coisa”, propriedade de seus donos, por outro não houve nenhuma preocupação por parte dos políticos para receberem esses sujeitos como cidadãos brasileiros. A população liberta ficou, portanto, sem nenhum espaço social disponível

para sobrevivência, foram empurrados para locais não desejados e colocados à margem do sistema de produção.

A ideia de inferioridade, já impregnada na sociedade brasileira sobre o sujeito negro e seu ofício, levou-o a desenvolver e procurar estratégias de atividades de nenhum privilégio social. Foi incentivada uma preferência pela utilização da mão de obra do imigrante vindo da Europa. Os negros libertos sem terem para onde ir, vivendo em uma sociedade competitiva e em situação repleta de desigualdade, juntamente com os imigrantes nos engenhos, fazendas e nos centros urbanos, passou a viver em situação precária de desemprego ou subemprego e na marginalidade.

Portanto, a Lei Áurea não trouxe o sonho da liberdade plena para os povos negros. A verdadeira situação de exclusão nos remonta ao passado da escravidão e as falsas ideias de inferioridade negra constituída logo após a abolição infelizmente, se perpetua até os dias atuais, nos mais diversos espaços sociais.

De acordo com Rios e Mattos (2004, p. 185) com o processo do abolicionismo do cativo, os negros escravizados parecem ter saído do interior das senzalas e da história, sendo substituídos pela entrada em massa de imigrantes vindos da Europa. O período em abordagem, é pouco explorado pelos materiais didáticos, o que nos faz pensar alguns acerca da atenção e da situação da população afro-brasileira na contemporaneidade.

A visão do processo de libertação como um presente e uma conquista implementada por heróis brancos era uma concepção de história que invisibilizava as lutas dos negros escravizados no país. As fugas para os quilombos, os assassinatos de senhores de engenhos e de capitães do mato; os suicídios, a manutenção de elementos de suas culturas de maneira disfarçada foram formas de luta que pressionaram a sociedade escravista e contribuíram para a abolição da escravidão. Além disso, podemos considerar os elementos econômicos e o processo de substituição da mão-de-obra negra por imigrantes europeus, associados também a ideia de embranquecimento do país.

Apesar do fato de a escravidão no Brasil ser colocada na ilegalidade, não podemos considerar que o decreto foi aceito em todas as regiões do Brasil. Assim como as diversas leis criadas atualmente no território brasileiro são cumpridas de diferentes formas em determinados lugares, é preciso contextualizar também as leis decretadas nos anos finais do século XIX. Portanto, com a liberdade, as lutas organizadas dos diversos grupos negros não acabaram, eles passaram a se (re)organizar e centraram suas forças pela conquista de seus direitos constitucionais. Muitos procuraram instituições, como cartórios, não só para registrarem seus

filhos, mas também para tornar legais suas uniões conjugais, o que demonstra a luta para que fossem garantidos os direitos mais simples:

A busca coletiva de legalizar as relações familiares constituídas ainda sob o cativeiro é um índice expressivo das expectativas formadas a partir dessa nova condição de liberdade. Esta atitude se ligava a uma preocupação ainda maior. A de construir uma imagem positiva da pessoa e da família como parte de um conjunto de valores socialmente reconhecidos e reforçados, a que chamaremos de “reputação”. (RIOS E MATTOS, 2004, P. 187).

Para entender o processo de libertação dos negros no Brasil é preciso investigar seu movimento, desde a senzala até a continuidade pós-abolição, o que tem se dado em temáticas abordadas por diversos autores das ciências humanas e sociais. O que se tem entendido é que, a princesa Isabel, juntamente com a elite senhorial, ao conceder a “liberdade” aos escravos negros, não o fez senão cedendo a um longo processo de pressões conduzido por grandes potências da Europa, em particular, da Inglaterra onde se encontrava o desenvolvimento da Revolução Industrial.

Diante de tal aspecto, devemos ter um olhar crítico em torno das fontes históricas que problematizam esses fatos. Até porque, nem a princesa Isabel e nem tampouco a elite senhorial do país que possuíam o poder nas mãos, colocavam como prioridade sobre as questões políticas elementos como a “piedade”, “compaixão” ou tinham empatia pelas dores, angústias, tormentos, castigos, fome e sede que os escravos passavam nas senzalas e fazendas dos senhores. Mas sim, os “donos do poder” como se consideravam, queriam e desejavam defender seus direitos e investimentos no Brasil e com os demais países e por isso foram praticamente forçados a decretar o abolicionismo.

Não devemos considerar como único marco importante nos estudos em torno da abolição da escravidão no Brasil o decreto da Lei assinada pela princesa Isabel. Vários outros movimentos e sujeitos e frentes de ações tiveram participações e fortaleceram o processo em prol da liberdade dos negros escravizados. Fugas, formações de quilombos, líderes negros, intelectuais e movimentos sociais como a Frente Negra Brasileira e o Movimento Negro Unificado são fatores que incendiaram na sociedade brasileira lutando para melhores condições humanas ao povo negro africano e brasileiro.

Os negros saíram das senzalas do país, mas a partir de um processo de lutas que não pode ser esquecido, mesmo porque discriminação, preconceito e injustiças ainda são obstáculos na condição de ser negro no Brasil. Nesse sentido, o movimento negro conquistou direitos importantes, mas continuam buscando espaços na vida social brasileira. A História não pode jamais deixar o povo negro de fora de suas pesquisas. O povo negro é um dos que constituiu e

formou a identidade brasileira com sua cultura; seja na culinária, religião, na música, da dança, na língua, na moda e em várias outras esferas.

A historiografia e as narrativas históricas em torno do processo da escravidão no Brasil que se desenvolvem a partir de lutas do negro pela liberdade teve seus primeiros passos nos anos de 1880 em todas as regiões do país e com a participação de brancos, negros e indígenas de diversas condições financeiras e posições políticas. Durante tal período surgiram grupos e instituições que desenvolviam funções importantes na sociedade que ajudaram a lutar juntos em prol da abolição e conseqüentemente buscando melhores condições de vida para os escravos.

Foram séculos de sofrimento, desgastes físicos e psicológicos. Para os escravizados, fugir se tornou uma estratégia comum para não serem submetidos ao processo de trabalho forçado. Com o processo de articulações passaram a planejar e organizar grupos nos lugares distantes e de difícil acesso que, com o passar dos tempos foram chamados de quilombo³. Essa forma de resistência, representa uma das mais eficazes lutas da população negra contra o sistema escravocrata, ressaltando a importância do Quilombo dos Palmares neste contexto.

Para entendermos o contexto geral de oficializações no processo de luta pela libertação, é de suma importância ressaltamos alguns fatos históricos que ocorreram no decorrer desta trajetória e de fatores essenciais que corroboraram para o fim do sistema de exploração e escravidão no Brasil. GELEDÉS (2012), aponta fatos essenciais nesse processo:

1850 – Promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que acabou definitivamente com o tráfico negreiro intercontinental. Com isso, caiu a oferta de escravos, já que eles não podiam mais ser trazidos da África para o Brasil.

1865 – Cresciam as pressões internacionais sobre o Brasil, que era a única nação americana a manter a escravidão.

1871 – Promulgação da Lei Rei Branco, mais conhecido como Lei do Ventre Livre, que estabeleceu a liberdade para os filhos de escravas nascidos depois desta data. Os senhores passaram a enfrentar o problema do progressivo envelhecimento da população escrava, que não poderia mais ser renovada.

1872 – O Recenseamento Geral do Império, primeiro censo demográfico do Brasil, mostrou que escravos, que um dia foi maioria, agora constituíam apenas 15% do total da população brasileira. O Brasil contou com uma população de 9.930.478 pessoas, sendo 1.510.806 escravos e 8.419.672 homens livres.

1880 – O declínio da escravidão se acentuou nos anos 80, quando aumentou o número de alforrias (documentos que concediam a liberdade aos negros), ao lado das fugas em massa e das revoltas dos escravos, desorganizando a produção nas fazendas.

1885 – Assinatura da Lei Saraiva-Cotegipe ou, popularmente, a Lei dos Sexagenários, pela Princesa Isabel, tornando livres os escravos com mais de 60 anos.

1885/1888 – O movimento abolicionista ganhou grande impulso nas áreas cafeeiras, nas quais se concentravam quase dois terços da população escrava do Império.

13 de maio de 1888 – Assinatura da Lei Áurea, pela princesa Isabel. (GELEDÉS, 2012, p. 02).

O sistema escravista brasileiro foi um período que deixou marcas e cicatrizes irreparáveis para o país, tendo forte impacto no processo do desenvolvimento histórico nacional. Neste contexto histórico, podemos ressaltar as fugas e formações de quilombos utilizados pelos escravos como método de resistência. Questões em torno do preconceito e da discriminação racial persistem até os dias atuais e contribuem no fortalecimento do discurso da desvalorização e desprezo da cultura africana e de seus descendentes, sendo tal cultura que nos deixou heranças

1.2 A formação de Quilombos no Brasil

Do século XVI ao XIX, uma das estratégias utilizadas pelos escravos para saírem do tormento, da violência psicológica e física que sofriam de seus senhores e dos diversos outros maus-tratos realizados no período da escravidão era a fuga dos cativeiros onde moravam, sejam nas senzalas, fazendas ou engenhos. Porém, esta prática utilizada pelos escravos poderia ser modificada ou até mesmo combinada com o uso de estratégias de negociação ou conciliação entre os escravos e seus donos. Para o historiador Matheus Serva (2012),

As fugas e formações de quilombos ocorriam com mais frequência quando os escravos percebiam que os senhores estavam divididos. Outra situação propícia era quando os senhores retiravam dos escravos alguns benefícios ou vantagens a que eles estavam acostumados e que entendem como sendo direitos conquistados. (SERVA, 2012, p. 35).

As primeiras tentativas realizadas pelos escravos ocorriam durante o tráfico em alto mar quando eram capturados, comprados e arrancados de seu território pelo homem branco. Colocados em péssimas condições sanitárias nas diversas embarcações, recebiam o nome de navios negreiros. No interior dos navios, muitos tentavam fugir do futuro que os aguardava; pulavam em alto mar na tentativa de fugir ou chegavam a cometer suicídio na tentativa de escaparem daquele sofrimento, porém, este meio utilizado por eles levava-os a morte, o que para muitos deles era melhor do que ter sua liberdade privada. Outras maneiras desempenhadas pelos escravos eram as fugas que poderiam ter diversos significados e objetivos dependendo de qual tipo para determinada comunidade de escravos. Os que aqui chegavam tiveram que viver em senzalas em condições precárias e assim como nos navios negreiros, nas senzalas os escravos também realizaram estratégias de fugas para escapar do sistema escravista.

Diante das várias situações enfrentadas no decorrer da viagem em alto mar, ao chegarem ao Brasil, enfrentariam ainda uma exaustiva rotina de trabalho árduo e em situações precárias de higiene, saúde e alimentação. Muitos destas situações levavam os escravos a terem uma estimativa de vida curta. Ao mesmo tempo, para os escravos que resistiam ao sistema escravista resistindo, rebelando-se ou fugindo, a violência, isto é, as torturas praticadas e armas de fogo eram utilizadas para o manter o controle e a dominação dos escravos, ou até levando-os a morte.

Em suas jornadas diárias, os negros também sofriam os mais variados tipos de castigos, nas cidades os principais castigos eram os açoites feitos publicamente nos pelourinhos que se constituíam em colunas de pedras erguidas em praças públicas e que continha na parte superior algumas pontas recurvadas de ferro onde se prendiam os escravos. (GELEDÉS, 2012, p.1)

A fuga dos escravos poderia ter diversos significados e configurações para os praticantes, tudo dependia do objetivo a ser alcançado por eles. Sendo assim, havia fugas nas quais o escravo negro fugia para determinado local, o mais distante possível das terras onde estavam escravizados e montavam acampamento e morada, declarando-se livres. De acordo com Matheus Serva (2012), existiam também fugas características do tipo reivindicatórias, nas quais o escravo lutava por melhores condições de vida e realizava reivindicações de melhorias nas suas condições de vida e trabalho. Também, existiam as fugas de rompimento, que eram revoltas realizadas por escravizados, de forma mais radical, resultando em grandes insurreições e revoltas em várias regiões. De acordo com Matheus Serva (2012, p. 35),

Fugir para a liberdade nunca foi tarefa fácil, pois o grande desafio para que a fuga desse certo não estava na simples passagem pela porteira da fazenda ou não retornar á casa do senhor após um dia de trabalho nas ruas da cidade, mas sim em transpor o grande obstáculo que era o de escapar da sociedade escravista. (SERVA, 2012, p. 35).

Podemos considerar, de modo geral, todas as tentativas de fugas realizadas pelos escravos como um processo de ações na qual os escravizados realizaram para resistirem ao sistema escravista que o homem branco determinava. Vivenciando terrores cotidianamente ao seu povo como assassinatos, violências físicas e psicológicas, castigos, entre outros mecanismos abomináveis utilizados para forçarem os escravizados a desempenharem suas tarefas e atividades, tal povo viu como estratégia de sobrevivência a fuga, em busca da liberdade.

O uso intensivo de castigos corporais com o escravo poderia ser a gota d'água para desencadear uma revolta, porém, nem sempre foi o único condicionante. Podemos considerar outras situações que levaria a uma insurreição escrava no período. Assim sendo, fatores para desencadear fugas ou revoltas seria caso os senhores se recusassem em conceder a carta de

alforria ao escravo, principalmente, quando este escravo possuía condições financeiras de comprar a sua própria liberdade.

Quando ocorriam as revoltas dos escravos nos lugares de trabalhos, muitos deles fugiam e organizavam nos novos locais de sobrevivência novos agrupamentos. Tais espaços eram construídos pelos próprios escravos na tentativa de escaparem dos abusos, torturas e maus-tratos de seus senhores. Os escravos chegavam nesses locais, denominados por muitos no princípio de *mocambos*, que se configurava para este grupo, um local de esconderijo. Com o passar dos tempos, os agrupamentos de escravos receberam outra denominação, deixando de ser conhecido de mocambos e passando a ser conhecido como *quilombo*³.

De acordo com Munanga e Gomes (2004, p. 71-72), a etimologia da palavra *kilombo* tem suas raízes na língua banto *umbundo*, falada pelos povos *ovimbundo*, que se refere a um espaço de fortaleza ou uma aglomeração militar de escravos para combater o perigo do homem branco. Essa aglomeração, de caráter sociopolítica e militar já era conhecida no continente africano e, em particular, na África Central desde o século XVII.

De acordo com estudiosos da ciência antropológica Munanga e Gomes (2004) na África, o termo *quilombo* designa-se um agrupamento de homens, aberto a todos. Além disso, tais estudiosos enfatizam que existem semelhanças entre as formações dos quilombos no Brasil com os existentes na África. Sendo assim, para Munanga e Gomes (2004),

Os quilombos brasileiros podem ser considerados como uma inspiração africana, reconstruída pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de outra forma de vida, de outra estrutura política na qual todos os oprimidos são acolhidos. (MUNANGA & GOMES, 2004, p.80).

A formação dos quilombos pelas diversas regiões do país existiu onde foi desenvolvido o sistema escravista dos negros africanos e seus descendentes. Em todas as Américas, existiam comunidades semelhantes, porém diferenciam-se em seus nomes dependendo da região localizada existiam os *cimarrónes*, em países que foram colonizados pelos espanhóis; *palenques*, em Cuba e na Colômbia; *cumbes*, na Venezuela; e *marroons*, na Jamaica, Guianas e nos Estados Unidos da América.

Podemos entender e ressaltar que o surgimento dos quilombos nas Américas não se caracteriza apenas com o objetivo de instituição militar inspirada na África Central, mas,

³ Agrupamentos onde escravizados fugidos se refugiavam durante o período colonial brasileiro.

principalmente, como uma experiência de união entre os escravos africanos e seus descendentes, como uma estratégia de sobrevivência e oposição ao sistema escravista, juntamente com outras participações da população, em particular, os povos indígenas, que se interagiram e lutaram juntos em busca da liberdade. Portanto, trata-se da diáspora africana, que nos dias atuais é pouco conhecida e estudada no Brasil, em específico, no cotidiano escolar.

De acordo com que Moura (1997), no processo de colonização do Brasil, a primeira definição para a conceituação do seria *quilombo* foi realizada pela Coroa Portuguesa, a partir das palavras do rei de Portugal direcionadas ao Conselho Ultramarino (2/12/1740): “Toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem achem pilões neles”. Uma definição a partir da perspectiva do explorador que pode retratar o incômodo que essa forma de luta despertava aos colonizadores.

Muitos dos quilombos construídos nas regiões do país possuíam milhares de escravos em suas comunidades. Um dos grandes exemplos de formação de quilombos, tanto em aspectos de estrutura como na quantidade de escravos foi o Quilombo dos Palmares. O seu surgimento se deu em torno do século XVI, nos territórios da capitania de Pernambuco, mais precisamente, no atual estado de Alagoas. O quilombo foi constituído de escravos que fugiam dos engenhos e fazendas de seus senhores da região de Pernambuco e que decidiram se fixar e construir na região da Serra da Barriga, na zona da mata de Alagoas o conhecido quilombo dos Palmares.

O primeiro registro sobre a existência do quilombo de Palmares refere-se a 1597, embora existam algumas teses que problematizem que o quilombo existia há um longo período. Com o passar dos tempos, Palmares foi crescendo, tornando-se conhecido e famoso entre os escravos e as autoridades e servindo como inspiração para outras insurreições escravas como estratégias de fugas e de resistência ao sistema escravista. O Quilombo dos Palmares era composto por uma associação de diversos negros africanos escravos e continha aproximadamente em torno de 15, 20 e 30 mil habitantes. O surgimento do quilombo logo começou a chamar a atenção dos governantes das cidades e com isso provocaram sentimentos de medo nas autoridades do período.

O quilombo foi designado de Palmares, devido ter sido construído em uma região onde predominava uma planta chamada de palmeira e que esta possuía diversas utilidades para aquela comunidade, como por exemplo, forneciam alimentos aos quilombolas e que o uso de suas folhas serviam para a construção dos telhados das casas onde moravam.

A historiografia em torno da existência de Palmares ficou caracterizada pela estratégia de resistências e luta contra os colonizadores europeus. Durante o período da invasão holandesa na região nordeste (1630-1654), Palmares registrou um grande crescimento de habitantes,

resultado este fruto do avanço holandês sobre os portugueses naquele território, que tornava reduzido a procura de negros fugitivos, como também, reduzia os níveis de vigilância, fazendo com que os escravos tivessem mais oportunidades de fugas.

Considera-se o fim do quilombo dos Palmares no ano de 1694, mas a sua força, resistência e bravura desempenhadas pelos quilombolas naquele território foram desenvolvidas por alguns anos. O seu grande líder Francisco Nzumbi, conhecido popularmente como Zumbi dos Palmares resistiu até 1695, quando foi traído por um de seus companheiros e caiu em uma emboscada, sendo assassinado pelos portugueses. Mesmo com a morte do líder do quilombo, as expedições portuguesas permaneceram naquele território até meados do século XVIII para que não ocorresse outra insurreição de escravos.

O objetivo da formação dos quilombos baseava-se na conquista da liberdade ao escravizado. Sendo assim, os africanos se encontravam libertos e começavam a viver em comunidades, com seu povo, com sua cultura e religião, como também, buscavam melhores condições de vida. De acordo com Matheus Serva (2012),

O exemplo de Palmares é emblemático, pois foi o maior quilombo de que se tem notícia no período colonial. Com períodos intermitentes de paz e lutas, foi também o que durou mais tempo, existindo entre os anos de 1605/1606 até 1694. (SERVA, 2012, p. 38).

Para o historiador Flávio Gomes (2012), os quilombos possuíam domínio sobre os diversos locais e se constituíam em comunidades com autonomia, porém, não eram totalmente distantes da vida urbana das cidades e os sujeitos que faziam parte dessas comunidades mantinham relações diversas com a sociedade colonial brasileira. Isto é, tais relações com o mundo fora das comunidades quilombolas dependiam basicamente do contexto social, político e das circunstâncias que se encontravam os sujeitos inseridos.

Podemos ressaltar que além do Quilombo dos Palmares, outras comunidades quilombolas existiram no período. O Quilombo dos Palmares que se caracterizava como forma de esconderijo dos escravos africanos e proporcionando-lhes condições de liberdade, podemos enfatizar que no decorrer dos anos da década de 1880, quando o Brasil se encontrava no processo da Abolição da escravidão, encontramos registros de outros tipos de quilombos existentes, chamados de quilombos abolicionistas. A formação do quilombo abolicionista tinha adeptos de grandes personalidades e lideranças popularmente conhecidas da sociedade brasileira que se encontravam articuladas com indivíduos do cenário político. (SERVA, 2012, p.39).

Os quilombos abolicionistas eram basicamente construídos em torno das cidades, desempenharam uma grande importância no cenário político brasileiro, principalmente no que

se refere à luta dos escravizados negros pela liberdade. Assim sendo, com a origem de tais quilombos ficava evidente que a escravidão no Brasil se encontrava perdendo a validade de tal prática. Desta forma, o trabalho escravo começava a ser questionado e discutido nas instituições políticas, como também em outros locais, como no interior das senzalas, nos meios de comunicação da época e até mesmo nos espetáculos.

O processo de valorização das lutas e resistências dos africanos no Brasil, encontra-se em destaque e revisitação em prol de um novo entendimento do papel do povo negro brasileiro. São intelectuais, como sociólogos, antropólogos, e em particular, nós historiadores. Sendo assim, buscamos investigar e problematizar o longo processo vivido por eles durante o período da senzala até abolição e conseqüentemente as suas conquistas na sociedade brasileira, apontando desta forma, a diversidade de estratégias adotadas por eles para sobreviverem e conseguirem a liberdade e os direitos tão almejados.

1.3 Racismo, Branqueamento e Democracia Racial no Brasil

Nos caminhos da formação da história do Brasil, foram elaborando diversos conceitos em busca de uma definição para o fenômeno do racismo e das práticas preconceituosas desenvolvidas para com a população negra brasileira. Este ato violento e desumano se perpetua até os dias atuais, adquirindo formas advindas das situações da vida cotidiana relacionados aos problemas sociais, políticos, culturais e econômicos.

Desta forma, o racismo vai se alterando conforme o passar dos tempos. Contudo, foi no período da escravidão que se firmou e se naturalizou no Brasil, sendo identificadas permanências e práticas até a atualidade. Muitas pessoas difundem o racismo, muitas vezes de maneira inconsciente, sem antes fazer uma reflexão sobre a temática e as conseqüências que tal prática poderá ocasionar. Entender o racismo na sociedade brasileira e no mundo se faz necessário partimos de uma discussão estrutural. Para a filósofa Djamira Ribeiro (2019),

Falar do racismo no Brasil é trazer uma perspectiva histórica e começamos a relacionamos o processo de escravidão com o racismo, mapeando suas conseqüências. É pensar como esse sistema vem beneficiando economicamente por toda a história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e a distribuição de riquezas. (RIBEIRO, 2019, p.9)

Para a Djamira Ribeiro, o racismo se encontra na estrutura social do Brasil e por isso, necessita de uma reflexão histórica sobre a vida do negro no Brasil deste o período colonial e suas consequências para a população negra. Seguindo o mesmo pensamento, a psicanalista Neusa Santos em sua obra *Tornar-se Negro* (1983), “o racismo se desenvolve deste a instituição do sistema escravista, o homem branco ao tornar o africano como escravo, caracterizou-o e o definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição inferior.”

Sendo assim, se faz necessário que reconheçamos as práticas violentas de torturas ocorridas no período colonial de nosso país. A partir daí, iremos compreender que o racismo foi e sempre será um sistema de opressão que se encontra enraizado dentro de cada um de nós, nas pessoas que amamos e que este sistema vem ao longo do tempo negando direitos a uma população. Portanto, necessitamos buscar estratégias de combate a este monstro e como salienta Silvio Almeida (2018), em livro o que é racismo estrutural, “que a mudança na sociedade não se fará apenas com denúncias ou com repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas.”

Baseando-se em Cardoso (2008), podemos construir uma reflexão acerca do preconceito racial e da discriminação, discutindo os seus distintos conceitos. Segundo o autor: “o preconceito racial e o racismo se encontram no mundo dos ideais, e a discriminação racial “injusta” seria a objetivação do preconceito e do racismo, isto é, a prática de racismo”. (CARDOSO, 2008, p.28):

Até o final dos anos 1960, a maioria dos dicionários e livros escolares definiam (o racismo) como uma doutrina, ideologia, ou conjunto de crenças. O núcleo dessa doutrina era de que a raça determinava a cultura, e daí derivam as crenças na superioridade racial. Nos anos de 1970, a palavra foi usada em sentido ampliado para incorporar práticas e atitudes, assim como crenças; nesse sentido, racismo a passa a denotar todo complexo de fatores que produzem discriminação racial e, algumas vezes, frouxamente, designa também aqueles fatores que produzem desvantagens raciais. (CARDOSO, 2008, p.28 apud Banton & Miles, p.276).

Sendo assim, cria-se um mito de uma inferioridade negra, classificando e expressando o sentimento do homem branco e dos poderosos, mediante o uso de palavras que se encaixam para justificar o contexto sócio-histórico-social.

Um marco importante para enfrentamos o preconceito racial está enraizado no fato da percepção da existência do problema, olhando de forma mais crítica, podemos entender sucintamente um problema que se encontra escondido encoberto pela maioria dos sujeitos, nas diversas concepções ideológicas na vida social:

Racismo é referido, em primeiro lugar, como sendo uma doutrina, quer se queira cientificar, quer não, que prega a existência de raças humanas, com diferentes qualidades e habilidades, ordenadas de tal modo que as raças formem um gradiente hierárquico de qualidades morais, psicológicas, físicas e intelectuais (GUIMARÃES, 2004, p.17).

Portanto, esconder o ato do racismo é uma maneira de exclusão e de violência, mas isso não significa dizer que o problema em torno do racismo não persista em nosso cotidiano. Sendo assim, Guimarães (2004) salienta que:

Chama-se, ainda, de racismo o sistema de desigualdades de oportunidades, inscritas na estrutura da sociedade, que podem ser verificadas raciais, seja na educação, na saúde pública, no emprego, na renda, na moradia, etc. (GUIMARÃES, 2004, p.18).

Desta forma, analisamos que o racismo se faz presente de maneira velada na sociedade brasileira, como ressaltado anteriormente a partir dos problemas socioeconômicos e nas demais esferas. O Brasil necessita implementar meios eficazes para conscientizar a população, principalmente, no cotidiano escolar, de combate ao racismo, que menospreza os sujeitos pertencentes a etnia negra desde a infância. Para Cardoso (2008), à população brasileira, dada a concepção de sua ideologia de negação a existência do ato do racismo, mais relevante do que definir o seu conceito, é pensarmos e refletir em um caminho de exterminar a sua prática na sociedade.

Diante disso, pensamos e refletimos em uma educação que busque a valorização da cultura africana em nosso país, se torna de suma importância para o combate a esta mazela social, pois a partir do conhecimento da cultura do outro, assim como, do conhecimento de nossas raízes, da história do Brasil, da cultura brasileira e africana, iremos juntos construir o processo de valorização e o reconhecimento da importância do povo negro na nossa formação, leva-nos a identificar-se como sujeitos participantes em uma visão positiva na história do nosso Brasil, quebrando com a visão eurocêntrica transmitida para muitos de nós nos estabelecimentos de ensino, na qual a população negra era vista apenas como escrava, que aceitaram de boas a escravidão e que tiveram como redentora a princesa Isabel.

Realizar uma reflexão no que se refere ao intento do branqueamento do negro no Brasil é resgatamos discussões relevantes sobre a sua formação histórica e cultural. É compreendemos que o diálogo irá se desenvolver em uma sociedade de classes sociais distintas, apresentando diferenças em suas ideologias. Assim sendo, sem levarmos em consideração a história dos povos escravizados a partir do seu processo de luta e resistência, estaríamos construirmos um raciocínio unilateral e eurocêntrico.

Desse modo, as ideias em torno do conceito de branqueamento são resultado de uma ausência do reconhecimento de participação da população negra africana para a construção da formação e identidade nacional brasileira. Teorias foram desenvolvidas ao longo dos tempos, na tentativa de esclarecer as práticas utilizadas para inferiorizar a população negra e seus descendentes e ao mesmo tempo elevar a superioridade da cultura branca. De acordo com Cardoso (2008), a referência entre o processo histórico e a teoria racial, desenvolvida por Gobineau⁴, e da escola positivista de Auguste Comte, os sujeitos que compunham a classe alta brasileira foi influenciada também por outras ideologias europeias, em particular, o darwinismo e o evolucionismo.

Essa intenção de branqueamento foi responsável por disseminar a inferioridade da raça negra e, conseqüentemente, protagonizar o homem branco e seu trabalho em relação ao desenvolvimento do Brasil enquanto nação. De acordo com Cardoso (2008):

Neste momento, somente o trabalhador branco representava o progresso. Por conseguinte, restava ao trabalhador negro – antigo escravizado desaparecer ao se misturar com o branco para gerar mestiços, ou seja, negros embranquecidos. Isso era possível porque a cultura branca por ser considerada superior a cultura negra, com a mistura, diluiria a cultura negra no decorrer das gerações. (CARDOSO, 2008, p.16).

Portanto, percebemos que existiu uma intenção para classificação dos sujeitos na sociedade e na eliminação das diferenças existentes. Assim, podemos compreender que a concepção de branqueamento foi uma teoria construída e que desenvolveu práticas preconceituosas, racismo e diversos outros atos que ratificaram as desigualdades utilizadas pelos poderes da elite brasileira no convívio social, o que segue forte de maneira subliminar na sociedade brasileira.

Outra teoria, por muito tempo aceita e que se tornou senso comum no país é a de que vivemos em uma democracia racial, onde negros, brancos e índios conviveram harmoniosamente na formação do povo brasileiro, que seria a miscigenação dessas três raças. Ao abordamos este assunto, a partir do que aponta Freyre (2001), de que o convívio harmônico existente na sociedade relacionava-se: aos portugueses possuírem uma propensão especial para conviver os nativos aqui existentes, assim como, a cultura africana e outras culturas que aqui

⁴ Filósofo, escritor e diplomata que durante o século XIX, produziu teorias sobre o racismo que durante o período foram consideradas as mais importantes entre os demais estudiosos sobre a temática. Conseguiu reconhecimento com a produção da obra “Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas”, publicado no ano de 1855. Este livro é considerado um dos estudos pioneiros sobre temas do racismo. Para Gobineau, a miscigenação seria o processo que estaria levando os seres humanos a graus sempre mais altos de degeneração intelectual e física.

estavam e a partir disso resultaria que os territórios por eles conquistados e colonizados não apresentariam práticas do ato do racismo (FREYRE, 2001). Entretanto, percebemos ao analisar o contexto histórico que ocorreu uma grande preocupação em romantizar a historiografia da população negra brasileira e excluir todos os acontecimentos ocorridos ao longo da história.

A partir de então, a ideia da democracia racial direcionou a forma de pensar das pessoas para uma nova “verdade”: a de que não existe, nem existiu, em nosso meio social a prática do racismo para com a população negra. Tal ideia fez e ainda faz com que o povo acreditasse que as relações sociais e a convivência entre negros e brancos se constituíssem em harmonia, permitindo com que houvesse um favorecimento entre a elite branca. Sendo assim, o antrólogo Kabengele Munanga (2004)

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são expropriadas, dominadas e convertidas em símbolos nacionais pelas elites dirigentes. (MUNANGA, 2004, p.84).

Portanto, afirmamos que no Brasil não existe racismo é fechamos os nossos olhos para um grande problema social que expropria direitos e isola sujeitos e é visto em muitos locais e nas atitudes humanas, sejam elas veladas ou não, isto é, na formação de nossa sociedade. É projetar a ideia de uma população negra que vive com os mesmos direitos e deveres dos brancos, supondo, assim, que os problemas e dificuldades em torno do negro foram extintos com a abolição e com a ideia da democracia racial.

Com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, deu-se início uma série de produções historiográficas que tinham como objetivo contribuir na construção de uma história nacional para o país. Pesquisas realizadas sobre a formação de uma identidade nacional brasileira ganharam destaque, como a obra “História Geral do Brasil” de Adolfo Varnhagen, que ressalta que os povos indígenas e africanos que aqui se encontravam não faziam parte da história do Brasil e com isso deveriam ser considerados esquecidos ou extintos das produções históricas brasileira.

Os estudos do período que mantinham tal visão, narram que a existência e presença dos povos indígenas e africanos representavam um atraso para o Brasil. Sendo assim, as produções

históricas sobre o Brasil, o homem branco devia ser o único protagonista da construção e formação da história nacional ressaltando suas conquistas, valores, costumes, cultura e sua religião.

Tomando como referência tal visão preconceituosa e racista; vivendo em uma sociedade escravista, os povos negros que eram retirados por meio do uso da violência física de suas famílias, de seus lares, chegavam ao Brasil enfraquecidos e doentes devido a viagem em alto mar em péssimas condições. Ao chegar, tinham que desempenhar diversas funções nas fazendas de seus senhores, convivendo com maus-tratos e ainda convivendo com a desigualdade, preconceito e racismo do homem branco brasileiro. Diante disso, para fazer parte desta sociedade de exclusiva, discriminatória e racista, os povos negros tinham que buscar estratégias para viverem e sobreviverem para depois reconstruir sua trajetória histórica, ou seja, sua identidade aqui na nova terra.

Diante de tais motivos, a imagem do negro no Brasil foi criada e repassada para as pessoas em obras literárias, históricas ou nos livros didáticos de maneira estereotipada, como sendo sujeitos utilizados apenas como mão de obra dos senhores brancos, e que não tinham história e, portanto deveriam ser tratados como sendo inferiores em relação ao homem branco. Tais estereótipos contribuíam para aumentar o desrespeito e as práticas preconceituosas com o povo negro no Brasil. Segundo Kabengele Munanga, as ideias que abordavam tais aspectos de superioridade do homem branco visavam:

Apesar do processo de branqueamento físico da sociedade ter fracassado, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças de negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de continuidade baseada na negritude e mestiçagem, já que todos sonham ingressar um dia em identidade branca, por julgarem superiores. (MUNANGA, 2006, p.16).

Fica evidente que durante o período da escravidão brasileira e logo após o abolicionismo a identidade social acerca do homem negro permanecia inferior à do homem branco. Assim, eram constantes os ataques aos negros no Brasil e com isso a suposta superioridade e ideologia branca tendiam cotidianamente crescer sobre o negro a situação inferiorizada dos negros.

Contudo, surgiu a necessidade do povo negro que aqui chegavam de viverem sua cultura adaptando-as com as demais culturas que conviviam, a indígena e a europeia visando criar uma identidade em busca do respeito e da valorização de seu povo. Sendo assim, as contribuições de sua cultura ajudaram a formar uma identidade mediante o longo processo pelo qual teve que vivenciar de lutas e conquistas. Continuamos lutando pelo respeito e pela valorização em torno

de nossa cultura, assim como, nosso reconhecimento enquanto sujeitos históricos com grande influência e importância na formação de nosso país, superando a visão de indivíduos inferiores, sem história, utilizados apenas como mercadoria de mão de obra barata.

No Brasil, a partir da obra do Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, publicada em 1933, tornou-se referência para abordar a visão de que no país negros e brancos viviam sem conflito e em plena harmonia. A ideia de que a sociedade brasileira era um país caracterizado a partir da miscigenação e por um convívio social entre várias etnias de forma harmônica foi se tornando cada vez mais comemorada. Porém, sabemos que a questão da democracia racial não passa de um mito. Historiadores ao longo do tempo como a Lília Schwarcz, Flávio Gomes, João José Reis e Nizan Pereira Almeida, comprovam em seus estudos e pesquisa que a ideia não passa de um mito criado pela branquitude brasileira.

Por volta dos anos de 1950, estudiosos, como Costa Pinto, Roger Bastide e Florestan Fernandes, buscaram analisar as relações étnicas raciais existentes no Brasil, problematizando a suposta harmonia entre as etnias aqui presentes e destacando ainda as práticas preconceituosas e racistas desenvolvidas no Brasil. Portanto, são esses são alguns dos estudiosos que defendem a ideia de que a democracia racial no Brasil não passou de um grande mito para a sociedade, uma construção para justificar o ideal de nação homogênea.

1.4 A luta da população negra brasileira no âmbito educacional

Ao abordar a valorização e importância do negro na sociedade brasileira, diversos trabalhos de estudiosos como Nilma Lino Gomes e Kabengele Munanga discutem tal temática. Problematizam as lutas e trajetórias do povo negro em busca da liberdade e valorização de sua identidade. A trajetória enfatizada pelos autores inicia-se desde o cativeiro dentro das senzalas, passando pelas práticas de fugas, passando pelos espaços construídos para viverem livres nos quilombos até o surgimento das primeiras organizações de ações que lutavam e permanecem reivindicando direitos para o povo negro na sociedade brasileira. Movimentos que se encontram relacionados à ações políticas e investigadas por intelectuais, que, de maneiras diferentes, contribuem para a luta de uma causa como, o respeito e valorização com o outro.

O surgimento destes movimentos teve forças por volta das décadas de 1920 e 1930. A sociedade brasileira durante este período encontrava-se em um momento no qual se discutia e se acreditava na existência de uma democracia racial, discussão esta que os defensores desta teoria acreditavam que as diversas etnias existentes no Brasil conviviam de forma igualitária e

harmônica. Alguns estudiosos criticam esta teoria disseminada na sociedade brasileira, é o caso de Gonçalves e Silva, para tais autores, eles caracterizam a teoria da democracia racial como “a falácia da igualdade de oportunidade para todos, que se supunha existir em nossa pujante civilização tropical.” (GONÇALVES e SILVA, 2000, p. 134). Partindo-nos para a trajetória e análises dos principais movimentos desenvolvidos pelo povo negro no Brasil em busca de melhorias destaca-se a Frente Negra Brasileira (FNB), surgida na década dos anos 30.

Tendo como objetivo traçado em sua fundação a busca de trazer para os problemas que o negro vivenciava na sociedade brasileira após a abolição da escravatura, como também, a combater a ausência de negros nos estabelecimentos de ensino do país e a luta contra as práticas preconceituosas e racistas praticadas contra a população negra brasileira, um grupo se uniu para lutarem por tais reivindicações e combater tais descasos e atrocidades. Os integrantes da FNB acreditavam que tendo o direito a educação, seria mais fácil conviver na sociedade e lutando por melhores oportunidades tanto em torno na busca de um trabalho digno, como também, na extinção das práticas preconceituosas para com o negro. De acordo com Gonçalves e Silva (2000 p. 135), no geral, o objetivo era associado ao trabalho e ambos os sujeitos envolvidos nas atividades que se tornavam indispensáveis a qualquer povo que pretendesse crescer e ter progresso ou até mesmo criar uma civilização.

Buscando no decorrer desta luta objetividade em suas ações a serem desenvolvidas, foi criado em 1926 o Centro Cívico Palmares, tendo como personalidade fundadora o senhor Antônio Carlos, que estruturou e organizou uma instituição de ensino mediante uma organização pedagógica, tendo seus ofícios em funcionamento nos turnos matutino e noturno. Este Centro Cívico não durou muito tempo na sociedade, acabou sendo extinto por volta de 1929 e os participantes que acabaram difundindo no âmbito social a ideologia da estrutura organizada e ao passar dos anos fundaram a Frente Negra Brasileira (FNB) no ano de 1931. A fundação da Frente Negra Brasileira foi um marco inicial e incentivador para que a população negra brasileira criasse em diversas partes do território nacional outros movimentos para lutarem pelo respeito, valorização e igualdade. Quando este movimento atingiu seu auge no Brasil,

A Frente Negra Brasileira era constituída por aproximadamente 60 delegações espalhadas por várias partes do país. Diversas pessoas se associaram a FNB, em sua maioria eram pessoas de origem humilde, elas possuíam carteirinha de associados. No casarão oferecia várias atividades a seus sócios (como salão de beleza, salão de jogos, entre outras). (ALVES & MENDES, 2011, p.04).

Um dos pontos cruciais defendida pela Frente Negra Nacional referia-se ao âmbito educacional, tendo nela uma forma de ampliar as formas de luta da população negra, sempre primordial em seus debates e discursos e campanhas. A sociedade brasileira durante todo a sua

existência, práticas preconceituosas para com o negro passam por um processo de atualização. Os negros no Brasil eram vistos como indivíduos incapazes e por isso, jamais conseguiriam obter sucesso no cotidiano escolar. Por isso, a comunidade negra nacional a partir desses movimentos sociais de luta por melhorias para sua etnia se via forçada a lutar e acabar com o preconceito, discriminação e os estereótipos que centravam sobre seu povo.

Esta luta começou a ganhar destaque na esfera nacional e foi reforçada com o surgimento de personalidades intelectuais negras, que tinham o domínio em diversos setores no Brasil, em particular, a classe letrada brasileira que dominava a cultura nacional. Sendo assim, começaram a ocupar cargos importantes que antes eram exclusivos ao homem branco. A partir de então, tais intelectuais começaram a agir e fortalecer a Frente Negra Brasileira. De acordo com Alves e Mendes,

A FNB tinha uma eficiente articulação política. Criou um Departamento de instrução e Cultura, a sua direção era feita por José Maria de Assis Pinheiro, em 1933, passou a ser dirigido por Aristides de Assis Negreiro e depois por Francisco Lucrécio. Em 1932 este mesmo departamento criou o curso de alfabetização para jovens e adultos na sede da FNB. (ALVES E MENDES, 2011, p.6)

O movimento da Frente Negra Brasileira desde o princípio vinha lutando e combatendo o preconceito e a discriminação. Por outro lado, a FNB buscava diretrizes para que a população negra usufrísse os mesmos direitos que o homem branco exercia na sociedade, principalmente, em torno do direito e acesso à educação. Para tanto, com a criação e surgimento de um curso de alfabetização para jovens e adultos, isto é, indivíduos que antes eram considerados excluídos ou não poderiam ter o acesso a educação na idade adequada, acabou representando um grande salto e marco para a negritude brasileira.

Com o fortalecimento da FNB, parte da população negra brasileira começou a ter direito e acesso à educação. Assim sendo, os negros passaram a ter um espaço onde seus “irmãos de cor” frequentavam, sem sofrerem nenhuma prática preconceituosa ou racista. (GONÇALVES E SILVA, 2000, p. 136). E ao contrário do contexto sociocultural da época, as mulheres negras tinham grande participação nas atividades desenvolvidas e exercidas pela FNB. Os meios de comunicação do período, em particular, os jornais, foram muitas vezes utilizados pelo movimento para difundir suas opiniões. Entre eles, o mais utilizado pela FNB era o jornal “A Voz da Raça (1933-1937)”. (ALVES E MENDES, 2011, p.7).

No período em destaque ressaltado pelos autores acima, o Brasil estava vivenciando um golpe político deflagrado por Getúlio Vargas, que instituiu o regime totalitário, conhecido como Estado Novo, e conseqüentemente, os movimentos sociais negros acabaram sendo extintos.

Porém, os ideais travados pelos movimentos e pela FNB, buscando melhorias para a população negra não acabou com a extinção desta organização revolucionária. Pode-se ressaltar que este movimento provocou turbulências para que outros movimentos surgissem e ganhassem forças nas décadas seguintes.

Nas décadas seguintes, grandes personalidades nacionais começaram a lutar em prol pela afirmação do negro na sociedade brasileira, principalmente, pessoas que abordavam em seus estudos a temática do negro no Brasil e os movimentos ocorridos. Os movimentos sociais durante o Brasil republicano buscavam nas reivindicações os direitos da cultura negra, assim como, a revalorização da história e da cultura africana no Brasil. Procuravam assim, construir uma sociedade igualitária em todos os aspectos. Sendo assim, um dos marcos essenciais dos movimentos sociais detinha como ideal a preocupação em torno da educação para o negro no Brasil. Segundo Gonçalves & Petronilha (2000),

Como os negros militantes buscavam reagir a precária situação educacional de seu grupo étnico exigiu deles um tipo de compromisso pessoal, de engajamento direto para resolver um problema que não era exclusivamente dos negros, mas era um problema nacional. (GONÇALVES & PETRONILHA, 2000, p. 145).

Portanto, foi a partir do surgimento dos primeiros movimentos sociais negros no Brasil que a população negra veio a lutar por direitos igualitários. A negritude juntamente com outras classes sociais lutava juntos pela mesma causa, pelo acesso à educação e pela valorização de sua cultura. A Frente Negra Brasileira como também o Teatro Experimental Negro são os marcos iniciais de movimentos e organizações que defendiam uma causa em comum e que na década de 1970 ganhará destaque com o surgimento do Movimento Negro Unificado.

Dentre esse contexto da busca de direitos e afirmação do negro na sociedade brasileira, pode-se afirmar que por meio da criação do Teatro Experimental Negro (TEN) em 1943 pode ter sido o ponto inicial no desenvolvimento de práticas educativas. Assim sendo, o TEN nas suas ações desempenhadas, inicia-se um movimento de defesa da identidade negra. Desta forma, o movimento causará desconforto no cenário brasileiro por oferecer atores negros uma formação profissional.

O Teatro Experimental Negro, também, em suas ações em busca da afirmação da identidade negra brasileira, realizou concursos de beleza para mulheres negras com o objetivo de valorizar a beleza da mulher negra, como também, buscar resgatar nelas a autoestima. Com isso, a partir desses concursos, desafiava o padrão eurocêntrico que era estabelecido e aclamados nos concursos na qual era critério essencial nos desfiles.

1.5 O Movimento Negro Unificado Brasileiro

De acordo com Lima (1997), o movimento negro brasileiro teve continuidade ainda no período das décadas de 1940 e 1950, com o aparecimento de outra organização, o Teatro Experimental do Negro - TEN. O objetivo era articular em seu interior a participação de personalidades políticas brasileiras, artísticas e educacionais. Tais indivíduos, teriam que procurar estratégias e pensar possibilidades viáveis para que a população negra vivesse em harmonia e igualdade no Brasil. Para a obtenção desta meta, os diversos intelectuais presentes deviam discutir uma diversidade de questões, como afirma Gonçalves e Silva,

O objetivo central era combater o racismo. Para tanto, propunha questões muito práticas do tipo: instrumentos jurídicos que garantissem o direito dos negros, a democratização do sistema político, abertura do mercado de trabalho, o acesso dos negros a educação e à cultura, e a elaboração de leis antirracistas. (GONÇALVES e SILVA, 2000, p.148).

Nos anos que percorriam a década de 1960, pela agitação na sociedade e a instauração do golpe civil-militar que implantou no Brasil o regime militar (1964-1985), o protagonismo dos integrantes e a atuação dos movimentos sociais, em particular, ao Movimento Negro Unificado, se torna perseguida e cotidianamente sobre o controle dos generais e autoridades políticas do atual regime, sendo completamente vigiados. Desta forma, completamente todo o debate e discussões desenvolvidas no seio do movimento foram minimizadas principalmente, no que se referia a questões abordando identidade do negro e as relações étnico-raciais no Brasil.

Mesmo diante de tanta repressão, violência, assassinatos, perseguições e torturas que o regime militar aplicou na sociedade brasileira para com aqueles que não aceitavam suas ideias e leis, muitos grupos resistiam e passavam a sofrer por todos os tipos de práticas violentas utilizadas pelos militares para com seus opositores. Da mesma forma, mediante o tanto autoritarismo implantado pela ditadura militar, isso não significou que as ações e lutas do Movimento Negro Unificado desaparecessem por completo. Algumas ações ainda se mantiveram na luta, embora que, com menos força do que antes, mas foi relevante e de suma importância para que os membros do Movimento Negro permanecessem na luta por melhorias pra a população negra. Essa luta reacendeu no movimento nos finais da década de 1970, onde segundo Domingues (2007),

O MNU defendia as seguintes reivindicações: desmitificação da democracia racial brasileira, organização política da população negra, transformação do Movimento Negro em um movimento de massas, formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador, organização

para enfrentar a violência policial, organização nos sindicatos e partidos políticos, luta pela introdução da História da África e do negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país. (DOMINGUES, 2007, p. 114).

As ações propostas e defendidas pelos intelectuais do movimento negro unificado adentravam na sociedade a partir de temas centrados nas contribuições da população negra no Brasil nos diversos aspectos de nosso território, em particular, na cultura brasileira, visando desta forma, que o estudo da história africana e afro-brasileira devia ter um olhar especial por parte do Governo Federal, e principalmente, que fosse implementado nos currículos escolares da educação brasileira os estudos sobre a cultura do povo negro. Segundo Lima, isso se deu devido a constatação do movimento de que a escola reproduz e repete o racismo presente na sociedade (Lima, 2003, p.7). Podemos ressaltar como outro marco e conquista do movimento negro no âmbito educacional a mudança de enfoque na temática negra escolar para o processo histórico de resistência negra na sociedade contra as atrocidades do homem branco e pela centralidade e difusão da cultura. Sendo assim, fica evidente tal marco a partir de Lima (1997),

Os negros trouxeram para a escola a reflexão de que além de sermos seres cognitivos, somos também seres culturais. E essa cultura muitas vezes se choca com a cultura escolar permeada por uma estrutura rígida. Pelo tempo linear, por uma visão restrita da corporalidade, pela ausência de musicalidade. (LIMA, 1997, p.20).

De acordo com Gonçalves e Silva (2000, p.138), as discussões, lutas e debates no Brasil sobre a conjuntura do negro e a educação brasileira cresceram e ganharam destaque a partir de 1988, durante a realização da comemoração dedicada ao Centenário da Abolição. Durante esse evento histórico, diversos eventos ocorriam nos estados brasileiros centralizando a discussão em torno do acesso e do direito a educação a população negra. O que estava sendo colocado como ideia deste centenário visava que a população negra brasileira durante os 100 anos pós-abolição, tinham significado muito pouco em relação às reivindicações e garantia de direitos constitucionais ao negro. (GONÇALVES E SILVA, 2000, p.154).

Já nos anos da década de 1980, o país se encontrava vivenciando um processo de abertura política e de redemocratização. Novos caminhos começaram a surgir para que a comunidade negra buscasse cada vez mais participar ativamente das decisões a serem tomadas, assim como, a lutar por novas questões que trouxessem benefícios para sua comunidade. Foi assim, que diversos movimentos sociais negros começaram a indagar o Estado por melhores condições de vida, em particular, na educação. Desta forma, os movimentos negros buscavam a neutralidade

do Estado e a inserção de intelectuais e personalidades negras do Movimento Negro nas relações administrativas para uma melhor organização do governo do país, sejam elas nos setores municipal, estadual ou federal. Portanto, as décadas de 1970 e 1980, representam para o povo negro anos de conquistas de direitos para sua história. Anos de grandes lutas e marcos importantes, principalmente no que se refere ao campo intelectual.

Os movimentos sociais presentes na sociedade brasileira, assim como, as ações desenvolvidas em prol da garantia dos direitos para a população negra ganharam destaque nos anos das décadas de 1970 e 1980. Na década dos anos 1990 tais movimentos se intensificaram agitando a vida social dos brasileiros definindo assim as causas dos negros e de seus descendentes. Foi durante esse período que grandes conquistas se apresentaram a população negra. Os meios de comunicação do período retratado, por meio de diversas formas de mecanismos de imprensa, mídia, as instituições de ensino do Brasil e o Governo Federal, concentraram para ter como diretriz a serem estudadas as questões que abordassem a temática do negro no Brasil como propostas reivindicadas pelo Movimento Negro Unificado (MNU).

O Movimento Negro Unificado em suas lutas por direitos de igualdade, valorização e respeito para a população negra no Brasil, pode ser considerado como um dos agentes essenciais na conquista do direito à educação. A educação tornou-se assim um ponto forte nas reivindicações realizadas pelo movimento negro, tendo como base para discutir o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 que deixa decretado a educação como um direito constitucional para todos. Desta forma, os integrantes do movimento reconhecem que o direito à educação para os negros não era necessariamente o ponto crucial de lutas de sua bandeira, nem tampouco, solucionaria os problemas e dificuldades que a população negra enfrentava no cotidiano escolar. Porém, os intelectuais do movimento acreditavam que o processo de conhecimentos adquiridos ao longo da vivência do ensino-aprendizagem nos estabelecimentos de ensino, fortaleceria os sujeitos envolvidos no processo, contribuindo para uma melhor formação educacional, intelectual e profissional de ambos.

Podemos considerar também como outro fator importante para a luta pelo direito à igualdade, liberdade e educação para os negros no Brasil, o processo pelo qual o país se encontrava vivendo um período de redemocratização. Esse processo favoreceu o aparecimento de intelectuais que investigavam em seus estudos temáticas abordando as relações étnico-raciais na vivência educacional. Temas abordando a discriminação tratando o negro de forma estereotipada nos livros didáticos tornaram aspectos de inquietação e reivindicação pelos intelectuais negros que ressaltavam a necessidade de estudar as relações raciais, como também,

o estudo da História e Cultura dos Afrodescendentes nos currículos escolares das instituições de ensino do Brasil.

A trajetória enfrentada pelos intelectuais do Movimento Negro buscava acabar com as práticas racistas e preconceitos existentes nos livros didáticos e nas instituições de ensino, tentando assim, levar para o contexto educacional temas a serem estudados nas escolas como as lutas, práticas de resistências adotadas para sobreviverem a escravidão, os grandes líderes que são ocultados, sua cultura e diversidade. Sendo assim, compreendemos que a Constituição Brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Lei nº. 9.394/96, que em sua elaboração e criação houve a participação significativa de intelectuais do Movimento Negro lutando por direitos na educação para a população negra. Porém, como salienta Rodrigues (2005), nem a Constituição de 1988 nem a LDB incluíram em seus projetos as reivindicações propostas pelo movimento negro em prol ao direito da educação.

Podemos salientar que a trajetória de luta do Movimento Negro no Brasil, no que se relaciona à reivindicação de abarcar nos currículos também a educação da e para a população negra, enfatizava a inserção da temática racial centradas nas políticas públicas universais. Contudo, o movimento social existente por busca de melhorias para a educação não atendia os mais necessitados, isto é, a massa da sociedade os negros, assim como as práticas preconceituosas e racistas ganhavam espaço na sociedade, as reivindicações do Movimento Negro começaram a mudar. Assim sendo, várias demandas começaram a ser tomadas pelo movimento, entre elas destacamos o direito de acesso à Educação Básica e do Ensino Superior para a população negra como um direito social, assim como a valorização de sua cultura e identidade. Desta forma, algumas ações foram conquistadas pelo Movimento Negro, entre elas, salienta Nilma Gomes (2011),

As exigências e as pressões políticas do Movimento Negro são introduzidas, de forma lenta, em algumas iniciativas do Governo Federal. Ações como a Marcha Zumbi dos Palmares, em Brasília, em 1995, foram importantes formas de pressão ao governo de Fernando Henrique Cardoso pela implantação de políticas públicas de combate ao racismo. (GOMES, 2011, p.113).

Em meio a tantas reivindicações que o governo de Fernando Henrique Cardoso vivenciava, tentavam buscar soluções para a população negra. Isto é, diretrizes que valorizassem a cultura negra brasileira. Desta forma, uma das primeiras iniciativas tomadas pelo governo foi a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a valorização do negro no dia 27 de fevereiro de 1996. Aliás, foi implementada nos Parâmetros Curriculares (PCNs), em 1995/1996, a temática que abordava o estudo de conhecimentos transversais relacionados à pluralidade

cultural. Por outro lado, com o surgimento de um novo governo, o do presidente Luís Inácio Lula da Silva, as questões demandadas pelo Movimento Negro Brasileiro ganharam nova visibilidade nos discursos políticos e debates.

No que se refere às conquistas obtidas pelos movimentos sociais negros no âmbito educacional brasileiro em prol de melhorias e do direito ao acesso a uma boa será problematizado no capítulo seguinte, quando também discutiremos a construção da identidade negra no Brasil, em particular, nas escolas.

CAPÍTULO II

A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL

“Não basta falar sobre paz, é preciso pensar, sentir, agir, e viver em paz.”

Provérbio indígena.

O presente capítulo tem como objetivo discutir as principais conquistas obtidas pelos movimentos negros para inserção de questões que tratem da visibilização do movimento negro na educação brasileira. Buscou-se enfatizar a trajetória das leis criadas para a valorização e conhecimento da cultura africana e das relações étnico-raciais no Brasil, em particular, no cotidiano escolar. Buscou-se enfatizar a identidade negra e suas relações com a educação enquanto formadora de concepções nos mais diversos grupos sociais.

Faz-se necessário, neste momento inicial, entendermos o quanto a legislação educacional brasileira avançou em prol de melhorias em relação a um processo de equiparação entre as etnias, mesmo sendo muito distante do ideal. Portanto, analisaremos os principais atos governamentais instituídos para tentar garantir igualdade, e nesse caso específico, na educação. A primeira delas, e a que abre o caminho para a análise sobre as questões da diversidade, é a Constituição de 1988.

Durante um longo período da história da educação brasileira, a tendência transmitida para as instituições de ensino do país visava reproduzir os conhecimentos da escola tradicional de ensino, no qual o currículo se constituía dos estudos formados por um conjunto de produções artísticas filosóficas e intelectuais desenvolvidas e construídas no decorrer da história e dos fatos históricos pelo homem branco europeu. Para Moreira e Tadeu Silva (2011 p.35), “a visão tradicional da relação de cultura e educação-currículo não vê o campo cultural como u terreno contestado”. As instituições de ensino ao colocarem em reprodução e transmitirem apenas a cultura de um povo a partir do currículo tem como foco a padronização dos modos de viver e de ser dos sujeitos envolvidos independentes das suas raízes e origens étnicas.

Nesse sentido, o currículo é um elemento importante para a formação dos sujeitos envolvidos no cotidiano escolar. Apresenta diversos conceitos conforme o seu objetivo e finalidade. No ambiente escolar, o objetivo do currículo é auxiliar os educadores no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, se torna uma ferramenta indispensável para a prática pedagógica que contribuirá para o processo de construção do conhecimento. De acordo com Moreira (2011, p.19), “é por intermédio do currículo que as coisas acontecem na escola.” Sendo assim, o currículo é um campo que apresenta orientações para os educadores transformando em ações no cotidiano

escolar.

Sendo assim, o currículo mobiliza diversos saberes e fazeres, além de ser uma diretriz para a construção da ação pedagógica das instituições de ensino. Para tanto, no currículo são encontradas questões e temáticas de caráter epistemológico, filosófico históricos e sociólogos. Além disso, a construção, organização e as ações elaboradas no documento devem estar presentes toda a grade de professores para que construam e adequar os conteúdos para o grupo atendido.

Com a universalização do acesso à educação no ensino público do país, o ambiente escolar passou a realizar matrículas de crianças, jovens e adultos de diferentes etnias os quais são herdeiros de uma cultura produzida em gerações. Porém, observamos que algumas escolas do país tiveram dificuldade em abordar com seus educandos questões focadas na diversidade cultural, em particular, na história das culturas africanas, culturas indígenas e afro-brasileira. A ausência de uma visão centradas nas culturas citadas levou os educadores a homogeneizar a história da cultura indígena, asiática e africana, considerando-as diante da cultura oficial. Nesse sentido, Moreira e Candau (2003, p.161) esclarecem que: “a escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização.” Analisando as palavras dos autores, podemos perceber que a escola permanece indiferente em relação a diversidade cultural, relações étnicas, assim como, pluralidade cultural e a orientação sexual, questões estas que fazem parte do sociocultural do novo milênio.

Em outro ponto, quando partimos para tratarmos especificamente sobre a questão da identidade, em particular, a identidade negra existente no seio das escolas não vemos nada de muito diferente em relação a seu conceito, porém o método pelo qual ela se aplica no cotidiano escolar e na vida social dos sujeitos é onde encontramos grande diferença. Para Gomes (2002) entende a identidade negra da seguinte maneira:

Entendo a identidade negra como uma construção social, histórica e cultural repleta de densidade, de conflitos e de diálogos. Ela implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeito que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Um olhar que, quando confrontado com o do outro, volta-se sobre si mesmo, pois só o outro interpela nossa própria identidade. (GOMES. 2002, p.2)

A autora ao expor seu entendimento apresenta a identidade negra como uma construção política, tendo em vista que o indivíduo a se autodeclarar ou autoafirmar negro no Brasil, não se limita apenas a definições da tonalidade da cor da pele, mas também, ao fazer isto, se assume como

defender um comportamento político diante da sociedade, principalmente, a brasileira extremamente preconceituosa e racista. Se autoafirmar-se como negro nos dias atuais é viver e estar de bem com sua própria identidade.

Portanto, questões abordando a pluralidade cultural, diversidade cultural, relações étnico-raciais e a identidade negra, assim como, assuntos de gênero e sexualidade, ao longo da história da educação do Brasil, documentos, decretos e leis surgem e vem se tornando objetos de pesquisas empírica de pesquisadores deste campo de estudo e de outras áreas do conhecimento humano para uma melhor compreensão da dinâmica da vida social e escolar dos sujeitos.

Em 22 de setembro de 1988 foi promulgada a nossa Constituição Federal, buscando garantir para todos os brasileiros seus direitos de caráter igualitário. Após vinte e um anos vivendo em um regime ditatorial e autoritário levando à morte de muitos sujeitos e dos direitos dos cidadãos brasileiros durante o a Ditadura Civil-Militar, a constituição representou um avanço no que se refere à conquistas de defesa dos direitos humanos e, principalmente, na criação de ações públicas, isto é leis, que combatiam o preconceito e a discriminação racial no Brasil.

Em seu artigo 5º podemos observar o seguinte trecho: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988). O objetivo é que tais direitos ressaltados no artigo sejam assegurados para todo cidadão que reside no território nacional, independentemente da identidade étnica que a pertença.

Ressaltamos que a promulgação da lei por si só garante a igualdade e respeito aos grupos étnicos menos favorecidos no processo histórico do Brasil. E mesmo a conquista dos direitos previstos na Constituição, diversos grupos sociais étnicos, em particular, negros e índios continuam a sofrer pela ausência de proteção por parte do Estado em prol da defesa de seus direitos como cidadãos brasileiros. Como a temática problematizada por esta monografia restringe a população negra, ressaltamos que esta foi a mais prejudicada em todos os aspectos sociais, econômicos, culturais e educacionais e principalmente no direito à igualdade perante a sociedade em conviver e viver a sua cultura. Mesmo assim, consideramos que a Constituição Federal de 1988 foi um significativo avanço para conquista de direitos, ela prevê que é obrigação da União:

Assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (BRASIL, 1988, p.01).

Devido ao nosso processo colonizador, a partir de elementos europeus dominantes, brancos e cristãos, esses são considerados os exemplos de civilidade a serem seguidos, mesmo que, de certa forma no Brasil, não sejam a maioria, principalmente em relação à etnicidade. Os demais sujeitos, que também são cidadãos, negros, indígenas, mulheres, crianças e asiáticos e as demais doutrinas religiosas existentes no Brasil são consideradas diferentes e como não fizessem parte desta sociedade, simplesmente, por não se adequarem aos requisitos estabelecidos. Tais atitudes, percebemos cotidianamente no ambiente escolar, no pátio da escola, no intervalo e dentro da sala de aula. Por isso, a Constituição de 1988 ressalta:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Ao analisamos este artigo, percebemos que a educação como sendo um direito previsto em Lei para todos os cidadãos brasileiros, é papel do Estado construir e desenvolver estratégias para erradicar dos estabelecimentos de ensino brasileiro os equívocos e estereótipos banalizados e construídos em torno da cultura africana que buscam inferiorizar e danificar as habilidades e capacidades dos sujeitos pertencentes à identidade negra. Práticas preconceituosas, comuns em nossos espaços sociais, acabam favorecendo para que os negros existentes nas escolas se desmotivem durante o seu processo de formação em relação a sua imagem, cultura e identidade.

Para suprir as lacunas não previstas pela Constituição Federal de 1988, no contexto educacional brasileiro, discutiremos as propostas desenvolvidas por uma nova lei que tem como objetivo evidenciar as diretrizes e bases do sistema educativo do país, bem como garantir os direitos à população negra e de todos os cidadãos brasileiros a partir da promulgação da Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que faz referência a todo o território nacional.

2.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/1996

A criação da lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). É uma lei para todo território nacional e, contém as diretrizes a serem seguidas para a organização dos sistemas de ensino educacional brasileiro. A LDB assim conhecida foi organizada para atualizar o sistema da educação do Brasil, bem como para balizar os objetivos do ensino no país, bem como orientar suas organizações curriculares.

No que se refere ao contexto educacional, a Lei nº 9394/96, ressalta que deve permanecer os princípios da Constituição Federal de 1988: “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento e a arte e o saber”. (BRASIL, 1996, p.1). Estas afirmativas têm entre seus objetivos a valorização da diversidade cultural brasileira, o que demonstra já um caminho visando problematizar, entre outros elementos, as questões que nos remetem às relações étnico-raciais.

No artigo 26º, a LDB propõe que os currículos dos estabelecimentos de ensino do Brasil no Ensino Fundamental e médio devam ter “uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e do público que atende”. (Ibid. p. 11). Sendo assim, a importância deste artigo está no público que as escolas recebem em seus ambientes de ensino, devido à incorporação de saberes que levem em conta a diversidade cultural e étnica que os sujeitos trazem consigo para as salas de aulas.

Da mesma maneira, o inciso 4º apresenta o seguinte texto: “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes africanas, indígenas e europeia” (Ibid. p.12). Levamos em consideração as contribuições deixadas por tais matrizes étnicas que constituíram o Brasil é de suma importância para a construção e formação dos sujeitos que frequentam o cotidiano escolar, embora que, muitas vezes não é cumprido de forma efetiva nas instituições de ensino, mesmo com o aparato de leis que visam à obrigatoriedade do estudo da cultura africana.

Uma das primeiras conquistas da militância negra brasileira em relação ao reconhecimento de sua história e cultura no currículo oficial da Educação Básica se relaciona à criação da Lei 10.639, em janeiro de 2003, que alterou a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Essa interferência em relação ao que se deve ensinar, considerando um grupo de sujeitos que foi excluído dos livros de História, nos mostra a busca pela valorização e estudo da temática africana no cotidiano escolar dos brasileiros, em particular, o surgimento da disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas instituições de educação básica e superior. De acordo com a Lei 10.639/2003:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)”

“Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.” (BRASIL, 2003, p.1).

Podemos perceber que, com a promulgação desta lei avançamos na tentativa de combate ao racismo na sociedade brasileira e do preconceito existente, em particular, nas instituições de ensino, o que tem o intuito de provocar um debate, desde cedo, acerca da importância das contribuições dos negros no Brasil, para além do trabalho braçal, mas considerando suas contribuições nos aspectos político, econômico, intelectual e cultural. Desta forma, o povo negro que já vinha manifestando uma trajetória de lutas por direitos, reconhecimento e valorização de sua cultura, conquista agora o direito estabelecido em lei do estudo da história e cultura afro-brasileira e africana em todos os estabelecimentos de ensino do país, podendo desta forma, tornar o sistema educacional mais inclusivo e cidadãos menos preconceituosos, onde, para que as diferenças culturais e étnicas possam ser respeitadas e convivam, apesar das diferenças.

Essa conquista significativa no campo da educação é resultado de ações e reivindicações estratégicas implementadas pelo Movimento Negro Unificado. Nesse sentido, o Estado só propôs modificações de caráter curricular do país em respostas às demandas reivindicadas pelos intelectuais e educadores negros do Brasil. As demandas do Movimento Negro reivindicam que as temáticas centradas nos aspectos da questão racial sejam compreendidas como um mecanismo de opressão e exploração estruturante das relações sociais, econômicas brasileiras, acirrada pelo capitalismo e pela desigualdade social (GOMES, 2011). Desta forma, a hierarquização existente na sociedade brasileira no contexto da vida cotidiana acaba estereotipando o povo negro e classificando-os como sujeitos inferiores em relação aos brancos, assim como, sofrendo diversas práticas preconceituosas e outras formas estigmatizadas e com tudo isso, as relações de poder e domínio entre brancos e negros aumentam no país.

Mediante o conflito abordado na questão racial envolvendo o negro brasileiro na vida cotidiana e no contexto educacional, o Estado brasileiro por muitos nos apresentou-se ausente em buscar estratégias para combater tais situações. Com o passar dos anos, e com as intensas reivindicações realizadas por diversos intelectuais do Brasil, pelos movimentos sociais e de instituições públicas, o Governo do país, em passos lentos e sob pressão, começou a construir e elaborar um projeto de políticas públicas que contribuíssem e favorecesse os indivíduos pertencentes à raça negra em todos os setores do Brasil. As ações criadas direcionaram-se para um dos setores mais problemáticos do país, a educação. Desta forma, Gomes (2000) ressalta:

A educação seria a bandeira de luta do movimento negro. Seria o caminho mais viável para que crianças, adolescentes, jovens e adultos negros ascendessem socialmente para superar as desigualdades socioeconômicas. (GOMES, 2000, p.04).

Os intelectuais do Movimento Negro, ao participarem de diversos momentos importantes de luta e diálogo por todo o Brasil, debateram e propuseram mudanças com outras lideranças. Juntos, abordaram os mesmos interesses de lutas visando o desenvolvimento do país a partir das causas sociais que o país se encontrava vivenciando, principalmente, causas em prol da população negra brasileira. Porém, os encaminhamentos relacionados às demandas do movimento negro e de sua organização social, muitas vezes não foram levados em consideração pelo Governo do país, devido aos interesses particulares do Estado brasileiro. Esse aspecto levou o país a vivenciar tempos de agitações sociais envolvendo ambos os sujeitos participativos, o Movimento Negro e o Estado nacional.

Após um logo período de conflitos políticos entre ambos, foram elaboradas propostas que colocariam em curso políticas públicas na educação brasileira que atendessem aos ideais almejados pela população negra, que foram caracterizadas e nomeadas pelo Governo como ações afirmativas a fim de favorecer a cultura negra e contribuir de alguma forma as reivindicações que o Movimento Negro em sua trajetória enfrentou e sofreu buscando a partir de lutas sociais melhorias para a sua população.

Pensando a educação como uma conquista de valorização de uma cultura a longo prazo, podemos afirmar que o Movimento Negro conquista direitos essenciais ao inserir elementos da cultura e da história afrodescendentes no currículo escolar oficial a partir da Lei Federal nº 10.639/03: a visibilização das suas contribuições históricas à formação do país além da manutenção e valorização da identidade do seu povo. Essa inserção da abordagem do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas grades curriculares do Ensino Básico e Superior do país é um marco histórico positivo tanto para o Brasil quanto para a população negra. Porém, tal conquista apresenta algumas situações problemáticas que merecem ser discutidas e levadas em consideração para a melhor compreensão e entendimento do projeto que se propôs no cotidiano escolar do país, no sentido da troca de conhecimentos entre os sujeitos participativos no processo de ensino-aprendizagem.

Um dos principais problemas em relação ao cumprimento do que foi estabelecido na Lei reside no fato de, principalmente, os professores não possuírem formação adequada para desenvolver os temas. Assim sendo, coube ao Estado, em parceria com os movimentos negros, oferecer aos educadores do país a criação de cursos de formação na temática africana, para que, os

professores capacitados e habilitados consigam desenvolver a melhor vivência no cotidiano escolar da história e cultura africana para seus educandos. Portanto, surgiu daí a necessidade de o Governo brasileiro em investir constantemente na capacitação e formação de professores, para que, mediante a formação adquirida e continuada em seu campo de estudo, os professores construíssem os conhecimentos necessários e essenciais para desenvolverem o processo de ensino-aprendizagem. Não só para compreender a importância da história africana, mas também, a importância do estudo dos conhecimentos das questões étnico-raciais, diversidade e identidade.

As lutas sociais não conquistaram apenas as demandas da população negra como sendo a única cultura que constitui a identidade nacional do Brasil, mas também, reconheceram as contribuições dos povos indígenas. Os primeiros habitantes também sofreram práticas diversas de crueldade, preconceitos e estereótipos com sua cultura e povo. Tornaram-se escravos para servir como mão de obra e foram massacrados pelos europeus e deixados de fora da história brasileira na construção da identidade nacional por longos tempos. Diante disso, uma nova Lei Federal iria ser sancionada pelo Governo Brasileiro, ou melhor, a Lei 10.639/03 seria modificada para a Lei 11.645 de 2008.

O surgimento da Lei 11.645, de 2008, veio modificar a Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, objetivando incluir na grade curricular oficial dos estabelecimentos de ensino do país a obrigatoriedade do estudo e abordagem da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Esta nova Lei vem alterar os conteúdos a serem estudados na educação básica, pois acrescenta à Lei 10.639 aspectos voltados para a história e cultura dos povos indígenas, antes restritos aos povos africanos, o que também se estende aos livros didáticos adotados pelas instituições de ensino. Essa alteração visa reconhecer mediante as lutas de segmentos sociais e organizações defensoras da população negra quanto da indígena o resgate da história de ambos os grupos étnicos que ajudaram e contribuíram para a formação da sociedade brasileira.

A Lei 11.645 enfatiza na formulação de seu texto, o estudo da temática da História do continente Africano em todos os aspectos sociais, econômicos, culturais e religiosos, a luta da população negra em busca da liberdade e melhorias de vida na sociedade e dos povos indígenas existentes no Brasil. Desta forma, a cultura negra e indígena brasileira, assim como o negro e o índio na formação da sociedade ao qual vivemos. Aspectos curriculares que pensam a identidade negra e indígena a partir de uma percepção não levada em conta anteriormente.

Mediante o texto da nova Lei, enfatizamos que a promulgação dela, resgata assim as diversas contribuições nos setores sociais do país, em seus aspectos econômicos, políticos e culturais, relacionadas ao conjunto de fatores que retratam a História do Brasil. Vale ressaltar

também, que os conteúdos relacionados a ambos os grupos étnicos não serão vivenciados em uma disciplina específica da educação básica, mas sim, tornarão sendo ministrados e vivenciados em todo o currículo escolar existente, isto é, em todas as áreas do conhecimento, principalmente, nas aulas de Educação Artística e de Literatura e História do Brasil.

O Sistema Educacional Brasileiro não foi formado a partir dos grupos explorados e por isso não contempla a nossa formação histórica de maneira justa, mas se deteve na herança histórica deixada e construída mediante as relações culturais de indivíduos vindo da Europa para o Brasil, considerados grandes homens. A história dos povos indígenas que aqui se encontravam e foram tratados como escravos e dos africanos trazidos para realizem trabalhos em péssimas condições de vida nas fazendas dos grandes senhores de café, nos engenhos de cana de açúcar e no trabalho da mineração, essa foi silenciada e considerada como resultado da história branca e oficial.

Nessa mesma lógica, os livros didáticos têm apresentado historicamente, tanto para o profissional da educação como os alunos (as), uma visão centrada ainda no mundo europeu da formação e construção de nossa própria História, disseminando em tais materiais inúmeros estereótipos e preconceitos para com o povo brasileiro e os grupos étnicos que aqui se encontravam e vivem. A aprovação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o estudo da história e Cultura Afro-Brasileira e africana nas instituições de ensino do país tanto na Educação Básica como no ensino Superior, sendo modificada, em 2008, pela Lei 11.645/2008, que insere em sua promulgação o estudo da História e Cultura Indígena, vem tentar contribuir ou buscar resolver uma dívida social do país para com os grupos étnicos, que foram brutalmente escravizados, humilhados, torturados, assassinados e esquecidos da História do Brasil, visando ocupar as lacunas existentes da ausência desses grupos que constituiu a nossa sociedade com sua história, costumes e cultura.

Com a promulgação da Lei 10.639 de 2003 e da Lei 11.645 o que esperávamos era que acontecesse em nosso sistema educacional de ensino uma abertura na educação brasileira, buscando reconhecer e valorizar as etnias, a diversidade e a cultura de todos os povos que aqui vivem, tornando desta maneira, uma educação fielmente comprometida com as origens de Nação brasileira, isto é, da gênese do nosso povo.

A efetivação da referida Lei 11.645, de 2008, objetiva que os estudantes brasileiros consigam discutir, dialogar, compreender a História de nosso país, fazendo com que os conhecimentos adquiridos contribuam para o reconhecimento e valorização de nossa riqueza cultural. Aliás, a própria Lei 11.645, nos afirma que o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena deve ser trabalhada no cotidiano escolar de forma interdisciplinar, envolvendo todas as

áreas do conhecimento científico.

Por fim, acreditamos que as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 são produtos de um longo processo histórico, envolvendo lutas de movimentos sociais negros por parte de intelectuais pertencente ao Movimento negro e por povos indígenas. Tais produtos promulgados com o intuito de rever os terrores, mitos, teorias, visões históricas e mentalidades em relação aos grupos étnicos, isto é, africanos e indígenas, que foram colocadas de maneiras distorcidas, preconceituosas e pejorativas, em diferentes espaços-tempos de produção de conhecimento. As lutas reivindicatórias desenvolvidas pelo negro no Brasil ao passar dos anos foram tendo um novo olhar do Governo Federal, que obtiveram as garantias constitucionais no âmbito educacional e na diversidade afro-brasileira.

2.2 A construção da Identidade Negra Brasileira

Ao passar dos tempos, ações voltadas para a população negra brasileira visando à busca da promoção da igualdade racial, vêm sendo discutidas e conseqüentemente de forma gradual, colocadas em prática no Brasil. É indiscutível para todos nós, que os governantes brasileiros precisaram ter decorrido um século da abolição da escravidão do negro africano para que começassem a observar e olhar para a população negra, que constantemente sofrem com diversas mazelas sociais, desde o preconceito racial até o homicídio, buscando ações e melhorias para o povo negro.

Cabe ressaltar que se faz de suma importância, o reconhecimento, no que se relaciona ao contexto educacional brasileiro, que desde a criação da Carta Magna no ano de 1988, até a criação da Lei Federal de nº 10.639 de 2003, posteriormente ampliada para a Lei nº 11.645 de 2008, muito se vem construindo para a garantia de direitos, respeito e valorização para o povo negro brasileiro, em particular, o direito e acesso à educação, além da tentativa de inclusão de sua história no currículo escolar oficial. É preciso também reconhecer, que há uma longa trajetória a ser enfrentada pelo negro no Brasil, principalmente, quando este trajeto a ser percorrido é a busca da democracia racial, algo que parece estar longe de ser vivenciado.

Discutir o conceito de identidade é uma tarefa complexa, pois não existe consenso entre os autores acerca de suas especificidades. Porém, partiremos, exatamente do que nos apontam diversos autores que estudam esta temática, para depois, partimos para a compreendermos a identidade negra e quais os elementos que pertencem e que fazem parte da identidade negra brasileira.

Ao problematizarmos temáticas abordando questões sociais e principalmente, relações étnico-raciais, provocamos diversos debates. No que se refere às discussões em torno da identidade, existem inúmeras produções de autores que abordam a temática referente à identidade. Segundo Philip Gleason (1980), pela diversidade existente de produções, ainda não designaram uma definição para o conceito de identidade. Para o autor, o uso do termo necessita estar centrado no sensível em meio as complexidades existentes para sua utilização.

Discutir acerca da construção da identidade de qualquer grupo social é bastante complexo, pois a espécie humana, cotidianamente, é colocada a vivenciar e viver constantes interações sociais, que se constroem referentes às suas ações, sentimento, entre outros, a partir de elementos locais, sem perder de vista as interações que cada grupo mantém com o geral. Essa convivência, experienciada na individualidade ou na coletividade, permite com que os sujeitos envolvidos tomem posturas diversas nos espaços aos quais pertencem.

Escrever, pensar ou falar a respeito do conceito identidade não é nada fácil. Estudiosos experientes que abordam esse fenômeno, como por exemplo, o Stuart Hall (2006), afirmam que o conceito de identidade é algo complexo, que não é simples de ser definido, que sua conceituação não é única, isto é, está centrado em várias outras categorias, mas que está sempre em processo de modificações. Segundo Hall, existe uma diversidade de identidades, sejam elas em gênero, raça, classe social, etnia, nacionalidade, ideologia, entre outras variedades. Sendo assim,

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p.5).

Além das interações locais, um dos espaços constitutivos importantes no processo de formação das identidades dos diversos grupos sociais reside no espaço escolar. Desta forma, a instituição de ensino, como um espaço construtivo de relações sociais, de respeito e valorização, como também, um local rico de conhecimentos a serem trocados entre os sujeitos que formam a escola, acaba por tornar-se um ambiente de embates, brigas, discussões, conflitos e exclusão que se tornam naturalizadas no cotidiano pelas práticas sociais (GUIRADO, 1998). O estudo enfatizado pela autora se torna importantes para a temática trabalhada como também abre um leque de novas pesquisas que possam ser pesquisadas buscando contribuir para uma melhor educação e melhorias para a identidade negra brasileira.

Para o Estado, a manutenção de uma identidade homogeneizada é importante para manter a ideia de ordem e igualdade, ampliando o controle e as formas de estabilidade do poder

estabelecido. Sendo assim, na busca de uma sociedade homogênea, são criadas estratégias para investir na construção de uma única identidade, isto é, um modelo a se seguir, tanto que se refere a individualidade, quanto na coletividade, assim como, nos diversos aspectos da vida humana. No Brasil, o processo de mestiçagem é a expressão mais conhecida e popular utilizada por nós brancos e negros para demonstrar a busca por uma identidade nacional, racial e cultural singular (MUNANGA, 1999). No que se refere ao aspecto da cultura negra africana e suas identidades, estas se situam no âmbito da diáspora e da hibridização, o que quer dizer que a cultura negra, em termos etnográficos, não há pureza (HALL, 2003). Mesmo no Brasil, não podemos falar em uma identidade negra específica, mas em identidades negras.

Um dos elementos que pode influir em torno da discussão sobre identidade diz respeito à mestiçagem, além de abordar questão a respeito do não puro, ao fazer aproximações no aspecto do branqueamento pode realizar um olhar de afastamento do negro, que é construída mediante de uma consciência de fatos históricos e políticos. Assim sendo,

O mestiço brasileiro simboliza plenamente essa ambigüidade cuja conseqüência na sua própria definição é fatal, num país onde ele é de início indefinido. Ele é “um puro”, “o mesmo e o diferente”, “nem um nem outro”, “ser e não ser”, “pertencer e não pertencer”. Essa indefinição social – evitada na ideologia racial norte-americana e no regime do *apartheid* -, conjugada com o ideário do branqueamento, dificulta tanto a sua identidade como mestiço, quanto a sua opção de identidade negra (MUNANGA, 1999, p. 126).

Desta forma, faz-se necessário e de suma importância que se leve em consideração as diferenças nas diversas identidades. Relacionando as diferenças com a cultura negra, encontram-se centrados na ancestralidade e nos aspectos culturais que perpassam tradições, em suas histórias e culturas subsídios para percebermos as diferenças identitárias entre os grupos negros no Brasil, sem deixar de considerar suas especificidades. Sendo assim, a identidade negra se define nas lutas, resistências, nos quilombos, nos movimentos negros que a população negra teve e tem que enfrentar em seu cotidiano contra toda manifestação preconceituosa e racista visando viver bem e igualdade para com todos e nunca deixando de lutar em busca de seus direitos e melhores condições de vida.

Essa conscientização para com o povo negro vem à tona a partir das pressões e lutas do próprio movimento negro no Brasil e, mais recentemente, das relações e ações que o Estado desenvolveu para tentar amenizar sua dívida e visibilizar a valorização e o conhecimento da identidade negra brasileira no contexto educacional. É preciso combater e vencer a desigualdade racial que eleva o homem branco e sua cultura em relação ao do negro, e conseqüentemente, desenvolve o racismo.

Se o debate sobre a identidade é repleto de tanta complexidade em seus diversos usos no cotidiano, imagine-se, quando a ela adicionamos outros adjetivos nos diversos setores da vida humana?

De acordo com o antropólogo Kabengele Munanga:

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994: 177-178).

Discutir a identidade é perceber e compreender que ela não é algo simples de entender, ou exclusivamente individual, mas de um sujeito inserido em determinado contexto. A identidade se refere na relação de viver no mundo e com o próximo, isto é, a relação com o eu e com os outros. É um conceito de suma importância a ser desenvolvido para o envolvimento em torno das relações culturais e da diversidade étnica. A identidade apresenta pontos culturais que se tornam visíveis e expressivos em diversos campos da cultura como na oralidade, nas festividades, nos rituais e nas diversas manifestações artísticas, costumes e tradições populares que caracterizam os elementos da civilização humana.

Portanto, o estudo da identidade não se limita apenas às questões centradas na cultura. Ela se relaciona e se desenvolve também nos quesitos do social, político e histórico das sociedades. Sendo assim, a identidade é vista de maneira mais diversificada, isto é, mais ampla e geral e é invocada quando “um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi, historicamente, submetido” (NOVAES, 1993, p. 25).

Ainda de acordo com Novaes (1993), esse processo pode ser analisado e discutido quando nos referimos à população negra, aos povos indígenas, às mulheres, aos homossexuais, entre outros que no seu meio social são afastados. Assim sendo, o destaque da identidade desenvolve-se também na relação com a diferença. Ou seja, ao mesmo tempo em que busca a identificação de sua identidade para com um grupo social mostra a diferença deste em relação aos indivíduos que constituem a sociedade, sejam referentes ao governo, a uma instituição ou a qualquer outro grupo social, ela possui um mecanismo de elaborar e amenizar as diferenças.

O conceito de identidade é compreendido por apresentar um conjunto de aspectos culturais que juntos estarão em constante processo formativo para a construção e reconstrução de si mesmo. A identidade possibilita assim, a cada um de nós, enquanto cidadãos de direitos e deveres nos identificamos e de nos afirmamos em um determinado meio social para vivermos na liberdade,

igualdade e respeito entre todos, assim como, de serem localizados pelo mesmo sistema social.

A construção da identidade negra na sociedade brasileira enquanto sujeitos ativos e históricos perpassa por uma série de fatores sociais, econômicos, políticos, religiosos e culturais. A população negra enfrenta em seu cotidiano diversas práticas preconceituosas e racistas seja no trabalho, na família, nas ruas e nas salas de aulas.

De acordo com o documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de história e Cultura Afro-brasileira e Africana em todas as instituições de ensino público e privado do Brasil (2003), é de suma importância conhecermos a problemática e complexidade que envolve o processo de construção identitária negra no Brasil e principalmente as consequências que o ato e prática do racismo desenvolvem-se:

Processo esse, marcado por uma sociedade que, para discriminar os negros, utiliza-se tanto da desvalorização da cultura de matriz africana como de aspectos físicos herdados pelos descendentes de africanos. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, 2004, p.15)

Assim como outras construções identitárias, a consolidação da identidade negra brasileira se efetivou de forma gradual, num movimento que engloba vários elementos sociais, culturais, políticos e religiosos, que se desenvolvem desde as primeiras relações com outros grupos sociais. De modo geral, esse movimento tem início no seio familiar, onde são construídos conceitos para designar outras vivências e relações sociais com aos quais os sujeitos mantêm convívio.

A identidade negra é compreendida, como sendo uma construção social, histórica e cultural que se modifica e permanece ao longo do tempo, a partir da vivência com outros sujeitos sociais. Ressalta um olhar de uma população negra que convive com outros grupos étnicos. Sendo assim, a construção da identidade negra brasileira é enfrentar e combater os estereótipos em torno de sua cultura. De acordo com Gomes (2003),

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina o negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. (GOMES, 2003, p. 171).

Para compreendermos a construtividade da identidade negra brasileira é importante ressaltar, que não devemos apenas olhar para o aspecto subjetivo e simbólico que definem e caracterizam a identidade negra, mas como também, levar em consideração o aspecto político, como por exemplo:

Tomada de consciência de um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade, para a qual contribui economicamente, com trabalho gratuito como

escravo, e também culturalmente, em todos os tempos na história do Brasil.
(MUNANGA, 1994, p. 187).

No que se refere ao contexto educacional, vale indagamos algumas perguntas pertinentes à temática da identidade negra e a diversidade cultural. Será que as instituições de ensino público e privado do Brasil estão ligadas e atentas para esta questão abordada sobre identidade? Ou ainda, se estão abordando, será que se encontram dialogando de forma correta, séria e responsável com os educandos? Será que nas formações de professores são abordadas e discutidas a importância do estudo da África e a valorização de sua cultura?

Nesse sentido, ao pararmos para pensarmos o diálogo envolvendo a educação, a diversidade, cultura e identidade negra, falamos de construções nas quais passaram por processos longos e diversos, construídos a partir de sujeitos sociais históricos ao longo de suas vidas, por onde viveram ou passaram, englobando todos os aspectos da vida cotidiana. Podemos afirmar que tais processos envolvidos estão em articulações com o indivíduo, em seus aspectos: social, tempo e fatos históricos marcantes.

Nessa perspectiva, quando refletimos sobre o espaço escolar como sendo um local de troca de conhecimento, de sociabilidade e de formação de cidadãos ativos e críticos no mundo em que vivemos, faz-se necessário adentrar e entender um processo educativo bem complexo. Nesse espaço, nos deparamos não apenas com currículos, componentes curriculares, normas estabelecidas pela instituição, projetos, avaliações e conteúdo, mas com pessoas que carregam consigo uma bagagem cultural e, a partir dela, constroem novas sociabilidades, saberes e identidades. O espaço escolar pode ser definido e caracterizado, então, com um local que irá manter relações com a identidade negra e interferir em sua construção. A visão colocada sobre a identidade negra, a sua história e conseqüentemente sua cultura, nas instituições de ensino, pode tanto ter conhecimento, respeito e valorização, levando em conta as identidades e as diferenças quanto podem atribuir, discriminar, separar e até mesmo não aceitar, isto é, negando-os.

É de suma importante compreender que a construção da identidade negra em seu processo construtivo ocorre não apenas por oposição a cultura do homem branco, mas, também, pelo acordo, pelo embate e pelo diálogo ocasionado com ele. Para Gomes (2003), “as diferenças implicam processos de aproximação e distanciamento. Neste jogo complexo, vamos aprendendo, aos poucos, que as diferenças são imprescindíveis na construção da nossa identidade”. (GOMES, 2003, p. 172).

Diante do exposto, consideramos que o processo de construção da identidade negra acontece mediante um processo contínuo, construído pela população negra em seus diversos locais de convivência, podemos afirmar que a identidade negra brasileira também é (re)pensada também

durante todo seu processo educativo na Educação Básica, a partir do currículo e da interação entre os próprios sujeitos. Nessa trajetória, os negros se encontram no cotidiano escolar com diferenças diversas de olhares para a cor de sua pele, sua cultura, sua história, seu cabelo e seu corpo. Muitas vezes, esses olhares acabam prejudicando a própria visão e olhar de sua identidade e experiência da etnia ao qual pertencem. Estamos vivenciando cotidianamente uma complexidade de identidades e de alteridades, de iguais e diferentes e, além de tudo, como tais pontos são vistos a partir das diversas versões ou visões como estão sendo abordadas na sociedade.

O estudo sobre a identidade negra no contexto educacional brasileiro poderá ser pensado e desenvolvido como uma contribuição para todas as etnias, não apenas só para combater e amenizar o preconceito racial existente dentro do espaço escolar, mas também, poderá nos ajudar a desenvolver projetos pedagógicos que contribuam para o ensino e conhecimento da história da cultura africana e dos afro-brasileiros, visando a valorização desta população negra que tanto contribuiu para a formação de nossa sociedade. O espaço escolar por onde passamos e vivemos momentos diversos e muitas das vezes inesquecíveis para nossas vidas, não é apenas um local de aprendizagem, mas sim, de reproduzir nossas representações a partir de valores, costumes e a cultura, seja negro, branco, indígena ou asiático.

Sendo assim, podemos fazer algumas indagações. Quais seriam essas representações existentes a serem desenvolvidas no cotidiano escolar? Em quais momentos na vida escolar tais representações são vivenciadas ou não? Como os sujeitos pertencentes à identidade negra estão convivendo com a cultura do homem durante o processo dessas representações tanto dentro da escola como na sociedade? Enfim, tais representações despertam interesse por parte dos docentes e/ou são manifestadas no currículo escolar? Na maioria das vezes, esses processos se tornam imperceptíveis para os docentes, gestão escolar e secretarias de educação, e conseqüentemente não são levados em consideração para serem discutidos nas realizações de formações e capacitações de professores.

O estudo da identidade negra, desenvolvido no processo de ensino-aprendizagem no cotidiano escolar e na vida social apresenta como marco importante não apenas apontar diretrizes para as situações de denúncia em relação às práticas de preconceitos utilizados e seus estereótipos. Mas, também compreender aspectos culturais do povo negro, como o cabelo, cor da pele, entre outros, nos remota a manter uma continuidade de características pertencentes à cultura do negro, ressignificando na sociedade brasileira essa identidade, a partir do contato temas relacionados à história do negro no Brasil, suas lutas, conquistas, reivindicações, personalidades negras (os), memórias e a herança cultural deste povo presente até os dias atuais no processo de formação da

nossa sociedade.

Penso que tais estudos em torno da identidade negra poderão e deverão contribuir para a realização de desenvolvimentos de projetos, como também, a fazer parte do cotidiano do planejamento dos professores durante o processo de sua formação acadêmica ou contínua realizadas pelas secretarias. A implementação do ensino de história da África e dos afro-brasileiros no cotidiano escolar, em particular, dentro do currículo escolar foi fruto de lutas desenvolvidas por intelectuais negros a partir de criações de vários movimentos sociais, por exemplo, a FNB (Frente Negra Brasileira), TEN (Teatro Experimental Negro) e MNU (Movimento Negro Unificado), que objetivavam no decorrer de suas ideologias a busca de melhorias e o direito de acesso a uma boa educação.

Nos dias atuais, a reivindicação proposta pelo Movimento Negro Unificado no Brasil destacou como marco importante a demanda da criação da Lei Federal de nº 10.639, sancionada pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva em 09 de janeiro de 2003, aonde esta lei veio alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Educação Nacional, a Lei nº 9.394/96. A criação desta lei visou incluir no currículo escolar das escolas públicas e privadas da educação básica brasileira, a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira.

A criação desta lei se torna mais um grande desafio para a comunidade docente brasileira desempenhar suas atividades da melhor forma possível e contemplar esta temática buscando compreender, valorizar e respeitar a identidade negra. Vale ressaltar também, que não se limita apenas aos professores este desafio, como também, aos centros de formação de professores que, das vezes, não entendem o tema como relevante no processo de formação dos docentes. Trabalhar com a questão negra é um desafio que nos propõe responder questionamentos, o que nós sabemos a respeito da história e cultura africana e afro-brasileira? O que aprendemos na educação básica sobre a história da África é o necessário ou realmente ocultaram fatos sobre a história da África? Como não desenvolver visões, conceitos e leituras estereotipadas em relação ao continente africano e seus descendentes? Que temáticas o docente poderá escolher para abordar e estudar, da melhor maneira possível, o ensino da história e da cultura africana. Enfim, são questionamentos diversos construídos diariamente no cotidiano escolar entre os docentes e formação de professores devem começar a trabalhar, pesquisar e fazer, buscando levar para os estudantes a herança africana que existe no Brasil e jamais deixar morrer a Mãe África que existe em cada um de nós.

Para tudo isso acontecer da melhor forma possível no contexto educacional brasileiro, será necessário que os professores aceitem a adoção da temática, que repensem suas práticas de ensino e revejam conteúdos, que discutam e dialoguem com outras áreas do conhecimento e valorizem a

herança cultural africana existente em nosso território. É preciso também saber ouvir e aprender com novas estratégias de ensino que favoreçam no processo de ensino-aprendizagem, práticas pedagógicas e materiais construídos a partir dos intelectuais do Movimento Negro Unificado e diversos outros movimentos negros. O campo da formação de docentes deverá se abrir a novos olhares, pesquisas e estratégias de ensino, principalmente, no diálogo com outros locais característicos da identidade negra.

O momento atual, desde a criação da lei 10.639/03, se faz propício para que os centros de formação de professores busquem a formação de profissionais capacitados e habilitados para o desenvolvimento da temática com os estudantes por onde quer que estejam. A semente foi plantada, resta agora sabemos fazer e realizar uma colheita com bons frutos.

Ter conhecimento e aprendizagem sobre as temáticas ao qual a lei 10.639 propõe, desempenhar em torno dos conteúdos a serem ministrados em sala de aula com os estudantes contribuirá para a formação do sujeito e para sua afirmação para aqueles que pertencem a identidade negra, como também, para aqueles de outras etnias terão conhecimento para valorizar e respeitar o próximo. Essa prática deixaria de lado o uso da memorização em que os estabelecimentos de ensino brasileiro desempenham. Porém, os sujeitos envolvidos neste processo são encaminhados a aprender somente aquilo que estão contidos nos materiais didáticos, deixando de lado, novas temáticas e discussões a serem desenvolvidas.

A construção de um currículo escolar que articule e desenvolva a valorização das relações étnico-racial existentes no contexto educacional brasileiro se faz de suma importância. A partir dessa iniciativa, todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem estarão conectados, respeitando e valorizando as diferenças existentes sem menosprezar o outro seja pela cor da pele, cabelo ou religião.

Ações e práticas pedagógicas para a inserção do estudo da história e da cultura africana e afro-brasileira no cotidiano escolar brasileiro já existem. Porém, resta-nos investigar se a promulgação da referida lei se encontra verdadeiramente efetivada. No caso desta monografia, optamos por problematizar o estudo da Lei 10.639 a partir do desenvolvimento de projeto pedagógico, por meio, de uma pesquisa-ação sobre o estudo da cultura africana e afro-brasileira desenvolvida na EEIEF. Professora Catarina Tavares, localizada no Distrito de Cuncas – Barro – Ceará no período de agosto/dezembro de 2019, que será apresentado no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

“SOMOS TODOS ÁFRICA”: A ESCOLA E A VIVÊNCIA PEDAGÓGICA DA APLICAÇÃO DA LEI 10.639

“As crianças são as recompensas da vida”. Provérbio africano

Este capítulo tem por objetivo analisar o desenvolvimento do projeto pedagógico “Eu, tu & nós: somos todos África”, realizado na educação básica de uma escola da rede municipal de Barro, baseado na Lei Federal 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da História e cultura africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino público e privado do Brasil. Objetivamos problematizar como um projeto que proporcione entre os educandos a aplicação da referida lei na instituição pode contribuir para a educação da cultura afro brasileira entre os jovens e como pode impactar em suas concepções e identidades sobre negritude.

3.1 A instituição e o contexto

A instituição de ensino escolhida para a realização da pesquisa desta monografia (TCC) foi a Escola de Educação Infantil e Fundamental Professora Catarina Tavares, situada na vila de Cuncas, distrito de Barro-CE, localizado a 524 Km de Fortaleza, capital do Estado. A região, apesar de estar localizada em uma área de tempo seco, apresenta ricos recursos hídricos, como o Rio Cuncas, os riachos dos Antas, dos Cavalos e Cumbe.

A escolha desta instituição para o desenvolvimento da pesquisa se deveu ao fato de estar inserido na escola como mediador no Programa Mais Educação na modalidade de Leitura com os estudantes que tinham dificuldades em leitura, escrita e interpretação, o que gerava notas abaixo da média e problemas comportamentais no turno da manhã. Além disso, minha formação educacional foi toda vivenciada no também distrito de Barro, Iara; vizinho ao de Cuncas. Porém, por estar, cotidianamente, em contato direto com os professores, estudantes, funcionários e a gestão escolar decidi optar por realizar na escola de Cuncas a pesquisa.

Este estabelecimento de ensino foi fundado em 20 de janeiro de 1988 e, no decorrer de sua história, vem atendendo a diferentes públicos da sociedade. Desde sua fundação, a escola era anexa da EEFM Deputado Antônio Leite Tavares, do Distrito de Iara. Possuía tanto o Ensino Fundamental anos iniciais e finais quanto o Ensino Médio, porém, por volta do ano de 2016, a escola deixou de ser anexo, perdeu o Ensino Médio por falta de alunos e passou a funcionar apenas com o Ensino Fundamental até os dias atuais. A escola não possui nenhum slogan como analisado em seu Projeto Político Pedagógico.

Imagem 01 – Entrada de acesso à escola



Fonte: acervo do autor.

Imagem 02 - Entrada principal da escola



Fonte: acervo do autor

Atualmente, os estudantes da instituição são residentes dos sítios vizinhos e do próprio distrito, sendo assim, a escola é formada por alunos do sítio Fazenda Nova, localizado antes do distrito de Cuncas, do sítio Prazeres, situado depois da vila de Cuncas e por uma estudante que vem todos os dias da cidade de Barro estudar na Catarina Tavares. Todos os estudantes da escola apresentam uma história bastante semelhante, tendo seus pais com níveis baixos de escolaridade vindos dos sítios circunvizinhos. Em Cuncas, como também na cidade de Barro, os estudantes não encontram boas oportunidades para o trabalho, submetendo-se, muitas vezes, a trabalhos mais afastados dos seus lares como as empreitadas em cortes de cana, algodão, tomate, alho e como vendedores ambulantes, em particular, aos que trabalham na venda de tapetes e panos de pratos em outros estados.

A grade curricular da Escola Catarina Tavares ainda possui como referência as orientações estabelecidas pelos PCNs de 1988 e as Diretrizes e Bases da LDB, que estipula para os estabelecimentos de ensino do país, um mínimo de duzentos (200) dias letivos, divididos em quarenta (40) semanas letivas, com cinco (5) horas diárias de quarenta e cinco (45) minutos cada, com carga horária anual de oitocentas (800) horas-aula.

Tem-se na composição escolar duzentos e trinta e quatro (234) alunos distribuídos na Educação Infantil, com vinte e nove (29) alunos, Ensino Fundamental anos iniciais com setenta e quatro (74), Ensino Fundamental anos finais com cento e dezessete (117) e na Educação de Jovens e Adultos (EJA) com quatorze (14) alunos. No período da elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição ainda não havia sido estabelecidas na grade curricular da escola a lei 10.639 que trata da obrigatoriedade do ensino da história e cultura africanas e afro-brasileiras.

O Projeto Político Pedagógico da Escola indica que, teoricamente, ela está fundamentada na teoria do psicólogo Vygotsky⁵. De acordo com o documento, a escola busca a formação de um cidadão consciente, efetivo, crítico e capaz de transformar a sociedade em que vive. Sendo assim, ao analisar o PPP e refletir sobre as concepções de sua proposta, pensamos que quando abordamos questões educacionais, principalmente, no que se refere às relações étnico-raciais, avaliamos que a instituição de ensino pouco aborda tal temática para sua comunidade escolar. Existe ainda uma forte resistência por parte dos professores em trabalhar temas envolvendo identidade e cultura negra, preconceito e racismo na escola. Vale ressaltar que, quando são abordadas tais questões, a responsabilidade se centra nas professoras de História da instituição, não de forma efetiva e dinâmica, seja por falta de materiais que as ajudem a trabalharem a temática, seja por apoio da

⁵ Psicólogo que contribuiu com diversos estudos para a educação e no papel da escola para o processo social dos sujeitos.

gestão escolar e demais docente para a construção de um projeto que ressalta a cultura e identidade negra no ambiente escolar, o que, talvez se explique pela ausência de formação nessa temática no município de Barro como um todo.

3.2 O Projeto Pedagógico e a Lei 10.639/03

Observamos informalmente, a partir de visitas e conversas com professores da cidade que, assim como na escola onde trabalhamos, as demais instituições municipais e estaduais de Barro também não abordam de maneira sistemática a obrigatoriedade e a valorização da história e cultura africana e afro-brasileira em seu currículo escolar. Sendo assim, diante dessa questão, além da pesquisa que acompanha este TCC, diante de nossa inserção na referida instituição de ensino, assumimos um compromisso enquanto militante negro que, desde a Educação Básica, sentimos a ausência de estudos da população negra, principalmente, nos pontos de contribuição da cultura africana para o país. Nesse sentido, nosso trabalho teve como base uma prática pedagógica que, além de investigar nossa problemática, também pudesse contribuir para a vivência de um currículo comprometido para as questões da cultura afro brasileiro no município de Barro.

Nesse sentido, nosso compromisso foi de desenvolver um projeto pedagógico que buscasse o conhecimento e valorização da cultura negra africana e de seus descendentes, buscando estimular entre os sujeitos participativos do processo educativo a formação dos valores culturais, sociais, econômicos, religiosos, assim como, de seus hábitos e comportamentos étnicos. Assim, além do processo investigativo da pesquisa, comprometemo-nos com o respeito às diferenças étnico-raciais vivenciadas no âmbito educacional e na vida social dos estudantes.

A partir disso, e tendo como suporte a lei 10.639, elaboramos na escola um projeto pedagógico intitulado “Eu, tu & nós: somos todos África”, juntamente com as professoras de História da instituição (Izabel Fernandes e Adriana), objetivando a valorização das contribuições da cultura africanas no Brasil, a partir de ações que buscaram a promoção de mudanças nos conceitos, discursos, comportamentos e nos estereótipos em torno do negro para a aceitação das diferenças étnicas existentes. Entendemos que é a partir do processo educativo que iremos construir uma sociedade com mais respeito e igualdade; também é a partir dela que combateremos o racismo no cotidiano escolar para que, mesmo com suas diferenças e conflitos, os mais diversos grupos étnicos possam respeitar as diferenças, no espaço escolar e onde quer que estejam.

O processo de elaboração das atividades propostas e que foram desenvolvidas juntos e com a participação dos estudantes, buscaram estratégias que pudessem valorizar a cultura africana,

afro-brasileira, o respeito, o reconhecimento e a afirmação dos sujeitos pertencentes a identidade negra local.

3.3 Planejamento das atividades pedagógicas desenvolvidas na escola para a implantação da Lei 10.639

Para o planejamento e realização das atividades pedagógicas pelos estudantes da instituição, organizamos o Projeto Pedagógico que foi intitulado de “Eu, tu & nós: somos todos África”. Para isso, organizamos reuniões nas férias escolares em julho de 2019 com a professora de História Izabel Fernandes quando traçamos as primeiras diretrizes a serem seguidas quando as aulas retornassem e buscamos estratégias que guiassem a maneira como se desenvolveria o Projeto.

Quando desenvolvemos qualquer projeto; seja na educação, em uma dada empresa, em templos religiosos, entre outros locais, o planejamento detalhado das ações a serem desenvolvidas se faz de suma importância para alcançarmos os objetivos da melhor maneira possível, sempre tendo em mente que todo planejamento é passível de mudanças a partir do processo de avaliação constante. Sendo assim, temos por finalidade construirmos com os sujeitos envolvidos os conhecimentos em torno da história e valorização da cultura africana e afro-brasileira da forma mais objetiva e dinâmica, dentro das limitações concretas que nos rodeiam.

No retorno das aulas, em agosto, reunimo-nos com a diretora da escola, Nalba Oliveira, e apresentamos o projeto que desejaríamos desenvolver e que faria parte da nossa pesquisa de monografia. Ao ler o projeto, ela demonstrou interesse pela ideia, ressaltando que a instituição não havia vivenciado ainda nenhum projeto com a temática étnica e de identidade negra, mesmo com um número alto de alunos negros. Em seguida, solicitou-me que planejasse junto com Izabel Fernandes e a Adriana Alves, ambas professoras de História e Ensino Religioso para relacionarmos os materiais que precisaríamos para o desenvolvimento do projeto. Feito o orçamento do que necessitaríamos, o passo seguinte foi apresentá-lo aqueles que se tornariam seus protagonistas, os estudantes do Ensino Fundamental dos anos finais, com as turmas do 6º A, 6ºB, 7ºA, 7ºB, 8º ano e 9ºA e 9ºB.

Nas apresentações do projeto, as turmas, os estudantes puderam analisar a importância do desenvolvimento dele, assim como, durante sua vivência, puderam investigar e compreender elementos importantes ao combate do preconceito, racismo e a discriminação, como também, a conhecer e valorizar a diversidade cultural e étnica existente no Brasil. Dessa forma, o projeto “Eu, tu & nós: somos todos África”, foi importante para que os alunos desconstruíssem os estereótipos de inferioridade para os sujeitos pertencentes e que se identifiquem como negro(a),

valorizando e respeitando as relações étnicas raciais, assim como, a diversidade cultural existente no país, principalmente, onde se torna visível essa diversidade que são nas escolas.

Partimos do pressuposto de que a escola tem função essencial no processo de ensino-aprendizagem. isto é, na educação de seus sujeitos, por outro lado, não é apenas dever da escola a educação, mas esta começa, essencialmente, no seio familiar, dentro de casa convivendo com sua família, onde as crianças desenvolvem o aprendizado de costumes, noções, respeito, entre outros, como ressalta Lya Luft (2009, p.22).

Educação é algo bem mais amplo do que escola. Começa em casa, onde precisam ser dadas as primeiras informações sobre o mundo (com criança também se conversa!), noções de postura e compostura, respeito, limites. (LUFT, 2009, p.22).

Apresentamos essa reflexão para reforçarmos a ideia de educação como construção social e que também se vivencia na escola, que precisa considerar o conhecimento prévio do aluno, os saberes e aprendizagens que ele traz consigo para o espaço da sala de aula. Por isso, durante a apresentação do projeto aos estudantes, a partir de sua participação fazendo perguntas constantemente, percebemos a motivação e entusiasmo para fazerem parte das atividades. Não conseguimos identificar nenhuma forma de resistência a contribuir e realizar um projeto tão desafiante e que não tem caráter de depósito de informações, mas de construções de conhecimentos.

Realizada a apresentação do projeto às turmas, partimos para organizar os últimos detalhes para a realização do Projeto. Decidimos dividir a realização em duas fases. Para a culminância da primeira fase, marcamos o dia 20 de novembro de 2019, na qual a lei 10.639 coloca no calendário escolar para que as instituições de ensino trabalhem a lembrança da morte do líder Zumbi dos Palmares, tendo também esta data como o dia dedicado à consciência negra e a culminância da segunda fase do projeto ficou marcada para o dia 13 de dezembro de 2019.

A primeira fase do projeto se dedicou ao momento artístico de influência negra. Na culminância dessa fase, foram apresentados aos diversos públicos de estudantes, gestores, professores e funcionários, aos pais dos alunos, representantes da Secretaria Municipal de Barro, as encenações teatrais das peças “A Resistência Negra” de Rosa Margarida que se encontra no Almanaque Pedagógico Afro-Brasileiro e o teatro do trabalho escravo infantil que a escola realizou para concorrer ao prêmio Peteca de 2018. Além disso, foram apresentadas danças afro-brasileiras como o Maculelê, o Jongo e a Capoeira com coreografias produzidas pelo organizador do projeto. Por fim, no encerramento da celebração do dia 20 de novembro, houve a escolha da

Miss Afro do CAT. Todo esse processo de apresentações foi precedido de pesquisas escolares sobre a produção artística da cultura negra no Brasil.

A segunda fase do projeto teve como temática a realização de pesquisas e formação de grupos de trabalho para uma Feira Afro da CAT. Neste dia, os estudantes depois de serem orientados e de terem trabalhado suas temáticas e ensaios expuseram para a comunidade escolar, suas famílias, representantes da Secretaria Municipal de Barro e para as escolas convidadas do distrito de Iara, do distrito de Engenho Velho, Monte Alegre e das escolas rurais do sítio Alegre, Serrota e Prazeres, as temáticas africanas.

Para este dia, planejamos e organizamos o nosso calendário para que o evento se tornasse significativo para a comunidade escolar. As professoras de história que participaram do projeto cederam às aulas de Ensino Religioso para que as temáticas fossem trabalhadas da melhor forma possível com os alunos. Sendo assim, nessas aulas trabalhamos textos, vídeos, confeccionamos materiais e ensaiamos.

As escolhas temáticas para a culminância da feira afro foram as seguintes: culinária, danças afro-brasileiras, religiosidade africana, em particular, o candomblé, simpatias africanas, arte africana (máscaras africanas), personalidades negras brasileiras e os quilombos no Brasil. Sendo assim, dividimos por turma as temáticas propostas para a feira afro. As turmas do 6º A e B ficaram responsáveis por expor a culinária afro-brasileira, a turma do 7º A pelas simpatias africanas, o 7º B a religiosidade africana, o 8º ano as danças afro, o 9ºA, a arte africana e o 9ºB as personalidades negras e os quilombos no Brasil.

Definidas as temáticas e as turmas responsáveis por cada tema foram planejadas sequências didáticas para cada turma para trabalharmos com os estudantes os conhecimentos necessários aos quais devem apreender, pesquisar e expor no dia da feira. Assim sendo, antes da primeira fase do projeto foram ministradas em cada turma uma aula abordando a importância do dia 20 de novembro onde seria a realização da primeira fase, em seguida, explicitando as temáticas escolhidas e divididas.

3.4 O protagonismo estudantil durante o projeto e a aula de campo

Realizadas todas as considerações pendentes, partimos para a construção da primeira fase do projeto. Em meados do mês de setembro, demos início aos ensaios para o dia 20 de novembro. O primeiro passo foi convidar de sala em sala as garotas que desejavam fazer parte do desfile para a escolha da Miss Afro da CAT 2019. Lembro-me que as colaboradoras do projeto ressaltaram preocupação sobre o desfile, isto porque, segundo elas, já havia sido realizado um desfile na escola

e apenas três garotas sentiram interesse em participar, sendo que entre uma delas existia uma estudante que apresentava características da identidade negra e se recusou a soltar seus cabelos. Sobre essa questão, percebemos o quanto a cor da pele e o cabelo são características marcantes para a identidade negra, muitas vezes como aproximação e sentimento de pertencimento a sua cultura, outras vezes como marca de inferioridade a partir dos estereótipos sociais. Sobre isso, Gomes (2002), em sua pesquisa de doutorado, onde investigou esses aspectos, nos aponta que:

O papel desempenhado pela dupla cabelo e cor da pele na construção da identidade negra foi o ponto de maior destaque durante a realização da pesquisa. A importância desses, sobretudo do cabelo, na maneira como o negro se vê e é visto pelo outro, até mesmo para aquele que consegue algum tipo de ascensão social, está presente nos diversos espaços e relações nos quais os negros se socializam e se educam: a família, as amizades, as relações afetivo-sexuais, o trabalho e a escola. Para esse sujeito, o cabelo carrega uma forte marca identitária e, em algumas situações, é visto como marca de inferioridade. (GOMES, 2002, s/p).

Diante disso, não nos abatemos e seguimos em frente. Adentramos sala por aula com a autorização dos professores que se encontravam em atividade explicando o motivo da nossa presença naquele momento. No final, em reunião com as colaboradoras do Projeto, deparamo-nos com uma lista com dezesseis estudantes que sentiram desejo em desfilar, lembrando que, apenas poderiam concorrer aquelas alunas que consideravam apresentar características afro-brasileiras. Restava agora aguardar se essas jovens permaneceriam até o fim.

Imagem 03 - Apresentação do Projeto Pedagógico na turma do 9º B



Fonte: acervo do autor

Depois desse processo de chamamento, demos início aos ensaios no final de setembro. Minhas aulas no programa do Mais Educação foram liberadas para uma reorientação para que pudesse preparar os estudantes. Eram três ensaios por semana, sempre no contra turno, isto é, pela manhã. Tive que dividir os horários com estudantes de acordo com o envolvimento onde se encontravam. Estabelecemos que do período das 07h00min às 09h00min, ficaríamos na quadra da escola aqueles estudantes que se inseriram no teatro e nas danças e das 09h30min às 10h30min, às estudantes do desfile.

Foram momentos inesquecíveis vivenciados com eles durante os ensaios para a primeira fase. A dedicação, o esforço e alegria apresentados durante os ensaios foram de grande entusiasmo e vontade de viver e mostrar a cultura de um povo para todos. Mas também foram momentos tensos, de estresse e de preocupação. Mas nada que tire o protagonismo desses estudantes durante os ensaios. Conversamos, sempre davam sugestões, buscavam recursos para a confecção das roupas, cartazes, contribuem para comprar materiais que seriam usados durante a primeira fase, dialogavam com seus pais para ajudarem no projeto seja de qual fosse à forma. Os momentos de ensaio foram registrados nas imagens a seguir:

Imagem 04 - Primeiro dia de ensaio com os estudantes na quadra da escola



Fonte: acervo do autor **Imagem 05** - Ensaio do teatro "A resistência negra"



Fonte: acervo do autor

Imagem 06 - Ensaio da dança afro do maculelê



Fonte: acervo do autor

Imagem 07 - Ensaio com os estudantes da dança da capoeira e do jongo



Fonte: acervo do autor

3.5 A aula de campo em Porteiras/CE

Não existe nada comparável ou maravilhoso do que vivenciar de perto algo que nos chame atenção, que seja de grande interesse e relevância. Nesse sentido, sempre ansiei conhecer um espaço que aceite e se identifique com sua cultura. Essa proposta nos fez viver e sentir de perto seus hábitos, costumes, crenças e rituais, as culturas indígenas e africanas do Brasil. Elementos próximos de nós, mas, muitas vezes vivenciados de maneira marginal ou regulada. A ideia foi de ampliar essas experiências com os educandos.

Com a construção deste projeto, buscamos uma comunidade quilombola mais próxima de nossa cidade para realizar uma aula de campo. Durante a pesquisa encontrei a comunidade quilombola dos Souza, que se localiza no distrito de Vassourinhas, na cidade de Porteiras/CE.

A princípio, almejávamos selecionar alguns alunos de todas as turmas para levarem a esta aula de campo. Porém, como as turmas do 9ºano ficariam responsáveis por apresentar os quilombos do Brasil decidimos levá-los para conhecer e viver de perto a vida de uma comunidade quilombola para, no dia 13 de dezembro, da exposição da feira afro do CAT, exporem um pouco da cultura do quilombo dos Souza.

Acredito que, para os estudantes, esta aula seria um dos grandes momentos vivenciados durante o desenrolar projeto. Mesmo diante de muitos empecilhos, como a dificuldade de conseguir um transporte para o deslocamento dos alunos, conseguimos no dia 14 de novembro realizar a visita com quarenta e cinco (45) pessoas à Comunidade Quilombola dos Sousa, que nos rendeu um processo de aprendizagem para além do que está posto nos livros didáticos de História.

Comunidade Quilombola dos Sousa

Chegamos ao distrito de Vassourinhas por volta das 09h00min. Ao chegamos à entrada deveríamos descer do ônibus e fazer uma caminhada de aproximadamente 6 km até a comunidade dos Souza, pois o ônibus não teve condições de prosseguir pela estrada de terra até a escola da comunidade.

Imagem 08 - Grupo de estudantes, professores e diretora na aula de campo



Fonte: acervo do autor

Imagem 09 - Caminhada de 6 km para chegarmos na comunidade de Vassourinhas



Fonte: acervo do autor

Caminhamos até a comunidade onde fomos acolhidos pelo povo na escola quilombola do distrito. Fomos muito bem recebidos e acolhidos pela diretora Francisca, moradora da comunidade que organizou uma programação para nossa chegada com palestras, coreografias, teatro, poemas e outras atividades culturais.

A escola EEIF Anta Tavares Pinheiros funciona nos turnos da manhã e tarde com o Ensino Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais e finais. O Ensino Médio os estudantes estudam na cidade de Porteiras que fica a 15 Km da comunidade.

No turno da tarde partimos em direção para conhecermos de perto um pouco da comunidade com a mestra da cultura Maria Josefa da Conceição, conhecida popularmente como

Maria de Tiê. A mestra da cultura desenvolve a tradição da dança do coco⁶ e do maneiro-pau⁷ elementos da cultura de seus antepassados e que atualmente nos eventos culturais na comunidade, na cidade e fora dela continua praticando a tradição para diversos grupos.

Com isso, Maria de Tiê busca não deixar se perder no tempo a sua tradição, costumes e cultura. A partir de suas toadas e emboladas na dança do coco, Maria de Tiê divulga a cultura e as manifestações culturais características de seu povo para a Comunidade Quilombola dos Souza, como elementos que visa o reconhecimento das práticas vivenciadas nas gerações da cultura africana e afro-brasileira. Cabe ressaltar também, que por meio da dança, dos cânticos, cores, Maria de Tiê dedica-se também à luta pelos direitos das mulheres negras no Brasil, o respeito à diversidade étnica, cultural e religiosa, como também, a valorização de sua própria história.

No turno da tarde, fomos levados a adentrar mais profundamente na comunidade de Vassourinhas para conhecermos os demais elementos do quilombo, em particular, o templo sagrado no qual praticam seus ritos religiosos. Conhecemos assim, o terreiro de umbanda do senhor Ricardo. Particularmente, acredito que foi um momento significativo porque tivemos a oportunidade de conhecermos e vivenciarmos como é o cotidiano de um terreiro de religião de matriz africana.

O terreiro é composto de uma simplicidade na qual conquistou a admiração e a curiosidade dos alunos. Além disso, este terreiro é marcado como símbolo de luta e resistência da comunidade, onde a religiosidade e os rituais desenvolvidos por seus antepassados são mantidos com a mesma sintonia, fê e beleza, de acordo com os relatos do zelador do terreiro. O senhor Ricardo que não é considerado Pai de Santo, mas sim, na Umbanda o chefe religioso é designado como Zelador do Templo dialogou conosco sempre tratando com amor e orgulho a existência do terreiro. Ele lembrou pra todos nós que este terreiro é um dos poucos que existe na região, justamente pelo preconceito existente em torno das religiões de matrizes africanas. Porém, nada o perturba ou abala em seu ofício, que ele considera ser uma missão e que desempenha com alegria, dedicação e amor.

O zelador respondeu a todos os questionamentos realizados, tirou dúvidas, explicou os tipos de rituais e sacrifícios realizados, seus deuses cultuados, os significados dos instrumentos musicais, no caso, os tambores sagrados e as oferendas para seus deuses. Foi uma aula interessante e repleta de aprendizado.

⁶ Dança com elementos e características africanas e indígenas onde os participantes dançam em diversos formatos (círculos, duplas ou fileiras) com cânticos e com o uso de coco em suas mãos e sapateados. É uma dança típica da região Nordeste.

⁷ Dança típica do Estado do Ceará onde os dançarinos realizam coreografias em círculos e com o uso de paus batendo-os ao chão para seguir o ritmo da coreografia.

Imagem 10 - Visita ao Templo religioso da Umbanda da comunidade dos Sousa



Fonte: acervo do autor

Depois desse momento, voltamos para a comunidade para seguimos viagem em direção à Cuncas. Na volta, na cidade de Porteiras/CE paramos para almoçamos e durante a refeição o assunto era sobre os sentimentos e emoções vivenciadas pelos estudantes enquanto estavam no terreiro. Energias positivas, tranquilidade, paz e fé foram ressaltados pelos estudantes. Enfim, foi um momento único, inesquecível e cansativo para todos devido à viagem, mas nada que prejudicou a aprendizagem, a beleza e o conhecimento de ter vivenciado essa aula de campo.

A aula de campo fazia parte do planejamento dos objetivos da temática para a turma do 9º ano, na qual os estudantes eram responsáveis por apresentar na II fase do projeto, a I Feira Afro do CAT, os conhecimentos da cultura vivenciada na comunidade quilombola dos Sousa para o espaço escolar previsto para o dia 13 de dezembro.

Planejamento das atividades e a culminância da I fase do Projeto

Cabe ressaltar inicialmente que as atividades elaboradas para a realização da I fase do projeto já vinham ocorrendo no turno da manhã, como também, nas aulas a tarde junto as professoras. Para as atividades propostas para a I fase, estabelecemos a apresentação de teatro

abordando a escravidão e a resistência negra no Brasil, danças afro-brasileiras e a escolha da estudante que representasse a identidade negra escolar.

Nesta I fase contamos com a participação de todos os alunos(as) do Ensino Fundamental dos anos finais. No teatro intitulado A Resistência Negra contou com a participação de estudantes da turma do 7º ano A e B, 8º e 9º A e B. A peça abordando a Escravidão Negra, teve a participação de um aluno do 6º ano e uma estudante da EJA (Educação de Jovens e Adultos). As danças afro-brasileiras da capoeira e do maculelê ficaram com alunos de todas as turmas. As coreografias foram realizadas e ensaiadas com nosso apoio, como também, a coreografia de abertura da I fase do projeto, com a música “Pérola Negra” da Daniela Mercury.

Em relação ao desfile para escolha da Miss Afro do CAT, candidataram-se estudantes de todas as turmas, exceto da turma do 8º ano que não desejaram interesse em participar. No total, foram 17 garotas que se inscrevem para representar a identidade negra da escola. Reafirmamos que, em um evento organizado pela escola em um determinado ano, as professoras ressaltaram que as estudantes negras se recusaram em participar, pois sentiam vergonha da cor de sua pele e de seu cabelo. Sendo assim, apenas três desfilaram naquele determinado período. Levando em consideração esse relato, buscamos apresentar a proposta nas turmas, discutindo a importância do empoderamento da mulher negra. Sendo assim, durante essa etapa e nos ensaios, convidamos a aluna que venceu no ano de 2017 o desfile na EEF Expedito Álvaro Feitosa do Distrito de Iara (CE) para orientar, preparar e entregar a faixa para a ganhadora da Miss Afro o CAT de 2019.

Culminância da I fase do projeto pedagógico

A culminância da I fase do projeto ocorreu no dia 20 de novembro de 2019, data que é celebrado o Dia da Consciência Negra no Brasil, em homenagem a morte do líder guerreiro Zumbi dos Palmares. Tal data se encontra estabelecida na criação da Lei 10.639/03 visando que as instituições de ensino trabalhem com seus estudantes a partir de reflexões em torno do povo negro. Aqui, cabe ressaltamos que no processo de desenvolvimento da pesquisa, a escola não celebrava esse dia, nem tampouco, o município de Barro realizava práticas educativas para a celebração da consciência negra.

Imagem 11 – Abertura da Culminância da Primeira Fase do Projeto



Fonte: acervo do autor

O evento da I fase foi realizado no turno da tarde tendo início às 13h30min na quadra esportiva da escola. Nessa primeira etapa, esse foi o local da abertura do evento e das apresentações teatrais e de dança. Tivemos início da cerimônia com as boas-vindas da diretora escolar Nalba Oliveira, da coordenadora pedagógica Arlene Sobral, do orientador Dr. Israel e do organizador do projeto. Contamos com a presença de todos os professores da escola, funcionários, pais e responsáveis pelos alunos, representantes da Secretaria Municipal de Educação de Barro (CE) em um momento de interação e diálogo sobre a importância de se discutir a história e cultura afro brasileiras nas escolas da Educação Básica.

A abertura do evento ocorreu com a apresentação da música pérola negra da Daniela Mercury contando com a presença de vinte estudantes das turmas do 7º ano ao 9º ano. Logo após, foi a apresentação do teatro abordando escravidão e o trabalho infantil, em seguida, encerramos a primeira parte com o teatro da resistência negra, orixás e a capoeira.

A segunda parte do evento da tarde foi o desfile para a escolha da Miss Afro do CAT 2019. Terminadas as apresentações culturais na quadra, os convidados, alunos, professores e comunidade foram convidados para se dirigir ao pátio da escola para prestigiar o desfile das candidatas.

Imagem 12 - Abertura da Culminância da Primeira Fase - coreografia da música Pérola Negra de Daniela Mercury



Fonte: acervo do autor

Imagem 13 - Encenação teatral da Escravidão negra no Brasil, com a aluna da EJA e o estudante do 6º ano



Fonte: acervo do autor

Imagem 14 - Estudantes que encenaram o teatro da Resistência Negra



Fonte: acervo do autor

Imagem 15 - Apresentação de capoeira com alunos do 8º e 9º anos



Fonte: acervo do autor

Imagem 16 - Dança afro-brasileira do maculelê



Fonte: acervo do autor

Imagem 17 - Pátio escolar ornamentado para o desfile



Fonte: acervo do autor

Imagem 18 - Organizador junto a vencedora do desfile da Miss Afro



Fonte: acervo do autor

Encerrado esse primeiro momento, começamos o processo de articulação e planejamento da Segunda Fase do Projeto, que contou com aulas e oficinas sobre a cultura afro-brasileira e que culminou no dia 13 de dezembro de 2010, conforme passamos a descrever a seguir.

Planejamento e organização para a II fase do projeto pedagógico

Realizada a culminância da I fase do projeto, analisamos que a comunidade escolar e os envolvidos no processo ficaram animados e empolgados para a II fase. O evento ganhou destaque na Secretaria Municipal de Barro, o que rendeu a atenção e elogios aos participantes do Projeto Pedagógico.

Os trabalhos e atividades de planejamento e organização deram-se início a partir do dia 25 de novembro de 2019. As atividades a partir de então se concentrariam em oficinas temáticas por turmas definidas pelos organizadores. No início, ministrávamos uma aula nas turmas explicando a temática que cada uma ficou responsável para a exposição da I Feira Afro do CAT, a ser realizada no dia 13 de dezembro de 2019.

As professoras de História e colaboradoras do projeto cederam parte de suas aulas para que pudessemos discutir as temáticas com os alunos. Entre essas temáticas foram estabelecidas: culinária africana e afro-brasileira, simpatias e crenças, religiosidade africana, em particular, o Candomblé, danças afro-brasileiras, arte africana (máscaras africanas e seus significados), a história do Quilombo dos Palmares e da comunidade quilombola dos Sousa, visitada em novembro pelos alunos, e por fim, as personalidades negras que lutaram em prol da liberdade e por melhores condições de vida para a população negra brasileira.

Imagem 19 – Oficinas da Segunda Fase do Projeto





1 - Oficina temática com as turmas dos 9º A e B responsáveis pela confecção de máscaras africanas, arte, quilombos e personalidades negras brasileiras

2 - Oficina temática com a turma dos 6º anos responsáveis pela culinária afro-brasileira

03 - Momento de organização e estudo dos textos com a turma do 8º ano

04 - Estudantes do 9º A confeccionando máscaras

As ações estabelecidas para o desenvolvimento do projeto ficaram organizadas da seguinte maneira: entre os dias 25/11 a 29/11 era realizadas as oficinas temáticas por turmas; 2/12 a 6/12 ensaios e oficinas com as turmas; 9/12 a 12/12 ornamentação das salas de aulas e ensaios com os estudantes e, por fim, dia 13/12 a culminância da II fase do projeto, sendo aqui, a realização da I Feira Cultural Africana do CAT.

Culminância da II fase do projeto pedagógico

Realizadas as etapas preliminares para o desenvolvimento da II fase do projeto, alunos e professores trabalharam para a chegada do dia 13 de dezembro. Cabe ressaltar aqui, o interesse e a importância dos estudantes para a construção do projeto, principalmente, na ornamentação do espaço escolar. Sendo assim, no dia anterior ao evento, gestão escolar, professores e alunos se uniram para ajudar na ornamentação. A aula terminou um pouco mais cedo, e alguns alunos, com a autorização dos pais ou responsáveis, ficaram na escola junto a mim e as professoras Belinha e Adriana até 00h:00min, lembrando que no dia seguinte, deveríamos estar na escola por volta das 06h30min para os últimos ajustes.

Para a culminância da I Feira Cultural Africana do CAT, organizamos essa etapa da seguinte forma: encaminhamos para as escolas dos distritos e comunidades vizinhas (Iara, Engenho Velho, Monte Alegre, Sítio Alegre, Serrota e Prazeres) cartas convites para que ambas pudessem prestigiar o evento; enviamos também, convites para representantes da Secretaria Municipal de Educação de Barro-Ceará e professores locais.

O evento estava marcado para iniciar a partir das 08h:00min. Contamos com a presença de alunos das escolas convidadas e seus professores, representantes da Secretaria Municipal de Educação de Barro, da comunidade de Cuncas e do orientado do TCC. Demos início ao evento com as boas-vindas da gestão escolar e de professores convidados para ressaltar a importância da temática abordada. Logo após, ressaltamos a trajetória do projeto pedagógico e da sua orientação em relação a nossa monografia, como também, a importância de que as instituições de ensino, não apenas do distrito de Cuncas, efetivasse a Lei 10.639/03, mas sim, todas as escolas da cidade de Barro (CE).

Após esse momento, os representantes, pais, professores e alunos foram convidados a prestigiarem os trabalhos produzidos pelos estudantes de Cuncas. Sendo assim, cada sala de aula estava ornamentada por temáticas afro-brasileiras. Assim, na sala de aula do 6º ano A e B, os alunos apresentaram a culinária africana e afro-brasileira com pratos feitos, entre eles: o Bobó, Caruru, Ado, Bobó de peixe, Quibebe, Feijoada, Moqueca de peixe, Sopa de lentilha, Frango com azeitonas, Vatapá, Cuscuz, Mungunzá salgado e a bebida amarula.

Imagem 20 – Pratos representantes da culinária africana



Fonte: acervo do autor

Na sala de aula do 7º ano A, os alunos(as) apresentaram as simpatias e crendices africanas, dentre elas, destacamos: simpatias para amor, saúde, dinheiro e cura de doenças. Na sala do 7º B, os estudantes estavam caracterizados e apresentavam a religiosidade africana, em particular, o Candomblé e seus orixás Iemanjá, Iansã, Oxóssi, Exu, Xangô, Ogum, Omulu, Nanã, Oxalá, Ossaim e Oxumaré.

Imagem 21 – Alunos do 7º ano apresentando as influências das simpatias



Fonte: acervo do autor

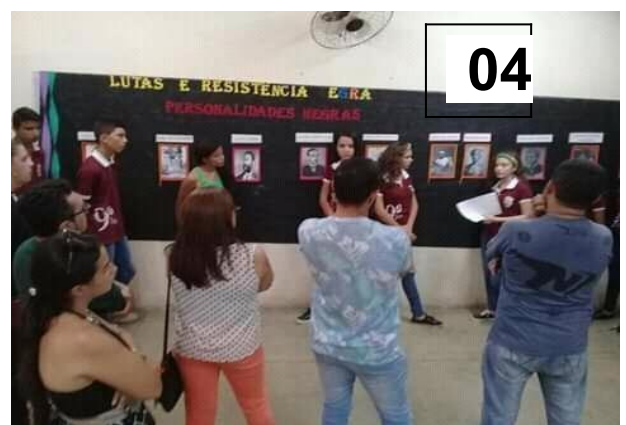
Imagem 22 - Estudantes do 7º B apresentando a religiosidade africana e os orixás do Candomblé



Fonte: acervo do autor

Na sala do 8º ano os estudantes apresentavam para os convidados as danças afro-brasileiras, dentre elas: maculelê, capoeira, samba de roda, dança do coco, jongo e o maracatu. Os estudantes da turma do 9º A, apresentaram as diversas máscaras africanas, abordando sua história, características e as máscaras confeccionadas por eles em papelão e garrafas plásticas. Por outro lado, os alunos do 9º ano B, apresentaram as lutas, resistências e personalidades negras importantes da história brasileira, como também, um pouco da história do Quilombo dos Palmares e de seu líder Zumbi dos Palmares e da comunidade quilombola dos Sousa visitado por eles em novembro. Dentre as personalidades importantes expostas por eles, destacamos: Nilo Peçanha, Carolina Maria de Jesus, Luiz Gama, Dragão do Mar, Mãe Menininha do Gantois, Dandara, Luísa Mahin, André Rebouças, Aquilino e Teresa de Benguela.

Imagem 23 – Apresentações das manifestações culturais



01 – Apresentação das danças afro-brasileiras

02 – Arte africana

3 – Apresentação das máscaras

4 – Personalidades negras brasileiras

Em relação à inserção de sujeitos negros enquanto personagens históricos, acreditamos que esta é uma reforma de reescrever a história, percebendo uma mudança de viés em relação ao papel do negro no plano social, ele deixa de ser a vítima, ou aquele que recebe a ajuda do homem branco para sua libertação e assume um papel de protagonismo na sua história. Sobre essa questão, podemos afirmar que

O estudo das biografias de sujeitos envolvidos em práticas e manifestações culturais afro-brasileiras – mestres de Congado, por exemplo, estudantes e professores – pode ser um recurso valioso para abordagem de aspectos culturais, subjetivos e sociais. A criação de lugares de fala, e de vozerio, para além de focar em sujeitos anteriormente ‘à margem da história’ na tentativa de criação de um contradiscurso, coloca-se como um recurso substantivo para o confronto entre discursos acerca do que vem sendo produzido sobre estes, que circula no contexto escolar e fora dele, e seus próprios discursos, problematizando as representações sobre suas práticas geralmente silenciadas e obscurecidas pelo desconhecimento e pelo preconceito construído historicamente. (PEREIRA e ROZA, 2012).

Os estudantes envolvidos durante a I feira africana da Escola Professora Catarina Tavares dedicaram-se bastante nas produções e nos estudos individuais. Todos eles foram os verdadeiros protagonistas do projeto pedagógico, fizeram acontecer da melhor forma possível. Cabe ressaltar aqui, que os estudantes abraçaram a proposta alegremente. Era nítido nos olhares a ansiedade para a chegada da realização das etapas do projeto. Buscávamos durante todo o processo de construção do conhecimento, seja durante os ensaios ou em sala, dialogar acerca da importância do estudo da cultura afro-brasileira e da identidade negra no cotidiano escolar de Cuncas. Um dos objetivos era mantemos socialização entre as relações étnico-raciais entre os sujeitos que compõem a instituição de ensino. Por parte das colaboradoras do projeto, o incentivo vinha através das professoras Adriana Alves e Izabel Fernandes, os estudantes seriam avaliados durante a trajetória e culminância das duas fases do projeto, ou seja, eles tiveram a metade da nota na disciplina de história a partir de suas contribuições no Projeto.

Pela gestão escolar, os incentivos partiram da diretora Nalba Oliveira, a coordenadora pedagógica Arclene Sobral e o digitador Rubens Alves, que sempre estavam em disposição para realizar alguma atividade solicitada por mim ou pelas professoras e estudantes. Trabalhos como digitação, impressão, documentos, ornamentação, comunicados para pais e alimentação aos estudantes; eles se empenharam para que tudo ocorresse bem.

Considerações dos estudantes na vivência da efetivação da Lei 10.639/03 no cotidiano escolar de Cuncas (CE)

A culminância do projeto no espaço escolar de Cuncas (CE) foi desenvolvido com bastante êxito. Os estudantes, professores e representantes da Secretaria Municipal de Educação do Barro (CE) exaltaram a proposta trabalhada.

É inegável que a realização do projeto pedagógico “Eu, tu e nós: somos todos África” foi uma prática educativa buscando a efetivação da Lei 10.639/03 no currículo da escola local. A iniciativa e o envolvimento dos protagonistas no projeto apresentam pontos positivos como ressaltados em algumas falas dos estudantes apresentadas adiante.

Com o encerramento da realização do projeto na II fase, na semana seguinte, fizemos uma reunião com as turmas em salas de aula para agradecer a participação e o empenho de todos na realização do projeto e conversar com eles sobre suas impressões, mudanças e o aprendizado adquirido durante as fases do projeto em torno da valorização da cultura africana, afro-brasileira e identidade negra. Para registro das falas, realizamos um grande círculo de debates e anotamos as

falas dos estudantes a partir de um conjunto de questionamentos direcionados para que pudessemos compreender os principais impactos das vivências no Projeto por parte desses alunos.

As análises obtidas no diálogo, nos mostram que, apesar da realização do projeto pedagógico, amparado pela Lei 10.639/03, no espaço escolar de Cuncas (CE), ainda a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana na instituição local não era cumprida.

Podemos afirmar, que a maioria dos estudantes não tinham jamais ouvido falar sobre a referida lei e a sua importância para a população brasileira.

A primeira questão que abriu o debate foi acerca do conhecimento da Lei 10.639 pelos alunos, queríamos saber em termos escolares, aquilo que eles já haviam vivenciado e o quanto conheciam a temática. Em relação a exploração das aulas ministradas nas turmas referentes as temáticas que envolviam a lei 10.639/03, os estudantes afirmaram que não conheciam a história, cultura, arte, culinária, danças, entre outros aspectos importantes da cultura negra e que aprenderam muito com as aulas buscando respeitar e valorizar a cultura e os sujeitos que constituem e formam a identidade negra.

Cabe ressaltar que todos os alunos(as) afirmaram ser relevantes o estudo da lei 10.639/03 por todas as escolas do país. Depois de dezessete anos, podemos perceber de maneira geral, que a Lei foi sub vivenciada em nosso país, ficando a cargo de ações individuais de professores que se comprometeram com a questão, fora isso, é importante que evidenciemos a relevância de sua aplicabilidade nas nossas escolas, pois, de acordo com Carneiro (1996):

De maneira geral, a inclusão dos tópicos de História e Cultura Afro-Brasileira no ensino básico é uma chance a mais no processo de decodificação da sociedade

brasileira pois, ao retirar das sombras uma cultura e população nos dá à compreensão do ser brasileiro, o estudo das temáticas em relevo propicia a ressignificação de acontecimentos, períodos históricos e relações sociais que, no jogo das escalas da análise, favorece a produção de outros sentidos, contribui à produção de outras representações de si mesmo, desmontando discursos, autopercepções e políticas públicas que visavam ao controle da sociedade tanto ao nível das idéias, quanto ao nível da práxis (CARNEIRO, 1996).

Essa necessidade de discussão sobre a história e cultura afro brasileiras antecede a própria Lei 10.639 e ainda permanece como um debate constante na sociedade. Mas, mesmo que de maneira muito insipiente, tem apresentado experiências significativas. No nosso caso, essas experiências se traduzem nas falas dos estudantes que vivenciaram a experiência do Projeto. Sobre a importância do estudo da temática a estudante negra que venceu o desfile afro do 9º B diz que:

A importância dos estudos sobre a lei 10.639/03, deve ser compreendida como parte importante da formação de nossa identidade negra e do povo brasileiro, através da qual, resgata-se as contribuições que a população negra africana nos deixou como heranças. (Emília, estudante do 9ºB).

Podemos perceber na fala da estudante que o aprofundamento dos estudos sobre a história da África, de seus povos e da cultura afro-brasileira, possibilita a todos nós a construção da nossa própria identidade, tornando-nos sujeitos conscientes e de conhecimentos sobre as demais culturas que convivem conosco em todos os espaços sociais. Ao vivenciarmos uma prática educativa que rompa com as paredes da sala de aula e considere as culturas e as histórias dos sujeitos envolvidos no processo, podemos proporcionar uma educação mais crítica e reflexiva. A fala da estudante acima nos revela uma descoberta para além do conteúdo, que instiga sua identificação com a cultura da qual faz parte. Nesse sentido, a educação é mais do que acúmulo de informações, ao contrário, é o reconhecimento e pronunciamento do próprio mundo, conforme nos aponta Freire (2011):

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo *pronunciado*, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles novo *pronunciar*. (FREIRE, 2011, p. 108).

No que se refere ao Projeto e, mais especificamente, à aula de campo em visita à comunidade quilombola dos Sousa, no distrito de Vassourinhas, em Porteiras (CE), cabe ressaltar a fala da estudante, a seguir:

O projeto nos proporcionou conhecermos uma cultura cheia de diversidade e com uma enorme riqueza imaterial. Uma das maiores experiências do projeto foi conhecer a comunidade quilombola, momento de rompimento de tabus e preconceitos. A realização do projeto deixou um grande legado na minha memória. (Beatriz Fernandes, estudante do 9º B).

Essa fala é significativa, pois aponta para questões importantes e que precisam ser discutidas para repensarmos a educação, que compreendemos que precisa ter um caráter mais dialogado com as diversas realidades do local e do seu entorno. Nesse sentido, conhecer o outro é perceber suas diferenças, mas também identificar as semelhanças culturais que determinado grupo mantém conosco. Por isso, destacamos o rompimento de tabus e preconceitos, citados pela aluna, o que se dá pela prática do conhecer a cultura de outros grupos. A partir dessa prática foi possível perceber no próprio grupo elementos da cultura negra que fazem parte de seu cotidiano. A prática ativa da educação proporciona a aprendizagem pela vivência, o que extrapola a educação verbalista e atua diretamente não só na apreensão de conceitos, mas também na manutenção de comportamentos e valores. Analisando as potencialidades educativas no Congado, Pereira e Roza (2012), baseados em Canclini (2003), apontam a aproximação entre o processo educativo e as noções de identidade, conforme os autores:

O estudo das potencialidades educativas do Congado e do Reisado pode ser fecundo para a problematização das noções de identidade e cultura afro-brasileiras na medida em que a abordagem dispensada tente considerar os aspectos de similaridades e diferenças entre elas. Tal movimento pode ser interessante ao apresentar as diferentes formas de sentir-se e identificar-se como negro participante de um grupo de manifestação popular e negra no Brasil do século XXI. Essa dimensão identitária possibilita discussão sobre a noção de identidade, que é relacional, instável, social e historicamente construída, sugerindo a oposição com noções estáticas e essencializadas de identidade e cultura. (PEREIRA e ROZA, 2012, p. 101-102).

Outro relato que consideramos significativo em relação às impressões dos alunos quanto suas vivências no projeto é o que nos aponta o discente John Lennon. Ele é incisivo em relação a importância da educação para além da teoria, defendendo que as experiências vivas, nos próprios espaços de vivência possam ser experimentados. De acordo com o aluno:

O projeto, sem dúvidas, foi de extrema importância a todos(as) os envolvidos, tanto quanto aos alunos quanto para os professores, durante os momentos em que estivemos engajados com o projeto, tivemos tanto ensino teórico, acerca da cultura afro-brasileira, quanto prático. Quando visitamos a comunidade quilombola, conhecemos suas práticas e cultura, além de conhecermos melhor sua religião, a Umbanda. Graças ao projeto, podemos compreender mais sobre a cultura da África e afro-brasileira. (John Lennon, estudante do 9ºB).

Uma compreensão presente em nossa sociedade, é que as manifestações religiosas africanas foram constituídas sob o controle do catolicismo e isso gerou certo hibridismo na forma como essas religiões se estabeleceram e são configuradas no Brasil. Assim, ainda de acordo com Pereira e Roza (2012):

O estudo dessas imbricações, e das negociações feitas, na história, pode ser um primeiro passo para que estudantes e professores venham a compreender a trajetória histórica das práticas culturais, suplantando preconceitos comumente manifestos em relação a elas. Não é fácil suplantarmos esses preconceitos e também os receios, manifestos muitas vezes por pais e responsáveis, de que esteja ocorrendo proselitismo religioso e cultural na abordagem da história e da cultura africanas e afro-brasileiras em práticas educativas. (PEREIRA e ROZA, 2012, p. 103-104).

Essas experiências se manifestam nas falas dos estudantes, a partir delas podemos enfatizar os sentimentos de alegria, gratidão, alteridade e respeito pela cultura dos descendentes quilombolas na aula de campo realizada. Fica evidente que todos os estudantes afirmaram na conversa que a viagem foi a melhor experiência vivida por eles até o exato momento. Foi uma experiência na qual, eles próprios puderam prestigiar, conhecer e vivenciar aspectos da cultura de um quilombo. Assim, sentiram e conheceram um pouco da religiosidade da Umbanda, visitaram o templo, conheceram e dialogam com descendentes de quilombos, como também, se divertiram dançando o coco.

No que se refere ao aprendizado adquirido no decorrer das fases do projeto e na afirmação da identidade negra no cotidiano escolar local, vale destacamos as falas seguintes,

O projeto "Eu, tu nós somos todos África" foi uma experiência muito boa, pois nós estudantes do Catarina Tavares nunca tinha vivenciado algo como este projeto proporcionou a todos. Foi muito incrível. No início não foi fácil, mas com o tempo e os ensaios deu tudo certo e foi espetacular o projeto. (William Sousa, estudante do 6º B).

Um ponto que consideramos importante diz respeito ao aprendizado de uma cultura e a relação dessa experiência com as próprias implicações em ser negra em um espaço escolar que apresenta um significativo percentual de pessoas negras, mas que não se assumem nem se aceitam enquanto tal. Perceber que grupos negros vivenciam e valorizam sua própria cultura, mantendo tradições e sentimentos de identidade e pertencimento à forma como são e vivem, podem despertar nos alunos a compreensão de que é preciso superar os tabus e enfrentar os preconceitos. Valorizar-se é um primeiro passo, o que é muito forte na fala da aluna a seguir:

A importância do projeto na escola trouxe pontos positivos para minha vida. Antes eu tinha vergonha, medo e me sentia inferior aos meus colegas por ser negra. Com a chegada do projeto, as aulas teóricas e práticas, as conversas com o pesquisador que o considero muito e o convidei a ser padrinho meu, os ensaios e das danças fizeram com que olhasse pra mim mesma e percebesse a beleza que existe em mim. Hoje, depois do projeto, tenho orgulho e afirmo que sou negra, sou bela e sou feliz. (Adrielle, estudante 6º B)

As falas das estudantes seguintes, complementam as afirmações acima destacando o entusiasmo e a satisfação do projeto na escola e em suas vidas. Desta forma,

Foi de enorme prazer e satisfação participar de quase tudo do projeto. O tema abordado pelo pesquisador nunca tinha sido trabalhado e discutido na minha escola. Foi de extrema importância, aprendemos e entendemos que não devemos enxergar as pessoas por cor, gênero, cultura ou etnia, mas sim, como seres humanos capazes de se relacionar e conviver conscientemente respeitando todas as diferenças. (Sara Jamily, estudante do 7º B)

O projeto foi uma das melhores coisas que aconteceram na escola Catarina Tavares. Foi um dos projetos, ou melhor dizendo, o melhor projeto de estrutura e realização mais bela, do qual já participei em minha vida. Foi um exemplo de união, e responsabilidade em prol da cultura e identidade negra. Eu como aluna notei o comprometimento, do pesquisador, dos professores e de todos nós estudantes protagonistas. Senti uma conexão maior com os alunos, amei fazer parte deste lindo projeto, e fico para mim ainda hoje com muito do que aprendi lá. Só tenho a agradecer, por ter participado de uma ação tão esplêndida e marcante em minha vida. (Samia, estudante do 7º B)

Por fim, cabe ainda ressaltamos as falas das meninas que tiveram orgulho em participar e se afirmar como mulher negra no desfile da escola da Miss Afro da escola local. Analisemos as falas das mesmas a seguir:

A primeira vez que tentaram organizar um desfile na escola foi frustrante. Meninas não se inscreviam ou tinham vergonha em participar. Eu mesma era uma, não soltava meu cabelo por nada. Com o projeto e nas falas com o pesquisador, percebi o orgulho e alegria com que ele falava sobre ser negro e se afirmar na comunidade. Quando ele chegou na minha sala falando a proposta e apresentando o projeto as meninas começaram a levantar a mão e se inscreveram. Eu fui na onda, conversei com ele e fui muito bem preparada. Soltei meu cabelo crespo e fui para a passarela. Só tenho a agradecer pela oportunidade e pela iniciativa. Hoje, sou uma nova mulher e posso afirmar que sou uma mulher de raízes negras. (Ellen, estudante do 6º B)

Essa situação de enfrentamento de seus sentimentos de inferioridade se dá, muitas vezes por essa inserção em um contexto social de segregação a partir de preconceitos em relação à cor e ao cabelo, por exemplo. Nesse sentido, perceber as subjetividades dos alunos e enfrentar o processo de discriminação a partir de práticas educativas que busquem superar essa relação de

diferenciação e hierarquização pela cor, é um passo importante para pensar a aplicação da Lei 10639. Conforme nos aponta Gomes (2002):

Há, então, um campo mais íntimo que se refere à esfera da subjetividade, que nem mesmo a intervenção familiar e um debate crítico produzido no espaço da militância ou da escola conseguem alcançá-lo na sua totalidade. Isso não significa ignorar o peso da história, da sociedade e da cultura, mas destacar que a subjetividade também tem a sua importância no processo do tornar-se negro. A relação do negro com o cabelo nos aproxima dessa esfera mais íntima. (GOMES, 2002, s/p).

Seguindo esse pensamento, recorreremos às falas das alunas que se seguem:

Eu sempre quis me sentir livre, soltar meus cabelos, se vestir do jeito que me identifico. Foi com o projeto e em conversas com os professores, assim como nas reuniões feitas pelos professores com nossos pais, que minha mãe entendeu a importância do que é ser livre e se identificar com uma cultura. Lembro que quando minha mãe chegou em casa, ela disse: minha filha, seu professor é show, sabe falar e explicou tudo com vai acontecer o projeto. Amanhã iremos ao Barro (CE), vamos comprar tecidos para fazer sua roupa e desfilar. Foi a melhor notícia que recebi. Infelizmente, não ganhei o desfile, mas ganhei conhecimento e aprendizagem. Só agradeço pelo belo projeto e por nos motivar sempre. (Jussara, estudante 6ºB)

Ser negra na escola é muito difícil. Temos que conviver diariamente com preconceitos em torno do nosso cabelo ou cor da pele. Com o projeto podemos conhecer, valorizar e respeitar a cultura do outro. Participei do desfile, me dediquei ao máximo, treinava e tinha orgulho de mim. Aproveitei os ensaios e a passarela para me libertar, mostrar meu melhor e afirmar que assim como eu, mulheres negras são lindas e maravilhosas. Não tenho um ponto negativo sobre o projeto, eu amei e gostaria de viver outro igual. (Milena, estudante do 9ºA)

As falas nos levam a refletir o quanto, muitas vezes, não levamos em consideração aspectos que são importantes para muitos alunos. Questões subjetivas que têm relação com os contextos sociais nos quais esses sujeitos se inserem. A escola é um exemplo de como podemos reproduzir preconceitos e estereótipos em relação aos que consideramos diferentes. A esse respeito, Gomes (2002) nos aponta que:

Para o/a adolescente negro/a, a insatisfação com a imagem, com o padrão estético, com a textura do cabelo é mais do que uma experiência comum dos que vivem esse ciclo da vida. Essas experiências são acrescidas do aspecto racial, o qual tem na cor da pele e no cabelo os seus principais representantes. Tais sinais diacríticos assumem um lugar diferente e de destaque no processo identitário de negros e brancos brasileiros. A rejeição do cabelo pode levar a uma sensação de inferioridade e de baixa auto-estima contra a qual faz-se necessária a construção de outras estratégias, diferentes daquelas usadas durante a infância e aprendidas

em família. Muitas vezes, essas experiências acontecem ao longo da trajetória escolar. A escola pode atuar tanto na reprodução de estereótipos sobre o negro, o corpo e o cabelo, quanto na superação dos mesmos. (GOMES, 2002, s/p).

Diante do exposto pelas estudantes, é relevante que a afirmação em pertencer a identidade negra veio consolidar-se e se afirmar nas suas vidas a partir da realização e desenvolvimento do projeto pedagógico abordando temáticas em torno da lei 10.639/03 nos espaços escolares. Sendo assim, podemos considerar os pontos de vista ressaltados pelos estudantes citados, que a temática do estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, deve permanecer a serem trabalhados na escola, buscando assim, a cada dia a valorização desta cultura e o respeito, como também, conscientizar os envolvidos no processo educacional em torno de estratégias que visem o combate ao racismo sofridos pela comunidade negra nos recintos escolares. Para além do Projeto desenvolvida, é preciso pensar uma concepção diferente de História, uma epistemologia que considera mais do que já foi escrito nos livros de História. Conforme nos apontam Passos e Santos (2018):

O desafio de outra epistemologia para o enfrentamento das desigualdades implica conhecimento sobre o racismo incrustado em teorias surgidas como biológicas, manifestadas atualmente de forma sociológica em uma engrenagem complexa, já abordada. O desafio proposto implica ampliar o ensino da temática para além do assunto da escravidão, percebendo as experiências diversas dessas populações em suas estratégias de sobrevivência forjadas cotidianamente e que, no tempo presente, também são perceptíveis diariamente e devem ser do conhecimento de todos os estudantes na escola, independente de seus pertencimentos étnico-raciais. O espaço escolar requer pensarmos os saberes de modo não hierarquizado, mas enquanto formas diferentes de ver e vivenciar o mundo, nem por isso desiguais. (PASSOS e SANTOS, 2018, s/p).

A escola ainda não contemplava as raízes africanas do país, porém, a partir da chegada do Projeto, percebemos que foi dado um incentivo para que a lei 10.639/03 possa ser aplicada nas escolas barrenses com um dia no calendário letivo para conscientização e realizações de feiras culturais que enaltecem a cultura africana e afro-brasileira, e isso demonstra uma grande conquista obtida pelo Projeto e que deve ser levada para todos os locais de ensino de Barro (CE).

O desenvolvimento do projeto pedagógico realizado na EEIEF Professora Catarina Tavares na vila de Cuncas (CE), buscou como objetivo analisar as contribuições da aplicação da Lei Federal nº 10.639/03 em sala de aula. Para tanto, analisamos quais as barreiras existentes para a efetivação ou não da mesma em seu currículo, para em seguida, desenvolvermos um estudo de caso, a partir da construção de um projeto pedagógico por meio da pesquisa-ação buscando assim, o conhecimento da história e cultura africana e afro-brasileira no cotidiano escolar de Cuncas (CE),

como também, a valorização da identidade negra local a partir de práticas educacionais de combate ao racismo no espaço escolar.

Cabe ressaltar que os estudantes durante o processo de desenvolvimento do projeto, buscavam conhecer o outro e a respeitar a cultura e os sujeitos negros. No espaço escolar, não eram raros os momentos nos quais podemos vivenciar práticas racistas ou preconceituosas com os estudantes negros(as) locais. Em todo o processo do projeto, trabalhamos questões relacionadas as relações étnicas, a diversidade cultural, preconceito, racismo, identidade e cultura em sala de aula. Essas questões ficaram evidentes durante as apresentações do projeto e das temáticas nas turmas, nas exibições de filmes e nas próprias aulas de história. A vivência do Projeto não garante, por si só, que atitudes de racismo e preconceito irão acabar na escola, mas pode proporcionar a identificação dos alunos negros com suas heranças culturais, instigando o sentimento de pertencimento e, conseqüentemente a defesa do respeito à cultura e imagem dos negros e negras. A busca da alteridade é uma constante nos processos sociais e, nas escolas, um Projeto como este não soluciona essa hierarquização e inferiorização da cultura negra, mas abre um mundo de possibilidades para um processo de educação mais justo e diverso. Os resultados de ação não acontecem de um dia para o outro. Isso significa dizer, que tudo é um processo construtivo de aprendizagem e que os sujeitos envolvidos ao longo do tempo, apreenderão os conhecimentos e os valores sociais buscando o respeito e a valorização da cultura de outros povos.

Acreditamos que a escola de Cuncas (CE), tanto quanto os estudantes, professores e funcionários não serão os mesmos depois da realização do Projeto. Conhecimentos foram pensados e reconstruídos; e acumulados por boa parte da comunidade escolar em torno da cultura afro-brasileira e da identidade negra.

Depois da implementação do Projeto, fomos convidados pela psicóloga e professora da escola local para participar de um evento na Ação Social de Barro apresentando as danças culturais realizadas no projeto para crianças e jovens barrenses que estavam em acompanhamento por terem sofridos abusos físicos e psicológicos.

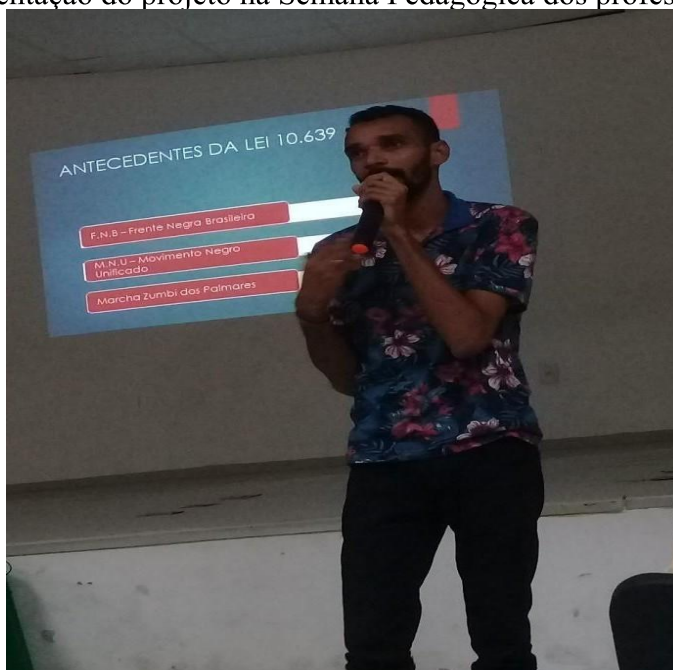
Imagem 24 – Apresentação da música "Pérola Negra" com no CRAS, em Barro (CE)



Fonte: acervo do autor

Fomos convidados também pela gestão da Secretaria Municipal de Educação de Barro (CE) para apresentar o projeto pedagógico desenvolvido em Cuncas (CE) na abertura da Semana Pedagógica dos Professores da Educação Básica Barrense em janeiro de 2020. Sendo assim, apresentamos o projeto para todos os professores(as) do Ensino Fundamental II na cidade de Barro (CE), como também, a coreografia de abertura do projeto “Pérola Negra” da Daniela Mercury.

Figura 25 - Apresentação do projeto na Semana Pedagógica dos professores, em Barro (CE)



Fonte: acervo do autor

O Projeto serviu para reflexão da Secretaria de Educação Barrense que, a partir ano letivo de 2020 se comprometeu em cumprir e fiscalizar a aplicação a Lei 10639 em todas as instituições de ensino. Encerramos momentaneamente nossas reflexões na certeza de muitas lacunas e da necessidade de repensar muita coisa escrita no nosso trabalho. Porém, acreditamos que, mesmo diante de nossas limitações, contribuimos para as discussões que circundam as questões afro brasileiras nas escolas. Esperamos trabalhos futuros e novas empreitadas em busca de educação para a diversidade e justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória e desenvolvimento da pesquisa, foi contextualizada a situação da população negra brasileira desde as senzalas ao pós-abolicionismo, movimentos negros, a legislação educacional, concepção de currículo, cultura e identidade negra através de pesquisas bibliográficas. Sendo assim, um dos objetivos da pesquisa foi atingido ao discutirmos as leis relacionadas à temática estudada. A realização da pesquisa na EEIEF Professora Catarina Tavares na vila de Cuncas (CE), mediante pesquisa-ação e estudo de caso, foi à parte mais prazerosa e gratificante de toda a pesquisa monográfica, pois nos possibilitou construir análises e fazer um link com o que havia já observado na Lei nº 10.639/03 e no cotidiano escolar de Cuncas se abordavam o estudo da lei referida com os estudantes. Essa vivência nos fez perceber, a partir do comparativo das conquistas legais ao longo da história, que as lutas e resistências do povo negro rendeu e ainda pode render muitas conquistas e quebras de preconceitos.

O objetivo desta pesquisa foi analisar as barreiras e dificuldades encontradas para a implantação e efetivação da Lei 10.639/03 no currículo escolar de Cuncas (CE), bem como discutir suas possibilidades e ganhos em relação ao processo educativo. Buscamos assim, investigar como a cultura afro-brasileira está sendo trabalhada com os estudantes na primeira etapa da educação básica, em particular, no ensino fundamental II pelos professores da instituição. O que percebemos é que a Lei 10639 ainda não é uma diretriz cumprida em sua totalidade na grande maioria das escolas, o que pudemos perceber no município de Barro.

O estudo abordado na pesquisa apesar de ser complexo e intenso, possui algumas lacunas que somente ao longo dos anos serão respondidas e preenchidas da melhor forma. Sendo assim, elas merecem discussões amplas e maiores nos vários campos de estudos e compartilhamentos. Antes de planejar e desenvolver esta pesquisa, detinha algumas certezas e dúvidas vivenciadas como estudante no decorrer da educação básica no distrito de Iara (CE). Questionava-me em torno da cultura ao qual pertença apresentada nos livros didáticos por nós estudados. Dessa forma, jamais me conformei com as abordagens feitas pelos professores em torno da cultura do povo negro que na maioria das vezes, os professores apresentavam que a população negra aqui chegada foi escravizada, libertada pela princesa Isabel, e em seguida, simplesmente desapareceu da história. É por isso que levei para a graduação essa problemática, buscando mostrar outros lados da história e as contribuições que os povos negros africanos deixaram de legado na formação social e cultural brasileira.

Boa parte dos livros didáticos produzidos no Brasil e que foram observados na instituição de Cuncas (CE) ainda se baseiam em narrativas europeias, deixando de atualizar os acontecimentos e conteúdos propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e na Lei 10.639/03. Baseados nesses livros didáticos que excluem a cultura do povo negro da história do Brasil é que muitos dos docentes da educação básica brasileira constroem, elaboram e planejam seu currículo escolar e suas aulas, e assim, acabam ocultando e deixando de lado os conhecimentos essenciais e importantes que merecem ser conhecidos pelos estudantes brasileiros em sala de aula.

Tal problemática se deve, também, pela ausência de cursos de formação de professores na temática abordada ou por uma formação deficiente, pois a maioria dos cursos não recebem as devidas orientações e capacitações para trabalhar em sala de aula o estudo da lei 10.639/03. Cabe ressaltar ainda, que a inclusão da referida lei no currículo escolar das escolas brasileiras, principalmente, em Cuncas (CE), requer investimentos por parte dos sistemas de ensino do município de Barro (CE), no desenvolvimento de formação de professores, disponibilidade de livros didáticos e paradidáticos, entre outros materiais que possam contribuir no auxílio dos professores no processo de ensino-aprendizagem.

Abordar a temática da história e cultura afro-brasileira nos espaços escolares requer de nós educadores e pesquisadores conhecimento científico que nos ajudarão a lidar com diversas situações e questionamentos dos estudantes, como também, obtermos conhecimentos em torno da localidade na qual a escola se encontra inserida, as quais, muitas vezes, são em zonas rurais, com infraestrutura precária e estudantes negros são maioria. Sendo assim, conhecer a realidade vivida dos estudantes que compõem o espaço escolar, se torna essencial para lidarmos com as situações que os aflige e contextualizamos com a história de seu povo. Este conhecimento contribuirá na relação professor-aluno e na construção de cidadãos conhecedores da história brasileira e da cultura africana, afro-brasileira e indígena, contribuindo assim, para que os sujeitos pertencentes a identidade negra não se sintam discriminados ou marginalizados perante o conhecimento.

Enfim, embora a instituição na qual a pesquisa se desenvolveu não contemple em seu currículo escolar a Lei Federal de nº 10.639/03 que torna obrigatório o estudo da História e cultura africana e afro-brasileira, estou ciente e acredito que o desenvolvimento do projeto pedagógico “Eu, tu e nós: somos todos África” foi uma semente plantada no espaço escolar de Cuncas (CE) que a cada novo ciclo os frutos serão obtidos, sejam esses frutos relacionados a permanência e continuidade de realizações de novas feiras culturais abordando a temática afro-brasileira, africana e também a indígena, sejam por aulas temáticas nas disciplinas de História, Arte e Literatura ou

de práticas antirracistas que combatam o preconceito e a discriminação de crianças e jovens no cotidiano escolar.

Sendo assim, com a visibilidade que o projeto obteve na escola de Cuncas (CE), acredito que a escola, gestão, professores, funcionários e estudantes irão repensar a cultura negra. Houve um processo de recomposição de suas memórias, a partir das vivências das aulas, ensaios, apresentações, viagens e os conhecimentos adquiridos em torno da história e cultura africana e afro-brasileira. Portanto, finalizo que a partir da realização do projeto e o calendário letivo barrense ganhou uma data pra ser celebrada a diversidade cultural afro-brasileira em seus espaços escolares a partir do ano letivo de 2020 e que agora, as instituições de ensino básico barrense podem começar a se enquadrar ao que está estabelecido na legislação brasileira e na Lei 10.639/03, atualmente alterada para nº 11.645/08 seja aplicada no cotidiano escolar. Pois, um dos pontos essenciais de ambas as leis é o reconhecimento e a valorização da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. Esperamos que o trabalho aqui apresentado seja encoberto de muitas críticas, pois só assim, poderemos avançar nas discussões e pensar outras problemáticas e estudos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra Rodrigues de; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Centro de Estudos afro-orientais. Fundação Cultural Palmares. 2006.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília (DF): Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1998b.

_____. **Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**: Incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília, DF, 2003.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações raciais e étnico-raciais e cultura afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2005.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Somos tod@s iguais?** Escoa, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Cultura(s) e educação**: entre o crítico e o pós-crítico. Rio de Janeiro. DP&A, 2003.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). (Dissertação de Mestrado), Faculdade de Economia e Centro de estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O discurso da intolerância**. fontes para o estudo do racismo In Di CREDDO, Maria do Carmo Sampaio (Coord.) Fontes Históricas: abordagens e métodos. Assis: Programa de Pós-Graduação em História. 1996. p. 21-32.

DANTAS, Carolina Vianna. In: O Negro no Brasil. **Mobilização Negra nas primeiras décadas republicanas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. 1ªed, p. 85-98.

DANTAS, Carolina Vianna. **O “Brasil café com leite”**. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor das primeiras décadas republicanas. Tempo, v.13, jan.-jun.2009.

DOMINGUES, Petrônio. **A nova abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2007.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo. Edusp, 1996.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: Introdução a história da sociedade patriarcal no Brasil -1**. 42ªed., Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra. **A História da Escravidão Negra no Brasil**. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/história-da-escravidão-negra-brasil/> Acesso em: 13 jan. 2020.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **O jogo das diferenças – O Multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

GOMES, Flávio. **Negros e Política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: J.Z.E., 1965.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, séculos XVII-XIX**. São Paulo: Unesp/Polis, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra**. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002 p.2.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. In: Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

GOMES, Nilma Lino. Educação Cidadã, Etnia e Raça: O trato pedagógico da Diversidade. In: CAVALEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e Anti-Racismo na Educação – Repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2000.

GOMES, Nilma Lino; OLIVEIRA, Fernanda Silva; SOUZA, Kelly Cristina Cândida. **“Diversidade étnico-racial e trajetórias docentes: um estudo etnográfico em escolas públicas”**. In: ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). Educação e raça: perspectivas políticas e estéticas. Belo Horizonte, Autêntica, 2011.

_____. GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da lei 10.639/03. In: Moreira, Antônio Flávio, CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito e discriminação**. São Paulo: Editora 34, 2004.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2004.

GUIRADO, Marlene. **Diferença e alteridade: dos equívocos inevitáveis**. In: Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus; 1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003, 102p.

HALL, Stuart. **Da diáspora, identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Humanitas, 2003.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Iphan, 2006.

LIMA, Claudia, **Reflexão sobre a História do Negro no Brasil**. Disponível em: <http://www.claudialima.com.br/artigos.htm>> Acesso em: 13 mai de 2020.

LIMA, Maria Nazaré Mota de (Org.). **Escola plural: a diversidade está na sala: formação de professores em história e cultura afro-brasileira e africana**. 2. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF; Salvador, BA, 2006.

LUFT, L. **Brasileiro não gosta de ler?** Veja, n. 2125, 2009. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/120809/brasileiro-nao-gosta-de-ler-p-022.shtml>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MATTOS, Hebe. O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MATTOS, Hebe. **Terras de quilombo: campesinato, memória do cativo e identidade negra no Rio de Janeiro**. In: LIBBY, Douglas C.; FURTADO, Júnia F. (Org.). **Trabalho livre, trabalho escravo**. 1.ed. Belo Horizonte: Annablume, 2003. v.1.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativo, família, trabalho e cidadania no pós-Abolição**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MENDONÇA, Camila. **1888: Abolição e abolicionismos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MOREIRA, Antônio Flávio B., e SILVA Tomaz Tadeu. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOURA, Antônio de Paiva. **A Cultura Afro-Brasileira e a Festa do Rosário em Diamantina**. Minas Gerais. Gazeta Tijuca, 1997.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Estratégias e Políticas de Combate à discriminação Racial**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1994.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994, p.77-87.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo; Ação educativa, 2006.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade Nacional versus Identidade Negra. 2. ed., Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

RIBEIRO, Djamira. **Pequeno manual antirracista**. 1ªed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

NOVAES, Sylvia. **Jogos de espelhos**. São Paulo: Edusp, 1993.

PEREIRA, Júnia Sales; ROZA, Luciano Magela. **O ensino de história entre o dever de memória e o direito à história**. Revista História. Hoje, v. 1, nº 1, p. 89-110 – 2012.

RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe Maria. **O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas**. vol.5 no.8 Rio de Janeiro Jan./Jun 2004.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia M. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SERVA, Matheus Pereira. **Quilombos e fugas**. In: O negro no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p.33-42.

APÊNDICE - SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS

EEIEF. PROFESSORA CATARINA TAVARES

DISTRITO DE CUNCAS-BARRO-CEARÁ

DOCENTE: FRANCISCO DIOGO DA SILVA

TURMA: 6º A; 6º B

DISCIPLINA: HISTÓRIA

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

TEMÁTICA: CULINÁRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

EMENTA:

O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira: a culinária africana como herança em nosso cotidiano.

OBJETIVOS

CONCEITUAL:

Discutir os conceitos de Cultura, Herança e Afro – brasileiro.

PROCEDIMENTAL:

Analisar imagens expondo elementos da diversidade cultural existente no Brasil e no mundo;

Discutir os conceitos de cultura, herança e afro-brasileiro;

Identificar e conhecer as comidas e ingredientes de matriz africana existentes na culinária brasileira.

ATITUDINAL:

Entender e compreender o conceito de cultura, herança e afro-brasileiro;

Reconhecer a cultura africana como formadora da sociedade brasileira;

Valorizar as etnias existentes no cotidiano escolar e na sociedade.

1º PROCEDIMENTO - ATIVAR O CONHECIMENTO PRÉVIO DO ALUNO - PROBLEMATIZANDO A APRENDIZAGEM:

Será dedicado **uma aula** para este momento de análises e discussão das imagens sobre a diversidade cultural no Brasil e no mundo. Sendo assim, ao analisarem as imagens, espera-se que os estudantes possam distinguir os elementos característicos existentes em cada cultura, discutindo ao qual povo, grupo ou etnia pertence, se já tinham conhecimento sobre e descreverem os aspectos observados na culinária, religiosidade, música, cultura e dança.

Logo após, será construída uma roda de conversa para discutir as falas dos estudantes sobre as imagens visando relacionar suas opiniões e impressões com a vida cotidiana escolar e social, visando desta forma, problematizar os pré-conceitos existentes em torno de uma cultura “desconhecida” para os estudantes.

Por fim, almeja-se que os estudantes reconheçam e valorizem o outro em nosso meio, respeitando seus valores, costumes, crenças e sua cultura.

As imagens a serem analisadas pelos estudantes se encontram abaixo:

Figura 1 - Grupo de capoeira



Fonte: Google imagens

Figura 2 - Representação de dança indiana



Fonte: Google imagens

Figura 3 - Ritual de dança indígena



Fonte: Google imagens

Figura 4 - Culinária japonesa



Fonte: Google imagens

2º PROCEDIMENTO - MEDIAR E APROFUNDAR O CONHECIMENTO - ENSINANDO CONTEÚDOS E LINGUAGENS:

As vivências do processo de mediação e aprofundamento da temática serão desenvolvidas em duas aulas.

Para abordarmos a discussão sobre os conceitos de cultura, herança e afro-brasileiro, num primeiro momento, será ministrada pelo docente uma aula expositiva e dialogada sobre os três conceitos a partir de textos didáticos para os estudantes, ressaltando a trajetória do negro, desde o momento que foram arrancados de sua terra natal até os dias atuais.

Num segundo momento, depois de discutidos em sala e problematizados os conceitos a partir das indagações feitas pelos educandos e propostas pelo professor tais como: “O que você entende por cultura?”, “o que te remete quando falamos em herança?” e “você já ouviu falar em afro-brasileiro?”. Desta forma, o professor provocará um debate em sala analisando e discutindo as respostas dos educandos.

Num terceiro momento, o professor irá expor três imagens retratando os conceitos trabalhados, para que os estudantes analisem e a partir das discussões construídas em sala, sejam capazes de identificar, discutir e construir com suas palavras o que seria cultura, herança e afro-brasileiro.

Figura 5 - Imagem sobre o conhecimento de conhecimentos pelos continentes



Fonte: Google imagens

Figura 6 - Imagem com participantes dançando a capoeira



Fonte: Google imagens

Figura 7 - Imagem representando a união cultural entre o Brasil e a África



Fonte: Google imagens

3º PROCEDIMENTO - SISTEMATIZAR E REFLETIR O SABER - RESSIGNIFICANDO CONTEÚDOS:

A sistematização e reflexão dos saberes utilizaremos de duas aulas:

Num primeiro momento, o professor irá apresentar para os estudantes alguns ingredientes de matriz africana em sala. Os estudantes poderão desta forma, sentir a textura, o cheiro e os sabores de alguns ingredientes e comidas de matriz africana trazidos pelo professor, como por exemplo: o Bobó, Caruru, Ado, Bobó de peixe, Quibebe, Feijoada, Moqueca de peixe, Sopa de lentilha, Frango com azeitonas, Vatapá, Cuscuz, Mungunzá salgado e a bebida Amarula.

Após a amostragem dos pratos por meio de imagens, e alguns feitos, alunos degustaram as comidas em sala. Logo após, será solicitado aos estudantes que eles descrevam em pedaços de papeis se eles tinham conhecimento sobre o cardápio africano em seu cotidiano, se conheciam algum ingrediente em sua casa e já tinham degustado algumas das receitas apresentadas. Por fim, devem ressaltar se em seu lar familiar existe algum ingrediente de matriz africana, quais suas impressões sobre os sabores provados, assim como, citar os pontos negativos e positivos da aula.

Em seguida, faremos uma análise e discussão das respostas dos estudantes a partir da mediação do professor.

4º PROCEDIMENTO - MOBILIZAR OS SABERES - APLICANDO OS CONHECIMENTOS:

A aplicação dos saberes se dará a partir de apresentação de seminários e da exposição na da continuidade do projeto pedagógico “Eu, tu e nós: somos todos África” na culminância da II fase do projeto estabelecido como a I Feira Africana do CAT (2019).

O professor irá dividir a sala em grupos de duas pessoas. Cada grupo distribuído o professor fará o sorteio para escolha do prato de matriz africana.

Cada grupo ficará responsável por apresentar em sala de aula a história, os ingredientes e o modo de preparo das comidas para o professor e demais estudantes.

O professor desta forma irá perceber se os estudantes se esforçaram, dedicaram-se, estudaram e tiveram o domínio da temática trabalhada.

Por fim, os alunos serão avaliados na exposição da culinária africana no dia 13 de dezembro, sendo avaliados os seguintes pontos pelo professor, construção do prato típico e domínio dos conhecimentos adquiridos sobre a culinária africana.

EEIEF. PROFESSORA CATARINA TAVARES

DISTRITO DE CUNCAS-BARRO-CEARÁ

DOCENTE: FRANCISCO DIOGO DA SILVA

TURMA: 7º A

DISCIPLINA: HISTÓRIA

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

TEMÁTICA: SIMPATIAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS

EMENTA:

O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira: as simpatias africanas e afro-brasileiras.

OBJETIVOS:

CONCEITUAL:

Discutir os conceitos de cultura, simpatias e cultura afro-brasileira.

PROCEDIMENTAL:

Analisar imagens expondo elementos da diversidade cultural existente no Brasil e no mundo;

Discutir os conceitos de cultura, simpatias e cultura afro-brasileira;

Conhecer as simpatias de matriz afro-brasileira para o amor, saúde, dinheiro, dinheiro entre outras.

ATITUDINAL:

Entender e compreender o conceito de cultura, herança e afro-brasileiro;

Reconhecer a cultura africana como formadora da sociedade brasileira;

Valorizar as etnias existentes no cotidiano escolar e na sociedade.

1º PROCEDIMENTO - ATIVAR O CONHECIMENTO PRÉVIO DO ALUNO - PROBLEMATIZANDO A APRENDIZAGEM:

Será dedicado **uma aula** para este momento de análises e discussão das imagens sobre a diversidade cultural no Brasil e no mundo. Sendo assim, ao analisarem as imagens, espera-se que os estudantes possam distinguir os elementos característicos existentes em cada cultura, discutindo aspectos observados na culinária, religiosidade, música, cultura e dança.

Logo após, será construída uma roda de conversa para discutir as falas dos estudantes sobre as imagens visando relacionar suas opiniões e impressões com a vida cotidiana escolar e social, visando desta forma, problematizar os pré-conceitos existentes em torno de uma cultura “desconhecida” para os estudantes.

Por fim, almeja-se que os estudantes reconheçam e valorizem o outro em nosso meio, respeitando seus valores, costumes, crenças e sua cultura.

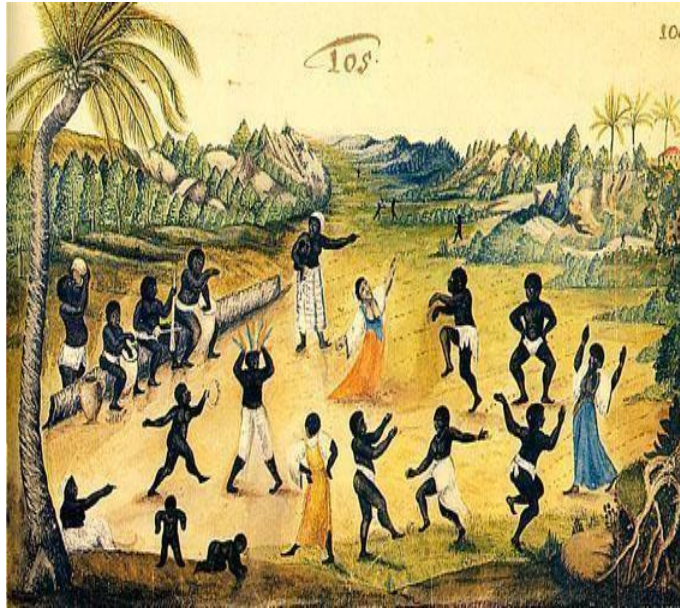
As imagens a serem analisadas pelos estudantes se encontram abaixo:

Figura 1 - Mulher afrodescendente usando elementos que fazem parte da cultura afro-brasileira



Fonte: Google imagens

Figura 2 - Povos africanos realizando seu ritual de dança



Fonte: Google imagens

Figura 3 - Tribo indígena em momento de ritual



Fonte: Google imagens

Figura 4 - Materiais produzidos pelos povos indígenas



Fonte: Google imagens

Figura 5 - Elementos do Budismo.



Fonte: Google imagens

**2º PROCEDIMENTO - MEDIAR E APROFUNDAR O CONHECIMENTO -
ENSINANDO CONTEÚDOS E LINGUAGENS:**

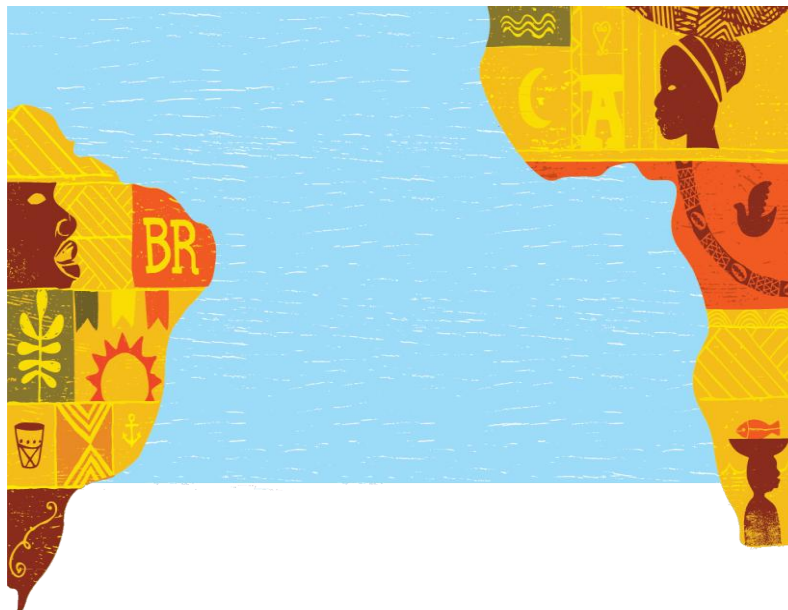
As vivências do processo de mediação e aprofundamento da temática desenvolveram-se em duas aulas.

Figura 7 - Elementos que fazem parte na realização de simpatias



Fonte: Google imagens

Figura 8 - Mapa cultural entre Brasil e África



Fonte: Google imagens

3º PROCEDIMENTO - SISTEMATIZAR E REFLETIR O SABER - RESSIGNIFICANDO CONTEÚDOS:

A sistematização e reflexão dos saberes utilizaremos de duas aulas:

Num primeiro momento, o professor irá apresentar para os estudantes algumas simpatias de matriz africana em sala. Os estudantes poderão desta forma, conhecer os matérias que se utilizam nas simpatias, assim como, o objetivo de cada uma e como realizar as simpatias.

Entre as simpatias que serão expostas pelo professor serão as que supostamente despertará interesse nos estudantes, tais como: dinheiro, amor, sorte, saúde, paz, escola e trabalho.

Após este momento será solicitado aos estudantes que escrevam em pedaços de papéis, se tinham conhecimento do que seria a ser simpatia, se já ouviram, por quem e qual simpatia supostamente chamou-lhes mais atenção.

Logo após, o professor, irá ouvir cada resposta dos estudantes e discutir com eles suas opiniões e demais colegas.

4º PROCEDIMENTO - MOBILIZAR OS SABERES - APLICANDO OS CONHECIMENTOS:

A aplicação dos saberes se dará a partir de oficinas temáticas na construção e apresentação em sala de aula pelos estudantes das simpatias selecionadas pelo professor e a exposição dos trabalhos na I feira Africana do CAT.

O professor irá dividir a sala em grupos temáticos. O professor fará o sorteio para cada grupo de uma simpatia de matriz africana. Sendo assim, as simpatias se encontram divididas para o amor, saúde, dinheiro, mal olhado, cura de doenças e objetos perdidos.

Cada grupo ficará responsável por apresentar em sala a história, os elementos e/ou materiais utilizados, assim como, a realização da simpatia.

O professor desta forma irá perceber se os estudantes se esforçaram, dedicaram-se, estudaram e tiveram o domínio da temática trabalhada.

Por fim, os alunos serão avaliados na exposição das simpatias e crendices para a comunidade escolar no dia 13 de dezembro de 2019, sendo avaliados os seguintes

pontos pelo professor, ornamentação do espaço, caracterização dos estudantes e domínio da temática.

EEIEF. PROFESSORA CATARINA TAVARES

DISTRITO DE CUNCAS-BARRO-CEARÁ

DOCENTE: FRANCISCO DIOGO DA SILVA

TURMA: 7º B

DISCIPLINA: HISTÓRIA

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

TEMÁTICA: RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA: O CANDOMBLÉ E SEUS ORIXÁS

EMENTA:

O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira: a religiosidade afro-brasileira – o Candomblé e seus orixás.

OBJETIVOS:

CONCEITUAL:

Discutir os conceitos de cultura afro-brasileira, Candomblé e sincretismo religioso.

PROCEDIMENTAL:

Analisar imagens expondo elementos da diversidade cultural existente no Brasil e no mundo;

Discutir os conceitos de cultura afro-brasileira, Candomblé e sincretismo religioso.

Conhecer a religiosidade afro-brasileira, em particular, o Candomblé, e seus respectivos orixás de devoção.

ATITUDINAL:

Entender e compreender o conceito de cultura afro-brasileira, Candomblé e sincretismo religioso;

Reconhecer a cultura africana como formadora da sociedade brasileira;

Valorizar as etnias existentes no cotidiano escolar e na sociedade.

1º PROCEDIMENTO - ATIVAR O CONHECIMENTO PRÉVIO DO ALUNO - PROBLEMATIZANDO A APRENDIZAGEM:

Será dedicado **uma aula** para este momento de análises e discussão das imagens sobre a diversidade cultural no Brasil e no mundo. Sendo assim, ao analisarem as imagens, espera-se que os estudantes possam distinguir os elementos característicos existentes em cada cultura, discutindo ao qual povo, grupo ou etnia pertence, se já tinham conhecimento sobre e descreverem os aspectos observados na culinária, religiosidade, música, cultura e dança.

Logo após, será construída uma roda de conversa para discutir as falas dos estudantes sobre as imagens visando relacionar suas opiniões e impressões com a vida cotidiana escolar e social, visando desta forma, problematizar os pré-conceitos existentes em torno de uma cultura “desconhecida” para os estudantes.

Por fim, almeja-se que os estudantes reconheçam e valorizem o outro em nosso meio, respeitando seus valores, costumes, crenças e sua cultura.

As imagens a serem analisadas pelos estudantes se encontram abaixo:

Figura 1 - Pessoas representando as bandeiras de alguns países



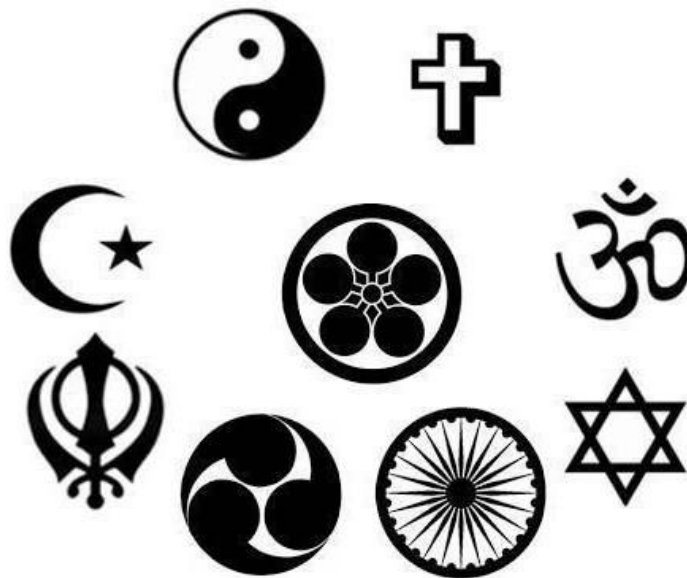
Fonte: Google imagens

Figura 2 - Crianças representando a diversidade cultural



Fonte: Google imagens

Figura 3 - Símbolos de algumas religiões



Fonte: Google imagens

Figura 4 - Religiosidade da Umbanda



Fonte: Google imagens

2º PROCEDIMENTO - MEDIAR E APROFUNDAR O CONHECIMENTO - ENSINANDO CONTEÚDOS E LINGUAGENS:

As vivências do processo de mediação e aprofundamento da temática serão desenvolvidas em duas aulas.

Para abordarmos a discussão sobre os conceitos de cultura afro-brasileira, Candomblé e sincretismo religioso, num primeiro momento, será ministrada pelo docente uma aula expositiva e dialogada sobre os três conceitos a partir de textos didáticos para os estudantes, ressaltando a trajetória do negro, desde o momento que foram arrancados de sua terra natal até os dias atuais.

Num segundo momento, depois de discutidos em sala e problematizados os conceitos a partir das indagações feitas pelos educandos e propostas pelo professor tais como: “O que você entende por cultura afro-brasileira?”, “o que te remete quando falamos em Candomblé?” e “Você já ouviu falar ou sabe o que significa sincretismo religioso?”. Desta forma, o professor provocará um debate em sala analisando e discutindo as respostas dos educandos.

Num terceiro momento, o professor irá expor três imagens retratando os conceitos trabalhados, para que os estudantes analisem e a partir das discussões construídas em sala, sejam capazes de identificar, discutir e construir com suas palavras o que seria cultura afro-brasileira, Candomblé e sincretismo religioso.

Figura 5 - Homens praticando passos da capoeira



Fonte: Google imagens

Figura 6 - Mãe de santo e Pai de santo



Fonte: Google imagens

Figura 7 - Imagem representando o sincretismo religioso.



Fonte: Google imagens

3º PROCEDIMENTO - SISTEMATIZAR E REFLETIR O SABER - RESSIGNIFICANDO CONTEÚDOS:

A sistematização e reflexão dos saberes utilizaremos de duas aulas:

Num primeiro momento, o professor irá apresentar para os estudantes os elementos que representam a religiosidade africana, em particular, o Candomblé. Em seguida, apresentará alguns de seus orixás (deuses). Os estudantes poderão desta forma, ter conhecimento sobre a religião afro-brasileira do Candomblé, assim como, valorizar e respeitar seus praticantes.

Após a apresentação da história do Candomblé no Brasil e seus orixás, será solicitado aos estudantes que eles descrevam em pedaços de papéis se eles tinham conhecimento sobre determinada religiosidade africana, se conheciam algum praticante do Candomblé e já tinham algum conhecimento sobre os deuses afro-brasileiros. Por fim, quais suas impressões sobre a aula ministrada em torno da religiosidade africana.

Em seguida, faremos uma análise e discussão das respostas dos estudantes a partir da mediação do professor.

4º PROCEDIMENTO - MOBILIZAR OS SABERES - APLICANDO OS CONHECIMENTOS:

A aplicação dos saberes se dará a partir de apresentação de oficinas temáticas e da exposição dos conhecimentos adquiridos na I Feira Africana do CAT.

O professor irá dividir a sala de acordo com a quantidade de orixás estudados. Cada estudante ficará responsável por estudar o orixá definido pelo professor em sorteio.

Cada estudante ficará responsável por apresentar e se caracterizar de orixá no dia da apresentação em sala de aula, abordando os aspectos da história de seu orixá para o professor e demais estudantes. Encerradas as apresentações será realizada uma avaliação escrita entre os estudantes com a seguinte questão: “É importante estudarmos e conhecemos a cultura africana em sala de aula? Por que?”

O professor desta forma irá perceber se os estudantes se esforçaram, dedicaram-se, estudaram e tiveram o domínio da temática trabalhada.

Por fim, os alunos serão avaliados na exposição da religiosidade africana, em particular, o Candomblé, no dia 13 de dezembro, sendo avaliados os seguintes pontos pelo

professor, caracterização dos estudantes referentes a seu orixá respectivo e domínio dos conhecimentos adquiridos sobre a culinária africana.

EEIEF. PROFESSORA CATARINA TAVARES

DISTRITO DE CUNCAS-BARRO-CEARÁ

DOCENTE: FRANCISCO DIOGO DA SILVA

TURMA: 8º ÚNICO

DISCIPLINA: HISTÓRIA

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

TEMÁTICA: DANÇAS AFRO-BRASILEIRAS

EMENTA:

O Ensino de História e Cultura Afro – brasileira: as de matriz africana no Brasil.

OBJETIVOS:

CONCEITUAL:

Discutir os conceitos de cultura afro-brasileira e danças de matriz africanas com os estudantes.

PROCEDIMENTAL:

Analisar imagens expondo elementos da diversidade cultural existente no Brasil e no mundo;

Discutir os conceitos de cultura afro-brasileira e danças de matriz africana;

Identificar as danças afro brasileiras na sociedade brasileira;

Conhecer as danças afro-brasileiras buscando valoriza-las e reconhecê-las com heranças culturais do nosso país.

ATITUDINAL:

Entender e compreender o conceito de cultura afro-brasileira e de danças de matriz africana;

Reconhecer a cultura africana como formadora da sociedade brasileira;

Valorizar as etnias existentes no cotidiano escolar e na sociedade.

1º PROCEDIMENTO - ATIVAR O CONHECIMENTO PRÉVIO DO ALUNO - PROBLEMATIZANDO A APRENDIZAGEM:

Será dedicada uma aula para este momento de análises e discussão das imagens sobre a diversidade cultural no Brasil e no mundo de tipos de danças. Sendo assim, ao analisarem as imagens, espera-se que os estudantes possam distinguir os elementos característicos existentes em cada cultura, discutindo aspectos observados na culinária, religiosidade, música, cultura e dança.

Logo após, será construída uma roda de conversa para discutir as falas dos estudantes sobre as imagens visando relacionar suas opiniões e impressões com a vida cotidiana escolar e social, visando desta forma, problematizar os pré-conceitos existentes em torno de uma cultura “desconhecida” para os estudantes.

Por fim, almeja-se que os estudantes reconheçam e valorizem o outro em nosso meio, respeitando seus valores, costumes, crenças e sua cultura.

As imagens a serem analisadas pelos estudantes se encontram abaixo:

Figura 1 - Dança indígena



Fonte: Google imagens

Figura 2 - Dança asiática



Fonte: Google imagens

Figura 3 - Representação de dança africana



Fonte: Google imagens

Figura 4 - Representação de dança no balé



Fonte: Google imagens

Figura 5 - Representação da dança afro-brasileira do Maculelê



Fonte: Google imagens

**2º PROCEDIMENTO - MEDIAR E APROFUNDAR O CONHECIMENTO -
ENSINANDO CONTEÚDOS E LINGUAGENS:**

Figura 7 - Pessoas caracterizadas de vestimentas na dança afro-brasileira



Fonte: Google imagens

3º PROCEDIMENTO - SISTEMATIZAR E REFLETIR O SABER - RESSIGNIFICANDO CONTEÚDOS:

A sistematização e reflexão dos saberes utilizaremos de **duas aulas**:

Num primeiro momento, o professor irá apresentar para os estudantes algumas danças afro-brasileiras em sala com o uso de vídeos e imagens. Os estudantes poderão desta forma, conhecer as variedades de ritmos, instrumentos, figurinos e coreografias de danças africanas e afro-brasileiras.

Entre as danças afro-brasileiras que serão expostas pelo professor destacamos: o maculelê, capoeira, jongo, zambê, tambor de crioula e o samba de roda.

Após este momento será solicitado aos estudantes que escrevam em pedaços de papéis, se tinham conhecimento das danças afro no Brasil e se já ouviram falar em dança afro no cotidiano escolar, assim como, qual das danças expostas a que chamou mais atenção deles e o porquê?

Logo após, o professor, irá ouvir cada resposta dos estudantes e discutir com eles suas opiniões e demais colegas.

4º PROCEDIMENTO - MOBILIZAR OS SABERES - APLICANDO OS CONHECIMENTOS:

A aplicação dos saberes se dará a partir da apresentação de danças em sala de aula pelo professor e estudantes. E, da exposição dos conhecimentos adquiridos nas danças afro-brasileiras escolhidas pelo professor durante a exposição da I Feira Africana do CAT.

Com o objetivo, neste procedimento, é ter conhecimento das diversas manifestações sociais e culturais da dança africana no Brasil. A vivência dos conhecimentos em sala adquiridos sobre as danças tornará os estudantes conhecedores destas manifestações. Desta forma, as danças afro estudadas, em destaque, a capoeira, o maculelê, samba de roda, jongo, maracatu, entre outras, os estudantes terão que escolher uma delas para pesquisa, estudo e aprofundamento do conhecimento.

Veja o que deve ser questionado junto aos (as) alunos (as) durante as vivências.

O professor indagará os alunos ao escolherem a dança a ser trabalhada, os seguintes questionamentos:

- a) Quais são as características desse ritmo?
- b) Quais são as motivações que levam as pessoas a praticá-las?

Sendo assim, ao professor caberá:

Dividir a sala em grupos temáticos de dança;

Cada grupo ficará responsável por apresentar em sala a formação histórica e todas as características da dança por eles determinadas;

A partir das referências das aulas anteriores sobre a dança africana os estudantes modificarão e construirão uma sequência de movimentos coreográficos sobre a dança que ficou responsável por trabalharem.

O professor pedirá para os grupos que escolham três ritmos de dança afro para que a turma reconstrua os seus movimentos. Após construírem os movimentos (início, meio, fim), cada grupo dará um nome à sua coreografia.

Os estudantes terão o auxílio do professor em sala, assim como, poderão se utilizar de pesquisas na internet, livros e profissionais de danças que o professor possa trazer para dar suporte aos ensaios.

O professor desta forma irá perceber se os estudantes se esforçaram, dedicaram-se, estudaram e tiveram o domínio da temática trabalhada.

Por fim, os alunos serão avaliados na exposição da culinária africana no dia 13 de dezembro, sendo avaliados os seguintes pontos pelo professor, construção do prato típico e domínio dos conhecimentos adquiridos sobre a culinária africana.

EEIEF. PROFESSORA CATARINA TAVARES

DISTRITO DE CUNCAS-BARRO-CEARÁ

DOCENTE: FRANCISCO DIOGO DA SILVA

TURMA: 9ª A

DISCIPLINA: HISTÓRIA

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

TEMÁTICA: A ARTE AFRICANA E O ESTUDO DAS MÁSCARAS AFRICANAS

EMENTA:

O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira: a arte africana e o estudo das máscaras africanas.

OBJETIVOS:

CONCEITUAL:

Discutir os conceitos de cultura afro-brasileira, arte africana e máscaras africanas.

PROCEDIMENTAL:

Analisar imagens expondo elementos da diversidade cultural existente no Brasil e no mundo;

Discutir os conceitos de cultura afro-brasileira, arte africana e máscaras africanas;

Conhecer algumas máscaras africanas e seus significados;

Confeccionar máscaras africanas em papelões e garrafas plásticas.

ATITUDINAL:

Entender e compreender o conceito de cultura afro-brasileira, arte africana e máscaras africanas;

Reconhecer a cultura africana como formadora da sociedade brasileira;

Valorizar as etnias existentes no cotidiano escolar e na sociedade.

Figura 2 - Crianças representando a diversidade cultural



Fonte: Google imagens

Figura 3 - Representações culturais



Fonte: Google imagens

Figura 4 - Moradores quilombolas



Fonte: Google imagens

2º PROCEDIMENTO - MEDIAR E APROFUNDAR O CONHECIMENTO - ENSINANDO CONTEÚDOS E LINGUAGENS:

As vivências do processo de mediação e aprofundamento da temática serão desenvolvidas em duas aulas.

Para abordarmos a discussão sobre os conceitos de cultura afro-brasileira, arte africana e máscaras africanas, num primeiro momento, será ministrada pelo docente uma aula expositiva e dialogada sobre os três conceitos a partir de textos didáticos para os estudantes.

Num segundo momento, o professor irá apresentar algumas máscaras africanas explicando os seus significados e quais os povos africanos a utilizam. As máscaras escolhidas são referentes a máscaras para rituais de morte, de danças e guerras.

Num terceiro momento, o professor irá expor três imagens retratando os conceitos trabalhados, para que os estudantes analisem e a partir das discussões construídas em sala, sejam capazes de identificar, discutir e construir com suas palavras o que seria cultura afro-brasileira, resistência negra e quilombos.

Figura 5 - Arte africana



Fonte: Google imagens

Figura 6 - Esculturas africanas



Fonte: Google imagens

Figura 7 - Máscaras africanas



Fonte: Google imagens

3º PROCEDIMENTO - SISTEMATIZAR E REFLETIR O SABER - RESSIGNIFICANDO CONTEÚDOS:

A sistematização e reflexão dos saberes se fará a partir de seis aulas onde acontecerá a princípio apresentações temáticas (seminários) em sala de aula para exposição dos conhecimentos referentes as máscaras africanas escolhidas pelos estudantes para exposição.

Durante as apresentações, o professor contribuirá com informações, sites e materiais de apoio para as oficinas que serão trabalhadas posteriormente na construção e confecção de máscaras africanas.

O professor solicitou para os estudantes que tivessem condições comprassem seus materiais de uso na oficina (pincéis, tintas, tesouras, palitos e cola), como também foi solicitado para que ambos trouxessem jornais, papelões e garrafas plásticas de suas residências. Os alunos que não tinha condições, buscamos comprar, pedir a gestão escolar e dividir os materiais com os que já tinham.

4º PROCEDIMENTO - MOBILIZAR OS SABERES - APLICANDO OS CONHECIMENTOS:

A aplicação dos saberes se dará a partir da apresentação temática no dia da culminância da II fase do projeto pedagógico “Eu, tu e nós: somos todos África”.

A exposição dos conhecimentos e das máscaras confeccionadas pelos estudantes serão apresentados no dia da I Feira Afro da Escola Professora Catarina Tavares, no dia 13 de dezembro de 2019.

Cada estudante ficou responsável por apresentar a história e o significado de uma máscara africana no dia da feira afro do CAT. Enquanto isso, os demais estudantes apresentarão as personalidades negras abolicionistas para a comunidade escolar no mesmo dia da exposição da I feira afro do CAT 2019.

Os estudantes serão avaliados pelo desempenho realizado nas atividades e no domínio do conhecimento na exposição da temática.

EEIEF. PROFESSORA CATARINA TAVARES

DISTRITO DE CUNCAS-BARRO-CEARÁ

DOCENTE: FRANCISCO DIOGO DA SILVA

TURMA: 9ª B

DISCIPLINA: HISTÓRIA

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

**TEMÁTICA: RESISTÊNCIA NEGRA: QUILOMBOS E PERSONALIDADES
ABOLICIONISTAS NO BRASIL**

EMENTA:

O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira: Resistência negra – quilombos e personalidades abolicionistas no Brasil.

OBJETIVOS:

CONCEITUAL:

Discutir os conceitos de cultura afro-brasileira, resistência negra e quilombos com os estudantes.

PROCEDIMENTAL:

Analisar imagens expondo elementos da diversidade cultural existente no Brasil e no mundo;

Discutir os conceitos de cultura afro-brasileira, resistência negra e quilombos no Brasil

Identificar os quilombos que existem no Brasil;

Conhecer a comunidade quilombola dos Sousa no distrito de Vassourinhas, na cidade de Porteiras (CE).

ATITUDINAL:

Entender e compreender o conceito de cultura afro-brasileira, resistência negra e quilombos;

Reconhecer a cultura africana como formadora da sociedade brasileira;

Valorizar as etnias existentes no cotidiano escolar e na sociedade.

1º PROCEDIMENTO - ATIVAR O CONHECIMENTO PRÉVIO DO ALUNO - PROBLEMATIZANDO A APRENDIZAGEM:

Será dedicado **uma aula** para este momento de análises e discussão das imagens sobre a diversidade cultural no Brasil e no mundo. Sendo assim, ao analisarem as imagens, espera-se que os estudantes possam distinguir os elementos característicos existentes em cada cultura, discutindo ao qual povo, grupo ou etnia pertence, se já tinham conhecimento sobre e descreverem os aspectos observados na culinária, religiosidade, música, cultura e dança.

Logo após, será construída uma roda de conversa para discutir as falas dos estudantes sobre as imagens visando relacionar suas opiniões e impressões com a vida cotidiana escolar e social, visando desta forma, problematizar os pré-conceitos existentes em torno de uma cultura “desconhecida” para os estudantes.

Por fim, almeja-se que os estudantes reconheçam e valorizem o outro em nosso meio, respeitando seus valores, costumes, crenças e sua cultura.

As imagens a serem analisadas pelos estudantes se encontram abaixo:

Figura 1 - Pessoas representando as bandeiras de alguns países.



Fonte: Google imagens

Figura 2 - Crianças representando a diversidade cultural



Fonte: Google imagens

Figura 3 - Representações culturais



Fonte: Google imagens

Figura 4 - Moradores quilombolas



Fonte: Google imagens

2º PROCEDIMENTO - MEDIAR E APROFUNDAR O CONHECIMENTO - ENSINANDO CONTEÚDOS E LINGUAGENS:

As vivências do processo de mediação e aprofundamento da temática serão desenvolvidas em duas aulas.

Para abordarmos a discussão sobre os conceitos de cultura afro-brasileira, resistência negra e quilombos, num primeiro momento, será ministrada pelo docente uma aula expositiva e dialogada sobre os três conceitos a partir de textos didáticos para os estudantes, ressaltando a trajetória do negro no Brasil, a resistência para sobreviver ao sistema escravista e algumas personalidades abolicionistas, desde o momento que foram arrancados de sua terra natal até os dias atuais.

Num segundo momento, o professor irá apresentar algumas personalidades abolicionistas que lutaram no decorrer da história brasileira por melhores condições de vida econômica, social, cultural e educacional. Entre as personalidades negras que merecem destaque destacamos: Dandara, Carolina Maria de Jesus, Dragão do Mar, Zumbi dos Palmares, Aqualtune, Aleijadinho, Tereza de Benguela, dentre outros, que serão discutidos em sala. Por fim, a partir das indagações feitas pelos educandos e propostas pelo professor tais como: “O que você entende por cultura afro-brasileira?”, “o que te remete quando falamos em comunidades quilombolas?” e “Você conhece, visitou ou já ouviu falar em quilombos

e Zumbi dos Palmares? Desta forma, o professor provocará um debate em sala analisando e discutindo as respostas dos educandos.

Num terceiro momento, o professor irá expor três imagens retratando os conceitos trabalhados, para que os estudantes analisem e a partir das discussões construídas em sala, sejam capazes de identificar, discutir e construir com suas palavras o que seria cultura afro-brasileira, resistência negra e quilombos.

Figura 5 - Homens praticando passos da capoeira



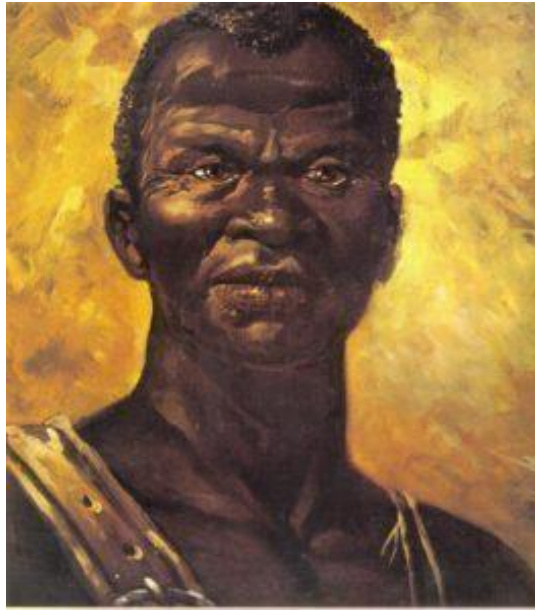
Fonte: Google imagens

Figura 6 - Nelson Mandela, exemplo de homem que lutou em prol da liberdade negra



Fonte: Google imagens

Figura 7 - Líder quilombola zumbi dos Palmares



Fonte: Google imagens

3º PROCEDIMENTO - SISTEMATIZAR E REFLETIR O SABER - RESSIGNIFICANDO CONTEÚDOS:

A sistematização e reflexão dos saberes se fará a partir de um estudo de campo na comunidade quilombola dos Sousa, no distrito de Vassourinhas em Porteiras (CE).

Num primeiro momento, o professor irá apresentar para os estudantes os elementos que fazem parte da vida cotidiano quilombola, em especial, sua cultura e sua religiosidade. Em seguida, apresentará algumas imagens da comunidade que será visitada pela turma e as orientações devidas em torno do respeito e valorização dos quilombolas que devemos ter consciência. Os estudantes poderão desta forma, ter conhecimento vivenciando de perto o que é ser quilombola, assim como, a resistência de manter sua cultura para todos nós. Conhecerão o templo de devoção de sua religião afro-brasileira, em particular, a Umbanda, assim como, valorizar e respeitar seus praticantes.

Após a viagem a comunidade quilombola os estudantes com o conhecimento adquirido na visita apresentarão os conhecimentos para a comunidade escolar.

4º PROCEDIMENTO - MOBILIZAR OS SABERES - APLICANDO OS CONHECIMENTOS:

A aplicação dos saberes se dará a partir da apresentação temática no dia da culminância da II fase do projeto pedagógico “Eu, tu e nós: somos todos África”.

A exposição dos conhecimentos e dos materiais adquiridos (fotografias, cordéis e folhetos) serão apresentados no dia da I Feira Afro da Escola Professora Catarina Tavares, no dia 13 de dezembro de 2019.

Dois estudantes ficarão responsáveis por apresentarem a história e a cultura da comunidade quilombola dos Sousa (CE) no dia da feira afro do CAT. Enquanto isso, os demais estudantes apresentarão as personalidades negras abolicionistas para a comunidade escolar no mesmo dia da exposição da I feira afro do CAT 2019.

Os estudantes serão avaliados pelo desempenho realizado nas atividades e no domínio do conhecimento na exposição da temática.

ANEXOS

Estudantes e professores na quadra da escola dos Sousa



Apresentação cultural da dança do coco



Orientador Israel ao centro e os zeladores do templo (mãe e pai de santo) da Umbanda de Vassourinhas



Mesa dos convidados. Da esquerda para a direita, Samira Tavares, Lilian Beserra, Dr. Israel, Mara Núbia, Airla, Cibelle Oliveira e Dalva



O acadêmico agradecendo a presença de todos(as) dando início a I fase do projeto



Organizador junto às professoras de História e colaboradoras do projeto



Convidados juntos com a Miss Afro CAT 2019 (Emília) e professoras colaboradoras do projeto com o acadêmico



Oficina temática com os alunos do 7º ano A e B responsáveis pela religiosidade e simpatias africanas



Kauan e Melissa estudantes do 6º A fazendo a abertura da temática da culinária afro-brasileira e africana



Convidados na sala temática da culinária africana prestigiando a apresentação e experimentando as comidas



Da esquerda para a direita temos Adriele, César Augusto, Cícero, Maria Eduarda e Maria Eduarda Martins



Da esquerda pra direita temos Yasmin, Tallison, Fernanda, Ellen, Amanda, Jussara, Gustavo, Willian e Caio



A apresentando as simpatias africanas. Da esquerda pra direita temos Iasmim, Yarley, Marrianny, Ana Laura, Jonh e Marcos



Estudantes do 7ºB caracterizados de orixás nos quais apresentaram para a comunidade



Turma do 9º B apresentando as temáticas da resistência, personalidades negras e os quilombos no Brasil

